



UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Cinayana Silva Correia

**O PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO À LEITURA (PROLER): A HISTÓRIA
E A EXPERIÊNCIA DE UBERABA-MG (1997/2014)**

UBERABA
2015

CINAYANA SILVA CORREIA

**O PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO À LEITURA (PROLER): A HISTÓRIA
E A EXPERIÊNCIA DE UBERABA-MG (1997/2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba (UNIUBE) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho

**UBERABA
2015**

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

C817p Correia, Cinayana Silva.
O programa nacional de incentivo à leitura (PROLER): a história e a experiência de Uberaba-MG (1997/2014) / Cinayana Silva Correia. – Uberaba, 2015.
179 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação, 2015.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Luciana Beatriz de O. Bar de Carvalho.

1. Políticas públicas. 2. Leitura. 3. Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Brasil). I. Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. II. Título.

CDD 320.6

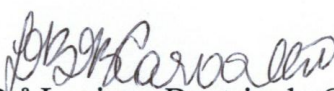
Cinayana Silva Correia

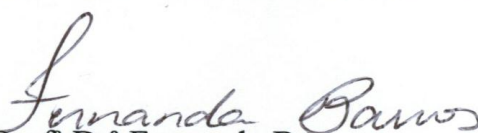
**O PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO À LEITURA (PROLER): A HISTÓRIA
E A EXPERIÊNCIA DE UBERABA-MG (1997/2014)**

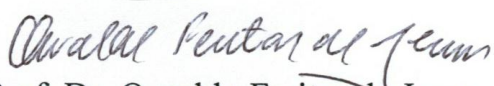
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 31/08/2015

BANCA EXAMINADORA


Prof^ª Dr^ª Luciana Beatriz de Oliveira Bar
de Carvalho (Orientadora)
UNIUBE - Universidade de Uberaba


Prof^ª Dr^ª Fernanda Barros
UFG – Universidade Federal de Goiás


Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus
UNIUBE - Universidade de Uberaba

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Prof^a Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho, pela confiança referente à pesquisa, pela amizade e compreensão nos diversos momentos.

A minha FAMÍLIA, em especial minha mãe e meu esposo, pelo apoio e carinho incondicional, pois souberam compreender os momentos de minha ausência.

A todos os profissionais do Comitê Regional Vale do Rio Grande, que colaboraram com este trabalho, especialmente a coordenadora, professora Tânia Cristina Fígaro Ulhoa, pelos documentos disponibilizados para a pesquisa.

A um anjo em forma de amiga, Mônica Aparecida de Oliveira Cruz, pelos momentos partilhados, sem esmorecimento, olhar competente da Língua Portuguesa, apoio, carinho e respeito.

A Deus, pela oportunidade e força na realização de mais um sonho.

RESUMO

CORREIA, Cinayana Silva. *O Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER): A História e a Experiência de Uberaba-MG (1997/2014)* – Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Uberaba, Uberaba 2015.

O presente trabalho versa sobre uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Observatório da Educação (BRASIL/CAPES), cujo desafio é analisar o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), como um programa de Política Pública de incentivo à leitura, no município de Uberaba, Minas Gerais, (1997 a 2014). O PROLER (Decreto 519/92), como um programa de abrangência Nacional e sem caráter centralizador, propicia condições para que projetos de formação de leitores sejam conveniados ao Programa e instituídos sob forma de Comitês, trabalhando as respectivas realidades regionais para atender às demandas próprias das comunidades onde atuam. Nesse sentido, buscamos conhecer a história do PROLER e a experiência do Comitê Regional Vale do Rio Grande, fazendo uma análise das atividades que são realizadas no município de Uberaba e identificando qual o impacto que essas práxis têm representado no cotidiano escolar e no ensino aprendizagem dos alunos, uma vez que as avaliações externas de Língua Portuguesa têm como objetivo mapear o desenvolvimento de competências e habilidades de leitura e escrita dos alunos das escolas públicas. Dessa forma, trata-se de uma pesquisa na área educacional que tem como perspectiva a análise qualitativa dos dados pesquisados e também a análise documental a partir das pesquisas desenvolvidas acerca do PROLER, apoiadas em recursos bibliográficos e documentais. Compõem o referencial teórico metodológico como fundamentação para nossas reflexões autores como Freire (1985), Yunes (1995) e Saviani (1998), os quais contribuíram para a compreensão de política e sua dinâmica entre a teoria e as principais questões inerentes a sua prática.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Leitura. Práticas Educativas. PROLER.

ABSTRACT

CORREIA, Cinayana Silva. The National Reading Incentive Program (Proler): *The History and Experience of Uberaba-MG (1997/2014)* - Dissertation (Master of Education) - Graduate Program in Education, University of Uberaba, Uberaba 2015.

This work, belonging to the research line, Educational Processes and their Foundations, in the Master Program of Education, UNIUBE, deals with a project which was developed within the “Programa Observatório da Educação” (BRASIL/CAPES), whose challenge was to analyze the “Programa Nacional de Incentivo à Leitura” (PROLER), as a program of public policy to stir reading in the municipality of Uberaba, Minas Gerais, (1997 to 2014). PROLER (Decree 519/92), as a national program, without any centralizing character, allowed the existence of individual projects, geared to reading and thought out as unities, bound to the main proposal, able to respond to the regional needs. In this aspect, a review of the activities, carried out in schools in the region of Uberaba, was searched for. The main objective was to measure the development of reading and writing abilities in Portuguese in public schools. In summary, this educational research, following the qualitative methodology, focused on the documents which exist in each school archive and dealt with reading. Authors, such as, Paulo Freire, Eliana Yunes and Dermeval Saviani were theoretical supports for this work. The framework of reading in real social contexts of public schools was very important in the carrying out of this research.

Keywords: Public policy. Reading. Educational practices. PROLER.

LISTA DE SIGLAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CEMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CGL – Coordenação-geral de Leitura

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

DF – Distrito Federal

DLLL – Diretoria do Livro, Leitura e Literatura

DLLL B – Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

FEU – Faculdade de Educação de Uberaba

FICART – Fundo de Investimento Cultural e Artístico

FNC – Fundo Nacional de Cultura

FNLIJ – Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional

INL – Instituto Nacional do Livro

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MG – Minas Gerais

MinC – Ministério da Cultura

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OBEDUC – Observatório da Educação

OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDME – Plano Decenal Municipal de Educação

PISA – Programa for International Student Assessment

PLIDEF – Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNBE – Programa Nacional Biblioteca na Escola

PNE – Plano Nacional da Educação

PNLA – Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos

PNLL – Plano Nacional do Livro e Leitura

PPEL – Programa Permanente de Estímulo à Leitura

PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura

PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura

PROUNI – Programa Universidade para Todos

RCN – Referencial Curricular Nacional

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SAEB – Sistema Nacional da Educação Básica

SEBP – Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SNBP – Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNIPAC – Universidade Presidente Antônio Carlos

UNIUBE – Universidade de Uberaba

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS

Tabela I – Censo Populacional IBGE 2000 e PNAD 2009 – Escolaridade da população de 15 a 64 anos no Brasil.....	43
Tabela II – Evolução do indicador de alfabetismo funcional - população de 15 a 64 anos.....	45
Tabela III - Tipologias de Política Pública.....	51
Tabela IV – Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011) – O que gostam de fazer em seu tempo livre.....	84
Tabela V – Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011) – Gêneros que costumam ler.....	85
Tabela VI – Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011) – Gêneros que costumam ler.....	87
Gráfico I – Evolução das médias em leitura no PISA.....	40
Gráfico II – Distribuição percentual dos estudantes por níveis de proficiência em leitura nos países.....	80
Gráfico III – Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011) – O que a leitura significa.....	82
Gráfico IV – Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011) – Perfil: leitor e não leitor – Classe social e Renda familiar.....	83
Gráfico V – Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011) – Perfil: leitor e não leitor – Sexo e Idade.....	86
Gráfico VI – Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011) – Perfil: leitor e não leitor – Estudante e Escolaridade.....	86
Gráfico VII – Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011) – Quem mais influenciou os leitores a ler.....	89
Gráfico VIII – Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011) – Principal razão para estar lendo menos do que já leu.....	90
Quadro I – Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) - fornecimento de obras e demais materiais de apoio à prática da educação básica.....	36
Quadro II – Ranking de leitura PISA 2012.....	41
Quadro III – Quadro comparativo FUNDEB – FUNDEF.....	63

Quadro IV – Composição Saeb: três avaliações externas.....	66
Quadro V – Programas de incentivo à leitura no Brasil emanados do governo federal.....	77
Quadro VI – Campanhas de incentivo à leitura no Brasil emanadas do governo federal.....	78
Quadro VII – Projetos de incentivo à leitura no Brasil emanados do governo federal.....	78
Quadro VIII - Quadro comparativo dos resultados do Brasil no PISA desde 2000.....	79
Quadro IX - Princípios, diretrizes e principais vertentes do PROLER.....	107
Quadro X – Área abrangente de ação do PROLER.....	108
Quadro XI – Relação dos Comitês PROLER Região Sudeste.....	109
Quadro XII – Encontros Anuais do Comitê PROLER Uberaba – 1997 a 2005 - Coordenação da Biblioteca Pública Municipal Bernardo Guimarães.....	116
Quadro XIII – Encontros Anuais do Comitê Regional do PROLER Vale do Rio Grande – 2006 a 2014 - Coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.....	125

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - LEITURA: LITERATURA E PRÁTICAS SOCIAIS	
1.1 Leitura e literatura: algumas reflexões.....	26
1.2 A leitura como prática sociocultural na escola.....	32
1.3 A importância da leitura para o ensino aprendizagem.....	38
CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES	
2.1 Conceito de Políticas Públicas.....	48
2.2 Histórico de Políticas Públicas educacionais.....	53
2.3 Políticas Públicas educacionais de leitura.....	68
2.4 O perfil do leitor no Brasil.....	79
CAPÍTULO 3 - A GÊNESE DO PROLER NO BRASIL, ESPECIFICAMENTE NO MUNICÍPIO DE UBERABA – DE 1997 A 2014.	
3.1 Contextualizando o PROLER no Brasil – 1992/2014.....	92
3.2 A criação do PROLER em Uberaba – 1997/2014.....	109
3.3 As ações do Comitê Regional do PROLER Vale do Rio Grande no município de Uberaba.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS.....	149
ANEXOS.....	156

INTRODUÇÃO

Aprender não é acumular conhecimentos. Aprendemos história não para acumular conhecimentos, datas, informações, mas para saber como os seres humanos fizeram a história para fazermos história (Paulo Freire).

Na construção de mais uma etapa da história de minha vida e, nesse sentido, atendo-me aqui à vida acadêmica, sinto que este é um momento ímpar e de inigualável valor por ser uma inusitada oportunidade de transitar pelos labirintos do conhecimento, desfrutando do prazer que as descobertas nos proporcionam. Espero consolidar esses conhecimentos para o meu crescimento pessoal e profissional e, ainda, contribuir para que outros possam usufruir das pesquisas e reflexões realizadas neste intento.

Neste preâmbulo, começo a minha apresentação, reportando-me¹ à infância, quando meu pai vendia livros e sempre nos presenteava, a mim e meu irmão mais velho, com coleções de livros de literatura infantil, atlas, dicionário, etc. Acredito que crescemos em meio ao legado mais precioso que um pai pode oferecer a um filho, a oportunidade do conhecimento.

No entanto, logo que ingressei na escola, percebi que a prática da leitura não era questão primordial entre os alunos e professores. Sempre estudei em escola pública, por esse motivo não posso generalizar, mas naquela escola a biblioteca era pouco visitada e não existia nenhum estímulo para mudar a situação. Recordo-me que muitas vezes visitávamos a biblioteca apenas para assistir a filmes.

Assim, os estímulos recebidos em casa foram cruciais não só para desenvolver em mim o gosto pela leitura, mas também para aprender a valorizar o ensino, impulsionada pela busca do conhecimento, ampliando a cada dia minha visão de mundo. As minhas palavras vêm ao encontro das reflexões de Freire (1997), quando diz:

¹Por considerar a forma mais adequada para expressar minha subjetividade é que relato a trajetória sobre como cheguei a esta pesquisa, na primeira pessoa do singular.

O importante é aprender a pensar (a realidade, não pensamentos), aprender a aprender. É o sujeito que aprende através da sua experiência. Não é um coletivo que aprende. Aprende-se o que é significativo para o projeto de vida da pessoa. Aprende-se quando se tem um projeto de vida. É preciso tempo para aprender e para sedimentar informações. Não dá para injetar dados e informações na cabeça de ninguém. Exige-se também disciplina e dedicação (FREIRE, 1997, p.25).

E, foi assim mesmo! Com os anos, fui sedimentando informações e saberes que me levaram à escolha da profissão. A figura do professor foi de fundamental importância para essa decisão, pois a admiração pelos mestres que faziam um trabalho diferente em sala de aula aumentava cada vez mais, principalmente, quando mostravam com seus exemplos que era possível transformar a realidade a nossa volta, não medindo esforços para isso.

Motivada, então, por esses exemplos, assim que terminei o Ensino Médio ansiava pelo ingresso no Ensino Superior. Queria ter uma profissão, esse era o meu projeto de vida. Outro fato relevante foi ter passado algumas tardes no Centro Municipal de Educação Infantil – CEMEI, onde minha mãe trabalhava. O que eu observava no ambiente, nas professoras, nos alunos, nas aulas, enfim, tudo contribuiu ainda mais para a minha escolha de ser educadora.

Em 2002 ingressei no curso de Pedagogia – Licenciatura Plena com Habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Universidade de Uberaba - UNIUBE. Foram momentos de grandes descobertas, amadurecimento e aprendizado. O curso trouxe-me muitas inquietações, inclusive por me fazer enxergar a educação com outros olhos, além do que estava escrito, mergulhando nas entrelinhas em busca do sentido que dá significado à profissão docente. E, acima de tudo, compreender que para ser um bom educador é preciso construir conhecimentos flexíveis a mudanças, sabendo ler o mundo de maneira crítica, para agir de forma consciente e mais humana.

Atuando em sala de aula da Educação Infantil, como professora da rede municipal de ensino em 2009, percebi que poderia mudar aquela imagem ruim que tive nos primeiros anos de escolaridade, por não ter tido, na escola, muito contato com livros literários. Por isso, fazia sempre questão de apresentar às crianças o mundo da literatura, para que desde pequenas tivessem convivência com os livros.

Como educadora, fui sentindo, cada vez mais, a necessidade de compreender melhor a Educação e de estar mais preparada para os desafios da

profissão. E, por esse motivo, fiz Especialização em Docência na Educação Superior pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro UFTM (2009), o que contribuiu de forma decisiva para o meu ingresso na docência do Ensino Superior em 2013. Deslumbrada com a docência no Ensino Superior e buscando aprofundar meus estudos e crescimento profissional, matriculei-me no Programa de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade de Uberaba. Sabia que não seria uma tarefa fácil, mas aceitei o desafio mesmo assim.

Durante o curso de Mestrado, em uma das disciplinas optativas, foi proposto elaborar um artigo sobre Políticas Públicas, um campo vasto de estudo e que pode ser tratado a partir de diversos aspectos e abordagens. Deliberei por pesquisar sobre Políticas Públicas de leitura, pela relevância do tema e pela necessidade do incentivo às práticas leitoras nos dias atuais, tanto na escola, quanto na sociedade. Foi então que conheci programas, projetos e ações desenvolvidas no âmbito das Políticas Públicas para a promoção da leitura e o acesso à cultura letrada. Outro fator importante que influenciou minha escolha foi por eu trabalhar na rede municipal de educação e participar de atividades do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER²), e não conhecer o programa, sua função e seu papel nas políticas educacionais.

Com a pesquisa pude aprofundar os estudos sobre o assunto, a partir da elaboração de um artigo como requisito para aprovação na disciplina. A partir desse artigo, juntamente com a professora Doutora Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho, surgiu o interesse em elaborar um projeto para submeter ao Programa Observatório da Educação – OBEDUC que tem como base legal o Decreto nº 5.803, de 08/06/2006, na Linha Temática 1: Projeto de investigação científica para elaboração de diagnóstico de problemas da educação básica e de identificação de práticas que possam contribuir para a elevação da qualidade das escolas públicas de Minas Gerais.

Aprovado em dezembro de 2012, o projeto intitulado “As Políticas Públicas de incentivo à leitura: uma (re)leitura do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) e suas implicações no IDEB do município de Uberaba-MG” tem como foco de análise compreender os impactos do Programa Nacional de Incentivo à

²Programa Nacional de Incentivo à Leitura, instituído em 13 de maio de 1992, por meio do Decreto nº 519, o projeto é vinculado à Fundação Biblioteca Nacional e ao MINC – Ministério da Cultura e propõe a valorização social da leitura e da escrita.

Leitura (PROLER) no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, no âmbito do município de Uberaba, Minas Gerais. Como membro do grupo desta pesquisa, interessei-me tanto pelo tema que me entreguei aos estudos, fazendo desse norte o meu objeto de pesquisa no mestrado.

Sendo assim, o presente trabalho trata de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Observatório da Educação (BRASIL/CAPES), cujo objetivo é conhecer a história do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) e a experiência do Comitê Regional Vale do Rio Grande no município de Uberaba, Minas Gerais, no período compreendido entre os anos de 1997 a 2014, bem como, relacionar a contribuição das ações do programa para o aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. E, sobretudo, tentar comprovar, de forma positiva, como e o quanto as ações que são desenvolvidas no município de Uberaba pela proposta do PROLER têm contribuído de forma significativa para o aumento do IDEB em Uberaba e, conseqüentemente, para aumentar e ampliar tanto o incentivo à prática da leitura, quanto à aquisição de competências e habilidades dos alunos para domínio e uso mais eficiente da língua materna.

A fim de demonstrar a importância do hábito de ler para o desenvolvimento da aprendizagem da leitura e da escrita desde a educação infantil, delimitou-se como problema da presente pesquisa compreender o PROLER como um programa que faz parte de uma Política Pública e seus benefícios na formação do aluno leitor.

A cidade de Uberaba apresenta 108 instituições municipais de ensino, sendo na Educação Infantil 19 escolas, 22 Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI's) e 33 Creches conveniadas; e, no Ensino Fundamental, 34 escolas, o que constitui o principal universo de atuação do PROLER. E desta forma, comporá nosso objeto de análise, uma vez que, todas as instituições municipais participam e desenvolvem atividades no âmbito do programa.

Integram o PROLER no município de Uberaba o Departamento Cultural, Diretoria de Gestão Educacional, Departamento de Biblioteca e o Conselho Municipal de Educação. É importante ressaltar que tal programa integra a política de avaliação externa do Governo Federal e Estadual, já que seus objetivos se entrelaçam e se complementam na intenção de construir uma rede de conhecimentos que oportunizem aos alunos a prática da cidadania enquanto leitores competentes, protagonistas de sua história, atuantes e transformadores da sociedade em que vivem.

Nesse sentido, para a realização desta pesquisa, utilizamos a abordagem qualitativa, uma vez que, de posse dos dados obtidos, foi possível desenvolver a análise e a representatividade mais aprofundada dos mesmos, procurando responder à seguinte questão geradora do problema que norteou toda a pesquisa: Quais ações do PROLER, no Comitê Vale do Rio Grande, Uberaba – MG, fomentam as relações imbricadas ao desenvolvimento da aprendizagem escolar na rede municipal de ensino, já que se trata de um programa de incentivo à leitura?

Assim, os procedimentos metodológicos desta pesquisa se desenvolveram em duas etapas consecutivas.

Na primeira etapa, procedemos à revisão bibliográfica, principalmente, sobre Políticas Públicas Educacionais e Políticas Públicas de Avaliação que, de acordo com Lakatos, “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações e teses etc.” (LAKATOS, 2003, p. 183). Desse modo, serão analisados livros, jornais, monografias, artigos, dissertações e teses.

Já na segunda etapa, realizamos pesquisa documental, a partir do Programa Nacional de Incentivo à Leitura e sua implantação em 1992 até os dias atuais. Sobre pesquisa documental, Lakatos afirma que é “fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (LAKATOS, 2003, p. 174).

Dentre os documentos que foram analisados, destacam-se: o Decreto nº. 6.094, de 24 de Abril de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024); Plano Decenal Municipal de Educação Uberaba; Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, que institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER e dá outras providências; Projeto Político Pedagógico das escolas municipais de Uberaba; e as ações da Secretaria Municipal da Educação e Cultura de Uberaba (SEMEC).

Como objetivos da pesquisa, apresentamos como geral: identificar e analisar as ações desenvolvidas pelo PROLER no município de Uberaba que contribuam para o processo ensino-aprendizagem da leitura e da escrita de alunos na rede municipal de educação de Uberaba.

E como objetivos específicos: valorizar a leitura como prática indispensável à formação humana seja ela de caráter intelectual, emocional e social; compreender o PROLER como um programa que faz parte de uma Política Pública e seus benefícios na formação do aluno leitor, bem como na formação continuada dos professores; verificar a possibilidade de um programa de incentivo à leitura influenciar no processo ensino-aprendizagem da leitura e da escrita dos alunos da rede municipal de ensino de Uberaba.

Dessa forma, o trabalho apresenta-se em três capítulos, sendo o capítulo 1 reflexões sobre leitura e literatura, principalmente, sobre a importância da literatura no processo de ensino aprendizagem; no capítulo 2, as Políticas Públicas, especificamente de leitura; e, no capítulo 3, a pesquisa é aprofundada na análise dos impactos do PROLER no ensino da rede municipal de Uberaba.

Sendo o incentivo à leitura uma carência e anseio da sociedade, no Capítulo 1, buscamos algumas reflexões sobre leitura e literatura como prática sociocultural e sua influência e importância no processo de ensino aprendizagem de alunos da educação básica.

Sabemos do papel da leitura no desenvolvimento da sociedade e a influência positiva que ela tem no processo das relações humanas, devendo se considerar não só o saber ler, mas também reler e refletir sobre o que está posto, compreender, articular conceitos e expressar opiniões de forma crítica, criativa e consciente a respeito dos assuntos que circulam em todas as esferas da sociedade.

Assim, a importância que a literatura desempenha dentro desse universo é do encantamento, pois ela propicia viajarmos sem sair do lugar, voltar ao tempo em um passe de mágica, adquirindo conhecimento e, acima de tudo, ampliando nossa cultura.

Nesse sentido, as propostas das Políticas Públicas sinalizam atuações para o desenvolvimento da prática da leitura, dentro e fora dos muros das escolas, desenvolvendo uma sociedade mais ativa e mais consciente.

Para fundamentar o desenvolvimento do trabalho no que diz respeito às Políticas Públicas, o Capítulo 2 apresenta o referencial teórico sobre o conceito de Políticas Públicas, o histórico de Políticas Públicas educacionais, Políticas Públicas educacionais de leitura e o perfil do leitor no Brasil.

No mundo globalizado, onde o aqui e o agora ocupam todas as atenções e a informação se tornou mais atraente que o conhecimento, onde visões imediatistas

naturalizam o social, pensar o fenômeno educacional é conhecê-lo em suas principais dimensões com todos os problemas inerentes ou produzidos no âmbito da educação. Nesse sentido, ganha relevo, no século XXI, medidas que vêm sendo tomadas a fim de mudar o cenário educacional, resultando em Políticas Públicas, inclusive em Políticas Públicas de incentivo à leitura e ao livro. Essas medidas dizem respeito à expansão de bibliotecas e ao aumento do acervo de livros, capacitação de professores, criação de novos espaços para a prática de leitura e incentivo para que crianças e jovens leiam mais e com mais proficiência.

Não podemos negar que programas, projetos e campanhas foram criados para resolver ou amenizar os problemas apresentados por alunos da Educação Básica em todo o país, referentes ao desempenho do estudante em leitura e escrita. No entanto, ainda são insuficientes para atender à grande quantidade de alunos que necessitam desses benefícios. Queremos ressaltar que esses programas de governo necessitam de avaliação, para que o Estado possa verificar sua eficácia e atender suas necessidades. Também, é importante levar em conta que a formação do professor deixa a desejar por ser realizada de forma esporádica, aligeirada e nem sempre conseguir contemplar os anseios dos profissionais para tornar a prática pedagógica mais eficaz. Nesse sentido, já pensando em melhorar a qualidade da formação dos profissionais do magistério no país e melhor preparar o professor para a prática em sala de aula, foi instituído a partir do Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010, o PIBID³, um programa que também tem como intento a melhoria da qualidade da educação e vem contribuindo para que o incentivo à docência seja difundido já na formação de futuros educadores.

Vem ao encontro com a necessidade de formação dos educadores o que postula Paulo Freire, “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo” (FREIRE, 1996, p. 11), e também, é preciso saber que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 27).

Ainda, é pertinente ressaltar que as situações de ensino e aprendizagem se renovam continuamente, que o simples domínio de técnicas e conteúdos a serem

³Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, executado no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira.

ensinados tornam-se insuficientes para os alunos, bem como a própria formação continuada dos professores na sociedade contemporânea.

Então, faz-se necessário articular as políticas de formação continuada com as reais carências e anseios da sociedade, uma vez que apenas assim os profissionais serão capazes de estabelecer um conhecimento sólido e substancial, cujo objetivo primordial seja a formação autônoma e significativa que incidirá sobre o educando.

O capítulo 3 traz a contextualização do PROLER, sua criação no Brasil (1992) e implementação em Uberaba (1997), analisando a atuação do PROLER nesse município, no período compreendido entre 1997 a 2014.

Assim, analisamos o PROLER como programa integrante das Políticas Públicas de leitura e seus possíveis benefícios à formação do aluno leitor, voltada para a resolução de problemas de leitura e escrita, ou melhor, do ensino-aprendizagem da língua portuguesa e, conseqüentemente, das demais áreas do saber, haja vista para a compreensão de conteúdos, ser de fundamental importância a leitura e interpretação de textos. Por isso, quando falamos em língua portuguesa sabemos que existem avaliações em âmbito nacional para aferir a proficiência dos alunos da Educação Básica, tanto nessa disciplina, quanto em matemática, e que os resultados obtidos nessas avaliações fazem parte do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Esse índice reúne em um só indicador (calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), como o Saeb⁴, destinado às unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil⁵, destinada aos municípios) - dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações.

⁴Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) estabelecido pela Portaria n.º 931, de 21 de março de 2005, composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) com objetivo de avaliar a Educação Básica brasileira e contribuir para a melhoria de sua qualidade e para a universalização do acesso à escola.

⁵Prova Brasil, criada desde 2005 também denominada como Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas.

O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação Infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial e educação de jovens e adultos (EJA) (Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em 21 jan.15).

O Censo, assim, comprova ser de grande importância para o desenvolvimento educacional, pois juntamente com as avaliações do Saeb e da Prova Brasil serve como identificador para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação.

Aprovado em 24 de abril de 2007 pelo Presidente da República e Ministro da Educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) elenca algumas ações a fim de melhorar a Educação no País, prioritariamente, para a Educação Básica (Ensino Infantil, Fundamental e Médio) e no prazo de quinze anos. Dentre estas ações destacamos aquelas que estão mais relacionadas com o nosso foco de pesquisa:

Índice de qualidade: avaliará as condições em que se encontra o ensino com o objetivo de alcançar nota seis no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Provinha Brasil: instrumento de aferição do desempenho escolar dos alunos de seis a oito anos; Brasil Alfabetizado: terá dois focos: a Região Nordeste, que concentra 90% dos municípios com altos índices de analfabetismo; e os jovens de 15 a 29 anos; Biblioteca na escola: com a criação desse programa, os alunos do Ensino Médio terão acesso a obras literárias no local em que estudam (Disponível em: http://www.educacional.com.br/legislacao/leg_i.asp. Acesso em 30 jan.15).

A proposta é que as ações previstas sejam desenvolvidas conjuntamente pela União, Estados e Municípios, com a finalidade de identificar os problemas que afetam a Educação brasileira e buscar soluções para o melhor desenvolvimento educacional e social.

Acredita-se que, com a computação dos dados que correspondem às matrículas e abandonos dos alunos do Ensino Fundamental e Médio, estabelecimentos de ensino, docentes e suas funções, números de aprovação e reprovação escolar, seja possível delinear nacionalmente a situação da educação

básica e, a partir daí, mesmo que na teoria, aparar as arestas com a formulação de Políticas Públicas e implementação de programas para a melhoria na área da educação. O censo ganha destaque também, porque seu resultado incide no repasse de recursos públicos como, por exemplo, de alguns programas e projetos, tais como: a distribuição de livros e implantação de bibliotecas, merenda e transporte escolar, Dinheiro Direto na Escola, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB⁶).

Vejamos como é calculado o IDEB,

O Ideb é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente pelo Inep. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil (para Idebs de escolas e municípios) e do Saeb [...] (Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/como-o-ideb-e-calculado>. Acesso em 01 fev.15).

É importante ressaltar que a avaliação se constitui em parte essencial do processo de ensino-aprendizagem, principalmente a partir de meados do século XX, quando o conceito de avaliação de programas públicos surge no cenário mundial para atender à necessidade de melhoria da eficácia na aplicação de recursos pelo Estado (UCHIMURA e BOSI, 2002).

No Brasil, a avaliação de políticas chega, de forma mais sistematizada somente em meados dos anos de 1980, sendo que naquele momento ainda era muito incipiente sua utilização, por parte da administração pública.

No âmbito institucional, Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004) observam que a avaliação tem sido utilizada nos programas para aferir sua efetividade e custos relativos aos programas criados e implementados pelo Estado. Para esses autores, os gestores avaliam seus programas e tendem por encerrar aqueles cuja efetividade não é relevante, em detrimento de outros que sejam apontados com melhores resultados, isto é, nos anos 80, com a reestruturação do capital, ocorreu a “reorganização” das estruturas educacionais, sendo necessário, então, adequar as

⁶Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que vigorou de 1998 a 2006. (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 12 jan.15).

instituições escolares, ou seja, submetê-las ao processo de avaliação, que agora passa a ser periódico⁷.

Por isso, é essencial valorizar iniciativas locais que signifiquem avanços e possibilitem corrigir distorções no sistema de ensino para, com isso, chegar a resultados significativos ao desenvolvimento da educação escolar e da sociedade em geral.

Desse modo, acreditamos que, pela proposta do PROLER, os envolvidos poderão vivenciar e aprender a trabalhar numa perspectiva interdisciplinar e numa prática reflexiva, voltada para flexibilização dos conteúdos, caracterizando a prática como resultado da interação: ação-reflexão-ação, qualidade primordial do professor reflexivo, que segundo Elliot (apud, CONTRERAS, 2002) constitui um processo dialético de geração da prática a partir da teoria e da teoria a partir da prática.

O PROLER, como um programa de Política Pública de incentivo à leitura, que propicia aos educadores participantes momentos de estudo, reflexão e aprendizagem, com vista ao aprimoramento da leitura, constitui-se em espaço para pensar novas práticas educativas, centradas na leitura e na escrita.

Embora não haja proposições de ações que visem aquilatar os efeitos concretos do PROLER, enquanto programa para a melhoria da aprendizagem da leitura e da escrita, faremos uma análise de atuação do PROLER no período compreendido entre 2009 a 2014, tentando relacionar as suas ações ao aumento do IDEB no município de Uberaba.

Tendo por base os objetivos do programa, salientamos que o mesmo reforça a política educacional voltada para a melhoria do desempenho dos alunos e sua permanência na escola, como é possível comprovar a seguir:

⁷Segundo o então Ministro da Educação, Paulo Renato de Sousa, "os instrumentos de avaliação que vão auxiliar o Ministério nesta tarefa são o Exame Nacional de Cursos (Provão, atual Enad), o Censo do Ensino Superior, que fornece indicadores sobre o perfil do corpo docente e o desempenho das instituições e, por fim, o trabalho das comissões de especialistas da SESu, que fazem a verificação das condições de oferta dos cursos. Todos estes indicadores vão compor um único banco de dados que está sendo desenvolvido pelo Ministério e que servirá como principal provedor de informações para análise dos processos de credenciamento das instituições e de renovação do reconhecimento dos cursos. "O controle burocrático e processual será substituído por um sistema transparente, baseado em critérios de qualidade", antecipou o ministro" (Disponível em: file:///D:/Users/Sony%20Vaio/Downloads/348-1209-1-PB.pdf. Acesso em 12 jan. 15).

Promover o interesse nacional pela leitura e pela escrita, considerando a sua importância para o fortalecimento da cidadania; Promover políticas públicas que garantam o acesso ao livro e à leitura, contribuindo para a formulação de uma Política Nacional de Leitura; Articular ações de incentivo à Leitura entre diversos setores da sociedade; Viabilizar a realização de pesquisas sobre livro, leitura e escrita; e Incrementar o Centro de Referência sobre leitura (Disponível em: <http://catalogos.bn.br/proler/Proler.htm>. Acesso em 01 fev.15).

Mesmo com os baixos resultados, apresentados pelos alunos das escolas públicas de Ensino Fundamental em avaliações como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), e os dados críticos levantados pelo Sistema Nacional da Educação Básica – (SAEB), sobre os indicadores de desempenho apresentado na leitura por crianças, adolescentes e jovens ao final dos primeiros e dos últimos anos do Ensino Fundamental, podemos perceber que existe uma preocupação em tentar mudar esse quadro com ações como a distribuição dos acervos realizada pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura aos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. O atendimento é feito em anos alternados: em um ano são contempladas as escolas de educação infantil, de ensino fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens e adultos. Já no ano seguinte são atendidas as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio. Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 01 fev.15).

Essa é uma das ações de inserção dos alunos no universo da cultura letrada, mas o que justifica a permanência do PROLER no âmbito das Políticas Públicas governamentais, ainda no século XXI, e o interesse pela pesquisa é a importância de uma Política Pública voltada para o incentivo à leitura e à formação do professor, quando temos como entrave superar as dificuldades apresentadas pelos alunos para se tornarem de fato leitores competentes.

Nesse sentido é que se justifica o nosso interesse pelo PROLER e o fato de a pesquisa em questão se inserir no âmbito da avaliação de Políticas Públicas.

Sobre Políticas Públicas de Avaliação, assevera Marques (2012, p. 12), “em educação continuarão a empreender esforços conceituais e metodológicos para as

análises e proposições entorno da implementação de Políticas Públicas e/ou do financiamento de instituições”.

Remetendo-nos à Isaura Belloni, Heitor de Magalhães e Luzia Sousa (2001, p. 29), evidencia que:

a avaliação de uma Política Pública deve considerar alguns parâmetros referenciais de análises [ou conjuntos de parâmetros conceituais ou conjunto de referência]: política como um dos instrumentos de ação do Estado, conceitos e perspectivas político-filosóficas relativas à questão objeto da política e a política específica tal como é formulada e implementada.

Compreendemos, assim, que avaliar é uma ação muito mais ampla do que se pensa e que depende do objetivo que se deseja alcançar, seja no âmbito escolar ou político. Daí a importância da avaliação fazer parte do processo de desenvolvimento de uma Política Pública, analisando seu processo permanentemente com intuito de resolver ocorrências, estabelecer alternativas e superar dificuldades futuras.

Segundo Demo:

Refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar, estabelecer objetivos etc. Daí os critérios de avaliação, que condicionam seus resultados estejam sempre subordinados a finalidades e objetivos previamente estabelecidos para qualquer prática, seja ela educativa, social, política ou outra (DEMO, 1999, p.01).

Para Sant’Anna avaliação é:

Um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático (SANT’ANNA, 1998, p.29, 30).

Por esse ângulo, a avaliação torna-se indispensável dentre os procedimentos que envolvem a concepção de uma Política Pública, seja na educação, na segurança, na saúde ou em qualquer outra área.

Enquanto Política Pública de leitura, consideramos que não basta criar soluções imediatistas, a fim de satisfazer dados positivos nas avaliações externas, que acabam sendo o foco principal das escolas, já que incide diretamente nos repasses de verbas e benefícios para o município. É imprescindível propor medidas

que atendam às reais necessidades dos alunos inseridos na sociedade letrada, na qual a prática da leitura e da escrita está presente a todo momento.

Desse modo, para justificar o intento do trabalho ter como foco a leitura como substancial para a aprendizagem e a formação cidadã, essa pesquisa se propõe a investigar e analisar todas as ações do PROLER- Comitê Regional Vale do Rio Grande que tenham contribuído para o ensino de alunos da rede pública municipal de Uberaba.

CAPÍTULO 1 - LEITURA: LITERATURA E PRÁTICAS SOCIAIS

*Quem mal lê, mal ouve, mal fala, mal vê
(Monteiro Lobato).*

1.1 Leitura e Literatura: algumas reflexões

Contribuindo para as discussões sobre Políticas Públicas voltadas para a formação de leitores, pretendemos descrever resumidamente a presença da literatura enquanto processo histórico e político. Por isso, é imprescindível compreender a formação de leitores para além da sala de aula, para além da decodificação de símbolos, bem como a importância da leitura para a aprendizagem não só da Língua Portuguesa, mas também das demais áreas do conhecimento. E, mais, como as práticas leitoras podem contribuir para ampliar a visão de mundo dos sujeitos, alargando seus horizontes e proporcionando a aquisição cada vez maior de cultura. Para atingir esses objetivos utilizaremos a abordagem e estudos de alguns autores que influenciaram nas discussões sobre leitura e literatura e fundamentaram muito bem o tema, dentre eles destacamos: Paulo Freire (1992), Marisa Lajolo (1994), Antonio Cândido (1995), Ana Tereza Naspolini (1996), Magda Soares (1998), Ângela Kleiman (2004), Afrânio Coutinho (2008), Eliana Yunes (2009), entre outros.

Mas o que vem a ser leitura e o que ela representa? Desde que nascemos lemos tudo a nossa volta, um sorriso, um olhar, reconhecemos nossa casa e nossos objetos, tudo isso sem ao menos conhecer as letras do alfabeto. “Ninguém nasce a saber ler. Aprende-se a ler à medida que se vive. O mundo da leitura e a leitura do mundo são trajetórias circulares e infinitas.” (LAJOLO, 1994, p. 68). Assim, lemos para compreender o mundo e nos inserir nele. Lemos para aprender, para conhecer, pois a leitura nos faz existir e por ela continuamos a viver.

Paulo Freire afirma que:

A leitura e a escrita das palavras, contudo, passa pela leitura do mundo. Ler o mundo é um ato anterior à leitura da palavra. O ensino da leitura e da escrita da palavra a que falte o exercício crítico da leitura e da releitura do mundo é científica, política e pedagogicamente, capenga (FREIRE, 1982, p. 79).

Por meio da leitura de mundo, que são as leituras anteriores ao reconhecimento dos códigos e das palavras, isto é, parte-se do que o aluno já sabe para posteriormente introduzir a leitura da palavra. O processo de ensino aprendizagem partindo dos interesses e necessidades da criança, do seu conhecimento de mundo, torna-se mais atraente e, assim, uma leitura mais significativa.

Não é necessário viajar para o exterior para conhecer o mundo, basta ler. Conhecer as palavras e poder apropriar-se delas nos torna cada vez mais coautores da história do livro chamado “vida”. Mas a escrita não é o bastante para compreender todo esse repertório, é preciso conhecer as diferentes formas de expressão e de leitura que nos cercam.

A leitura pode ser compreendida por textos escritos ou não, pois

Aprender a ler é familiarizar-se com diferentes textos produzidos em diferentes esferas sociais (jornalística, artística, judiciária, científica, didático-pedagógica, cotidiana, midiática, literária, publicitária, entre outras) para desenvolver uma atitude crítica, quer dizer, de discernimento, que leve a pessoa a perceber as vozes presentes nos textos e perceber-se capaz de tomar a palavra diante deles (YUNES, 2009, p.9).

Por esse motivo, sabemos que não basta apenas alfabetizar os alunos, ou seja, a simples decodificação da língua escrita, é preciso um processo mais amplo como o letramento. Soares (1998, p. 47) faz a distinção entre alfabetização e letramento dessa forma:

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado.

Daí a importância de uma prática constante de leitura, de acesso a diferentes gêneros textuais nos diferentes contextos para a formação de leitores e autores cada vez mais competentes.

É o que reforça Leonardo Boff (1997, p. 9) quando destaca que,

Ler significa reler e compreender, interpretar. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura. (...) Isso faz da compreensão sempre uma interpretação. Sendo assim, fica evidente que cada leitor é co-autor [...].

Nesse sentido, a partir da leitura de um mesmo livro por leitores distintos, é possível uma compreensão individualizada, pois cada um faz a leitura conforme os seus conhecimentos de mundo, reflexões e interpretações sobre o que lê.

Ler é o processo de construir um significado a partir do texto. Isso se torna possível pela interação entre os elementos textuais e os conhecimentos do leitor. Quanto maior for a concordância entre eles, maior a probabilidade de êxito na leitura (NASPOLINI, 1996, p. 25).

Nessas intrincadas interações entre texto/leitor, leitor/autor é que os significados são construídos e os sentidos vão sendo produzidos. E, dessa forma, as interpretações de um mesmo texto por diferentes leitores podem fazer emergir do texto sentidos também diferentes, isso porque vai depender das vivências e experiências de cada leitor, que são muito particulares de cada um.

Na leitura, o leitor está diante de palavras escritas por um autor que não está presente para completar as informações. Por isso, é natural que forneça informações ao texto enquanto lê. Contudo, o texto também atua sobre os esquemas cognitivos do leitor. Quando alguém lê algo, inicia aplicando um determinado esquema, alterando-o ou confirmando-o, ou ainda, tornando-o mais claro e exato. Assim, duas pessoas que estão lendo o mesmo texto podem entender mensagens diferentes, porque seus esquemas cognitivos são diferentes, ou seja, as capacidades já internalizadas e o conhecimento de mundo de cada uma são específicos (NASPOLINI, 1996, p. 25).

Por isso, é muito importante que o leitor faça uma primeira leitura e, se necessário, releia o texto, destacando informações e aspectos relevantes, confirmando hipóteses e selecionando o que realmente interessa e é importante para sua compreensão. O que pode facilitar ou dificultar a compreensão de um texto vai depender do perfil do leitor, o domínio que ele tem sobre as formas de linguagem, sua prática enquanto leitor e suas experiências de vida.

Assim, a leitura amplia as competências e habilidades do aluno, o seu vocabulário e poder de argumentação, enriquecendo a linguagem e seu uso, expandindo a visão e a compreensão de mundo, transformando o sujeito em protagonista do seu tempo e do seu espaço de vivência. A leitura, portanto, representa a porta de entrada para o encontro com o outro, com o mundo e em diferentes tempos e espaços.

Com a leitura é possível transcender no tempo e no espaço, principalmente, por meio da literatura. Assim como a pintura, a música e a dança, a Literatura é também considerada uma arte, "Arte literária é mimese (imitação); é a arte que imita pela palavra." (Aristóteles, filósofo grego, séc. IV a.C.).

O então, crítico literário brasileiro, Afrânio Coutinho, também considera a literatura como uma arte, principalmente pela presença da estética,

A Literatura é fenômeno estético. É uma arte, a arte da palavra. Não visa informar, pregar, documentar. Acidentalmente, secundariamente, ela pode fazer isso, pode conter história, filosofia, ciência, religião. O literário ou o estético inclui precisamente o social, o histórico, o religioso etc., porém transformando esse material em estético. Às vezes ela pode servir de veículo de outros valores. Mas o seu valor e significado residem não neles, mas em outra parte, no seu aspecto estético-literário, que lhe é comunicado pelos elementos específicos, componentes de sua estrutura, e pela finalidade precisa de despertar no leitor o tipo especial de prazer, que é o sentimento estético. O que a Literatura proporciona ao leitor, só ela o faz, e esse prazer não pode ser confundido com nenhum outro, informação, documentação, crítica. Não fora isso, não fossem a natureza específica da literatura e o prazer que dela retiramos, as obras literárias não resistiriam ao tempo e às mudanças de civilização e cultura (COUTINHO, 2008, p. 23).

A literatura sempre esteve presente na vida das pessoas, antes mesmo da escrita, por meio da tradição oral: contos, lendas, crendices, superstições, histórias maravilhosas, entre outros. Somente depois de serem contadas de geração para geração, é que passaram a ser escritas em forma de registro.

Assim, com o surgimento da escrita, amplia-se o campo de acesso à literatura, sendo os primeiros registros da literatura provenientes da tradição oral, adquirindo ainda mais espaço para a construção de sua história.

Ao longo dos tempos, a literatura expressa as experiências vividas pelo homem em momentos históricos distintos, porque a arte descreve acontecimentos sociais, econômicos, culturais e políticos de uma época. Nesse sentido, a literatura é

transmissão de cultura e conhecimento, pois em diferentes obras literárias é possível aproximar o leitor do momento histórico-cultural, identificando épocas a partir do que está registrado.

De acordo com cada momento histórico, ao longo de toda a vida humana e social, a arte adquire características novas e distintas de outros períodos e a esses períodos limítrofes na literatura convencionou-se chamar de Períodos Literários, Escolas Literárias ou, ainda, Estilos de Época.

A literatura portuguesa esta dividida em três eras: a Medieval, nos séculos XII ao XV teve como característica o feudalismo o teocentrismo (Deus como o Centro). Na era clássica que tem como característica o Renascimento, nos séculos XVI e XVIII teve como base, restauração dos valores clássicos (Iluminismo). Já na Era Moderna ou Românica era o momento da era das máquinas e da eletricidade (Disponível em: <http://www.colegioweb.com.br/introducao/periodizacao-da-literatura-portuguesa>. Acesso em 20 mar.15).

Os períodos literários são, desse modo, classificados como Trovadorismo, Humanismo, Classicismo (esses três períodos não aconteceram no Brasil, porque o país ainda não havia sido colonizado), Literatura de Informação e Catequese (período da descoberta do Brasil e do início da colonização), Barroco, Arcadismo, Romantismo, Realismo, Naturalismo, Parnasianismo, Simbolismo, Modernismo e Pós-Modernismo.

Esses períodos são retratos da época vivida, traços de tudo que acontecia, os costumes da época, a sociedade, as ideias difundidas, as formas de linguagem utilizadas, as tradições e manifestações culturais de determinado tempo/espço, enfim, a sociedade daquela época. Com essa periodização, é possível, mesmo a quem não viveu e conviveu naquele determinado tempo histórico-cultural, viajar no túnel do tempo e compreender como aconteceram as transformações políticas, sociais, econômicas e artísticas ao longo da história.

Embora seja de suma importância esses momentos literários, não vamos nos ater aqui a explorá-los, porque esse não é nosso objetivo. No entanto, falar em Literatura e não mencioná-los, seria deixar à margem parte crucial da constituição da Literatura enquanto arte e, principalmente, enquanto área do conhecimento.

Assim, depois de dar um passeio sobre a organização da Literatura em Períodos Literários, enfocaremos com maior riqueza de detalhes a Literatura infantil

e Infanto-Juvenil, já que é nesse íterim que debruçaremos a maior parte de nossas pesquisas. Não que haja distinção entre Literatura, Literatura Infantil e Literatura Infanto-Juvenil, mas é importante ter em vista que a abordagem é diferente.

Então, em especial enfatizamos a Literatura infantil, por ser bastante influenciadora na formação da criança, base da formação de leitores, podendo primeiramente conhecer o mundo em que vive e assim se preparar para compreendê-lo. GOES (1990, p. 16) vem reforçar essa ideia quando diz que,

A leitura para a criança não é, como às vezes se ouve, meio de evasão ou apenas compensação. É um modo de representação do real. Através de um "fingimento", o leitor re-age, re-avalia, experimenta as próprias emoções e reações.

Podemos perceber que a Literatura tem o poder de formar e transformar o ser humano, permitindo conhecer momentos e experiências distintas da sua realidade, oportunizando o conhecimento e a aprendizagem.

Antonio Cândido revela que o autor não está sozinho quando escreve e que o leitor participa ativamente dando sentido ao que lê e, ainda, identificando-se ou não com o que está escrito, podendo viajar no mundo da imaginação.

A Literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apóia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Ela não corrompe nem edifica, portanto; mas trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver (CÂNDIDO, 1995, p. 243).

Dessa forma, o contato com a Literatura amplia o contato com a cultura e faz conhecer diferentes momentos e fatos, pois é por meio das manifestações artísticas expressas pelo povo que são registrados os acontecimentos culturais.

Conforme justifica a autora:

[...] é na Literatura, em suas diferentes formas e desde os mais remotos tempos, que a humanidade tem repertoriado, reunido a sua própria história. Com a mais rica linguagem que foi capaz de criar, a humanidade tem explicado para todos e para cada um as nossas origens, as nossas crenças, os nossos mitos, as nossas alegrias e os nossos sofrimentos (ABRAMOVICH, 1997, p. 68).

Posto isso, percebemos que a Literatura tem papel fundamental perante a sociedade, pois ela é a marca, o registro da cultura de um povo e de uma época, abrindo e alargando caminho para o conhecimento e, conseqüentemente, para reflexões acerca de tudo o que nos cerca.

Compreendemos, então, que a literatura pode influenciar de forma positiva a formação humana, pois consegue ampliar o processo das relações humanas, propiciando apreciar não só o que está presente, mas também compreender, conhecer, desenvolver capacidades de articulação entre a história de sua cultura e de culturas distintas, a partir do que é registrado ao longo dos tempos.

1.2 A leitura como prática sociocultural na escola

Entendendo a prática da leitura, por meio de símbolos gráficos, imagens, sons ou sensações, como indispensável para a formação do homem enquanto pessoa sociável e atuante na sociedade deve-se levar em conta que essa prática precisa ser desenvolvida desde os primeiros anos de vida, seja em casa ou na escola.

Ouvir estórias, ler imagens, contar e recontar histórias desenvolve o interesse pelo mundo das palavras e, a partir do contato com a literatura, conhecer as preferências e necessidades de leitura desse público, estimulando cada vez mais o gosto por essas atividades. Atividades que vão além do que está escrito no livro, como a leitura de uma receita de bolo, a lista do supermercado, os rótulos de produtos, as notas de uma música, entre outros, como bons exemplos de práticas leitoras que revelam a função social da linguagem, uma vez que estão presentes na vida das pessoas e fazem parte do seu dia a dia.

Nessa perspectiva, a leitura que já foi percebida como o simples ato de decifrar símbolos gráficos, passa a ser entendida como um processo de compreensão mais amplo do que apenas identificar os sinais gráficos, pois essas práticas extrapolam o que está posto e exigem entendimento, construção e conhecimento. Mais do que adquirir bagagem cultural, a leitura representa, de certa forma, uma ascensão social, pois traz interpretações e sentidos necessários às relações com outras pessoas.

Destaca-se, assim, a importância de compreender como as ações, sejam elas projetos, programas ou campanhas de incentivo à leitura no Brasil foram pensadas,

delineadas e implementadas, visto que a leitura está presente em diferentes tempos e espaços na vida social.

A leitura, como prática sociocultural, deve estar inserida em um conjunto de ações sociais e culturais e não exclusivamente escolarizadas, entendida como prática restrita ao ambiente escolar. Portanto, pensar políticas de leitura extrapola o âmbito da escola - como locus e como função -, mas sem dúvida não pode prescindir dela, inclusive por ser a instituição pública das mais democratizadas - pela qual quase todos recentemente conseguem chegar e passar - ainda que, em muitos casos, descontinuamente e sem sucesso (BERENBLUM, 2009, p.23).

A escola, ainda que com o avanço tecnológico e a presença das mídias, tem um papel muito importante para promover a socialização da leitura e da escrita, pois estimula a criatividade, cria oportunidades e descobertas para seus alunos e para a comunidade.

Cabe ainda destacar que a questão da leitura não pode ser tratada apenas para os que vão à escola, se não para todos que circulam em seu entorno. A responsabilidade social da escola - e do poder público - não se restringe aos usuários diretos, mas à rede da qual esses usuários participam e com a qual interagem. Assim, o incentivo e a promoção de momentos de interação e debate sobre assuntos de interesse da comunidade, por meio de diversas iniciativas em torno da leitura, podem funcionar para instigar a curiosidade, estimular a pesquisa, o estudo e a busca por respostas em diferentes meios de informação, acessíveis até então, ou alcançáveis, a partir da intervenção pedagógica realizada na escola (BERENBLUM, 2009, p.25).

Sem restringir apenas à escola esse potencial, mas lembrando que muitos dos adultos, inseridos hoje na sociedade, passaram a maior parte da sua vida na escola. E, ainda, que um trabalho bem elaborado, realizado dentro da escola, transcende seus muros e cria redes de comunicação capazes de transformar e melhorar o contexto em que está inserido.

Para tanto, torna-se necessário desenvolver a formação de leitores, capaz de instigar de crianças a adultos, o contato e a prática da leitura. “Ações relativas à biblioteca escolar são imprescindíveis para a implementação de uma política de formação de leitores” (BERENBLUM, 2009, p.31). Nesse sentido, em maio de 2010 foi sancionada pela Presidência da República, a Lei 12.244 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei. Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura. Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998 (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Lei/L12244.htm. Acesso em 24 mar.15).

A referida lei chega um tanto quanto atrasada para se pensar em um país que investe em educação e acredita nela como base de sustentação para o seu desenvolvimento.

No entanto, além de beneficiar os alunos, professores e comunidade, valoriza aquele profissional formado em biblioteconomia que muitas vezes não exerce de fato sua profissão por falta de recursos materiais de qualidade.

Vale ressaltar que não basta abrir bibliotecas para se formar leitores, pois muito bem avalia Ivani Naked, do Instituto Brasil Leitor quando diz:

Sem vontade política, sem educar primeiro a sociedade, mostrar a importância de ter espaços comunitários aonde seja possível ler e também se expressar de outras maneiras, a 12.244 será outra lei bem pensada, mas que não vai funcionar na prática (Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br>. Acesso em 24 mar.15).

Reforçar a reflexão da prática de leitura desde a educação infantil, seja na escola ou em casa, em bibliotecas ou diferentes espaços de experiência com a leitura no seu mais amplo sentido é uma ação que necessita do empenho de diversos atores sociais.

Lembrando que com a promulgação da LDB 9394/96 a educação vem buscando novos rumos e atitudes para o desenvolvimento e qualidade no ensino, e, a partir daí, desde 1997 vem sendo desenvolvido o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) que tem por objetivo “promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência” (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 24 mar.15).

Porém esse objetivo exige atenção e reflexão, pois o incentivo à leitura segundo Garcez depende de:

1) convívio contínuo com histórias, livros e leitores, desde a primeira infância; 2) valorização social da leitura pelo grupo social a que pertence; 3) disponibilidade de acervo de qualidade e adequado aos interesses, horizontes de desejo e aos diferentes estágios de leitura dos usuários; 4) tempo para ler, sem interrupções, previsto e assegurado no planejamento escolar; 5) espaço físico agradável, confortável, estimulante e atrativo; 6) ambiente de segurança psicológica e de tolerância dos educadores em relação ao percurso individual de superação de dificuldades; 7) valorização da leitura pelo grupo; 8) oportunidades para expressar, registrar e compartilhar interpretações e emoções vividas nas experiências de leitura; 9) acesso a orientação qualificada sobre por que ler, o que ler, como ler e quando ler (Garcez, 2000, p. 5).

O que muitas vezes não acontece na prática, devido a vários fatores que influenciam e tornam o percurso para atingir o objetivo um tanto desanimador, seja por falta de administração dos recursos, falta de profissionais, falta de planejamento ou, muitas vezes, falta de conhecimento e formação.

Conforme apresentado no quadro abaixo, a destinação dos acervos acontece em um ano para as escolas de educação infantil, de ensino fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens e adultos, e no próximo ano as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio. Das escolas públicas de educação básica, cadastradas no Censo Escolar, todas são atendidas pelo programa. Outro dado importante é que o processo de avaliação, seleção e composição dos acervos é de responsabilidade do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e a distribuição dos acervos está relacionada com o número de alunos matriculados cadastrados no Censo Escolar, daí a importância e compromisso da escola em manter seu cadastro atualizado.

Quadro I: Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) - fornecimento de obras e demais materiais de apoio à prática da educação básica.

Ano de Aquisição	Ano de Atendimento	Destinação dos Acervos
2009	2010	Educação Infantil (creche e pré-escola) Ensino Fundamental (anos iniciais) EJA (fundamental e médio)
2010	2011	Ensino Fundamental (anos finais) Ensino Médio
2011	2012	Educação Infantil (creche e pré-escola) Ensino Fundamental (anos iniciais) EJA (fundamental e médio)
2012	2013	Ensino Fundamental (anos finais) Ensino Médio
E assim sucessiva e alternadamente nos anos seguintes		

Disponível em: https://www.fnnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000007&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC. Acesso em 25 mar.15.

Executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), o referido programa apoia os sistemas públicos de ensino, mas deixa claro a responsabilidade para os estados e municípios construírem, aparelharem e manterem as bibliotecas escolares. Dessa forma, deve-se considerar ainda que,

Qualquer que seja a alternativa possível dos sistemas e escolas, alguns cuidados devem cercar a dotação de acervos, por parte dos sistemas, considerando-se que práticas de leitura contemporâneas são marcadas pela abundância da oferta de textos e pela diversidade de suas formas de reprodução, suportes e organização textual, gráfica e visual. Desse modo, a composição do acervo de bibliotecas escolares, considerando-se a função mais ampla que deve exercer em sua comunidade, deve garantir o acesso a obras diversificadas, voltadas tanto para crianças, adolescentes e jovens, quanto para professores e demais profissionais das escolas, como para adultos e pessoas das comunidades (BERENBLUM, 2009, p. 32).

O PNBE divide-se em três ações:

[...] avaliação e distribuição de obras literárias, cujos acervos literários são compostos por textos em prosa (novelas, contos, crônica, memórias, biografias e teatro), em verso (poemas, cantigas, parlendas, adivinhas), livros de imagens e livros de história em quadrinhos; o PNBE Periódicos, que avalia e distribui periódicos de conteúdo didático e metodológico para as escolas da educação infantil, ensino fundamental e médio e o PNBE do Professor, que tem por objetivo apoiar a prática pedagógica dos professores da educação básica e também da Educação de Jovens e Adultos por meio da avaliação e distribuição de obras de cunho teórico e metodológico (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 25 mar.15).

A distribuição abarca gêneros literários variados, instrumentos ricos de possibilidades do conhecimento. Mesmo assim, o programa PNBE por si só não atinge o objetivo de atender alunos e professores para o acesso à cultura e incentivo à leitura, pois de acordo com os dados do Censo Escolar de 2009 a maioria das escolas públicas da educação básica, e parte dos estabelecimentos privados, não têm bibliotecas.

As Políticas Públicas nesse país demonstram ser instituídas sem ao menos uma avaliação do cenário onde vão atuar, como elaborar um programa para distribuição de obras sem preparar essas escolas e professores para as receberem. Repensando a ordem cronológica e refletindo sobre a função social da escrita, é preciso mudar a cultura de belas leis escritas no papel e fazer uma leitura interpretativa na ação e atuação dessas leis, pensar sobre o verdadeiro sentido de uma Política Pública para promoção da cultura de forma que possa atender a todos sem exclusão.

[...] o sucesso da implementação da Política de Formação de Leitores dependerá da construção de um canal de interlocução constante do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica, com os demais entes federados, de forma a garantir a interação e coesão dessa política com outras ações de formação de leitores desenvolvidas no âmbito de estados, municípios e do Distrito Federal (BERENBLUM, 2009, p. 34).

Nessa perspectiva, programas de democratização da leitura devem ir além da distribuição de obras literárias e, de forma acelerada, no mundo contemporâneo onde a mídia, a arte e a informação estão muito mais acessíveis, os esforços devem

ser ainda maiores na formulação de ações para estímulo à leitura. Mais uma vez a presença do professor se torna imprescindível, como aquele que irá mediar essa democratização para que extrapole os muros da escola.

Mediar a leitura significa intervir para aproximar o leitor da obra e, nesse sentido, o trabalho do professor assume uma dimensão maior, uma vez que extrapola os limites do texto escrito, promovendo o resgate e a ampliação das experiências de vida dos alunos e do professor mediador (PNBE na escola, 2014, p. 7).

Dessarte, a formação continuada do professor leitor mediador seria a porta de entrada para uma ação consciente de promoção da leitura.

A formação do professor é condição básica para que se efetive uma política de formação de leitores no âmbito da escola. Não se trata de um professor que apenas “leia”, mas de um professor que leia com competência e autonomia, capaz não apenas de incentivar seus alunos, mas de mostrar-lhes as sutilezas e entrelinhas dos textos, em especial dos textos escritos (BERENBLUM, 2009, p.23).

Sem esquecer que a responsabilidade deve ser de todos os atores da sociedade: família, escola, professores, bibliotecários, especialistas, pesquisadores, editores, autores, meios de comunicação, instituições governamentais e não governamentais, pois se queremos realmente socializar o direito à leitura, como forma de conhecimento, interpretação e compreensão do mundo e do ser humano, é imprescindível uma articulação contínua, intensa e harmoniosa entre esses atores (Garcez, 2000).

Desse modo, uma das características primordiais do Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER, que será apresentado no próximo capítulo, é considerar a leitura, também, como prática sociocultural, enfatizando a importância da democratização do acesso à leitura e à participação significativa do professor leitor, multiplicador e mediador.

1.3 A importância da leitura para o ensino aprendizagem

Ao compreendermos que a partir do contato com a leitura é possível produzir conhecimento e reflexão como sujeito de transformação, desenvolvendo a formação

intelectual e emocional, então, torna-se imprescindível sua presença no âmbito da educação escolar.

Muito além de ensinar a ler e a escrever, o professor também é responsável por abrir as portas do conhecimento cultural para seus alunos, o contato com um universo muitas vezes não visitado. E, muito além do saber ler e escrever, é necessário compreender o que está escrito e saber relacionar-se com os diferentes tipos de textos e comunicações presentes na sociedade.

Vale destacar a atenção que se tem dado para a melhoria da prática leitora a fim de contribuir com as avaliações sistêmicas da educação brasileira, nas quais os maiores problemas de aprendizagem dos alunos estão relacionados com a leitura e interpretação de textos, tanto na área de português quanto de matemática.

Desde a LDB nº 9.394/96, que apresenta como uma das finalidades da educação o desenvolvimento do educando e seu preparo para a cidadania, é imprescindível para esse educando que além de decifrar os símbolos gráficos, consiga formar-se como um leitor que compreende o que está lendo e o que está a sua volta, capaz de se formar também como cidadão consciente de seu papel na sociedade.

Porém, desde 2001, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) já sinalizam a relevância do papel da leitura e sua influência para a vida em sociedade,

Um leitor competente é alguém que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre os textos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua, que consegue utilizar estratégias de leitura adequadas para abordá-los de forma a atender essa necessidade (PCN 2001, p. 54).

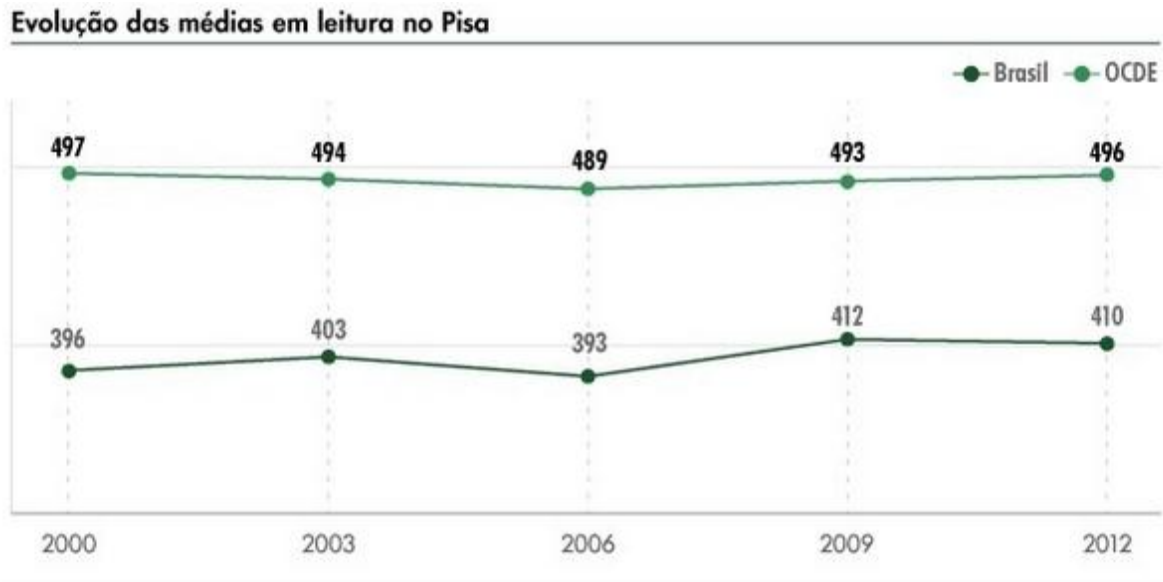
Pensando nisso é que discussões sobre políticas públicas voltadas para a promoção da leitura desde a educação infantil são realizadas, pois os resultados nas avaliações como o SAEB⁸ ou o PISA⁹ tornam-se preocupantes.

⁸Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) , Portaria nº 931, de 21 de março de 2005, composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc).

⁹Programme for International Student Assessment (Pisa) - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O programa é desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No Brasil, o Pisa é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>. Acesso em 20 fev.15).

Resultados do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA de 2012 demonstram que o desempenho dos estudantes brasileiros em leitura piorou em relação aos dados de 2009.

Gráfico I – Evolução das médias em leitura no PISA.



Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/12/03/pisa-desempenho-do-brasil-piora-em-leitura-e-empaca-em-ciencias.htm>. Acesso em 20 fev.15.

A avaliação de leitura foi o foco das edições de 2000, 2009 e 2012 do PISA e, como podemos perceber pelo gráfico, em 2012 não houve grandes progressos, pois o Brasil obteve 410 pontos em leitura no ano de 2012, dois pontos a menos que na avaliação de 2009. E ainda, tomando uma distância considerável de 86 pontos abaixo da média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE¹⁰) que alcançaram 496 pontos. Constatamos, portanto, que o nível de desempenho dos alunos em relação à leitura tem diminuído com o passar dos anos, situação bastante inquietante. Seria necessário repensar as Políticas Públicas vigentes nesse âmbito? Com certeza não podemos negar que a avaliação tem cumprido seu papel, cabe aos órgãos responsáveis saber interpretar e refletir sobre avanços e retrocessos, buscando melhorias, pois é evidente a ineficiência da formação dos leitores brasileiros, ou seja, o leitor que consegue compreender o que

¹⁰Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com sede em Paris, França, é um organismo composto por 34 membros. Fundada em 14 de dezembro de 1961, sucedendo a Organização para a Cooperação Econômica Europeia, criada em 16 de abril de 1948. (Disponível em: <http://www.sain.fazenda.gov.br/sobre-a-sain-1/ocde>. Acesso em 20 fev.15).

lê, capaz de fazer inferências no texto, estabelecer relações entre o que está escrito e o que está subentendido entre o texto e o contexto, interpretando letras, imagens e/ou gráficos.

Em relação aos outros países, temos muito que melhorar quanto à leitura, visto que estamos em 55º lugar no Ranking de Leitura, como podemos observar no quadro a seguir.

Quadro II – Ranking de leitura PISA 2012.

RANKING DE LEITURA PISA 2012

Economias	Média
1º - Xangai-China	570
2º - Hong Kong-China	545
3º - Cingapura	542
4º - Japão	538
5º - Coreia do Sul	536
6º - Finlândia	524
7º - Irlanda	523
8º - Taiwan (Taipei-China)	523
9º - Canadá	523
10º - Polónia	518
Média da OCDE	496
53º - Montenegro	422
54º - Uruguai	411
55º - Brasil	410
56º - Tunísia	404
57º - Colômbia	403
65º - Peru	384

Fonte: OCDE

Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/12/03/pisa-desempenho-do-brasil-piora-em-leitura-e-empaca-em-ciencias.htm>. Acesso em 20 mar.15.

Ao analisar os dados, percebemos que não é uma tarefa fácil formar leitores críticos e produtores de diferentes textos em diferentes contextos, é algo que exige planejamento, disciplina e conhecimento. E, também, ao considerar que “apenas um em cada quatro jovens e adultos brasileiros consegue compreender totalmente as informações contidas em um texto e relacioná-las com outros dados” (PNLL, 2006, p.16).

Não basta a inclusão de alunos nas escolas, se estes não são incluídos plenamente. Nem é possível calcular o desenvolvimento do alfabetismo no país apenas pelo número de alunos que frequentam a escola, considerando que muitos matriculados não conseguem ler e compreender o que estão lendo, ou ainda, escrever um texto inteligível.

Considerando a variedade de textos presentes em nosso dia a dia, como outdoors, propagandas, placas de trânsito, bulas de remédio, contas de luz e/ou de telefone, é indispensável admitir que “Ler não significa somente compreender o que está escrito com letras. Significa também compreender algo sem palavras, que se observa e interpreta, a arquitetura de um prédio, uma obra de arte, uma dança” (NASPOLINI, 1996, p. 35).

Mesmo tentando reverter o quadro de analfabetos no país, a partir da década de 80, com as Políticas Públicas voltadas para a educação, é crescente o número de analfabetos brasileiros, mesmo aqueles conhecidos como analfabetos funcionais, ou seja, aqueles que frequentam os bancos escolares, mas mesmo assim não sabem de fato ler.

Faz-se, então, necessário assinalarmos que existe uma diferença acentuada entre analfabetismo e alfabetismo funcional,

A definição de analfabetismo vem, ao longo das últimas décadas, sofrendo revisões significativas como reflexo das próprias mudanças sociais. Em 1958, a UNESCO definia como alfabetizada uma pessoa capaz de ler e escrever um enunciado simples, relacionado a sua vida diária. Vinte anos depois, a UNESCO sugeriu a adoção dos conceitos de analfabetismo e alfabetismo funcional. Portanto, é considerada alfabetizada funcionalmente a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita e habilidades matemáticas para fazer frente às demandas de seu contexto social e utilizá-las para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida (Disponível em: <http://www.ipm.org.br>. Acesso em 23 mar.15).

Destaca-se, como uma das principais causas do elevado índice de alfabetismo funcional no Brasil, a dificuldade em compreender uma informação escrita, haja vista a crescente falta de contato com a leitura. E, para demonstrar tal crescimento, foi criado em 2012 o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf).

O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) revela os níveis de alfabetismo funcional da população brasileira adulta. Seu principal objetivo é oferecer informações qualificadas sobre as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade, de modo a fomentar o debate público, estimular iniciativas da sociedade civil, subsidiar a formulação de políticas públicas nas áreas de educação e cultura, além de colaborar para o monitoramento do desempenho das mesmas. Dessa forma, pretende-se que a sociedade e os governos possam avaliar a situação da população quanto a um dos principais resultados da educação escolar: a capacidade de acessar e processar informações escritas como ferramenta para enfrentar as demandas cotidianas (Disponível em: <http://www.ipm.org.br>. Acesso em 23 mar.15).

Com esse indicador foi possível, a partir de uma amostra nacional de 2.000 pessoas e por meio de entrevistas domiciliares com testes cognitivos a estudantes e não estudantes com idade entre 15 e 64 anos em todas as regiões do Brasil, mensurar os níveis de alfabetismo funcional.

Tabela I – Censo Populacional IBGE 2000 e PNAD 2009 – Escolaridade da população de 15 a 64 anos no Brasil.

Escolaridade da população de 15 a 64 anos no Brasil / IBGE				
Escolaridade		Censo		PNAD
Sem escolaridade	10%	10.866.552	9%	11.766.782
Ensino Fundamental I	30%	32.599.656	18%	23.533.564
Ensino Fundamental II	28%	30.426.345	24%	31.378.086
Ensino Médio	24%	26.079.725	35%	45.759.708
Superior	8%	8.693.242	14%	18.303.883
TOTAL	100%	108.665.519	100%	130.742.024

Fonte: Censo Populacional IBGE 2000 e PNAD 2009.

O Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa, que são parceiros na criação e implementação do Inaf, definem em quatro os níveis de alfabetismo:

Analfabetos: não conseguem realizar nem mesmo tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços, etc.). Alfabetizados em nível rudimentar: localizam uma informação explícita em textos curtos e familiares (como, por exemplo, um anúncio ou pequena carta), leem e escrevem números usuais e realizam operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias. Alfabetizados em nível básico: leem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo com pequenas inferências, leem números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma sequência simples de operações e têm noção de proporcionalidade. Alfabetizados em Nível pleno: pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos usuais: leem textos mais longos, analisam e relacionam suas partes, comparam e avaliam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. Quanto à matemática, resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar tabelas de dupla entrada, mapas e gráficos (Disponível em: <http://www.ipm.org.br>. Acesso em 23 mar.15).

Desses quatro níveis, são considerados analfabetos funcionais os que se encaixam em analfabetos e os alfabetizados em nível rudimentar, e funcionalmente alfabetizados somente os alfabetizados em nível básico e em nível pleno.

O Instituto aponta em seus resultados que o analfabetismo absoluto e rudimentar consegue diminuir, atingindo um aumento no nível básico de habilidades de leitura e escrita, porém o nível de habilidade pleno não sofre nenhuma alteração.

De acordo com essas informações, é inegável que, mesmo com políticas públicas voltadas para a melhoria da leitura e da escrita entre os brasileiros, muitas pessoas ainda não conseguem ler, compreender, interpretar e analisar textos do seu cotidiano, muito menos textos mais longos que requerem análise e avaliação das informações, para que se alcance o que realmente o texto propõe.

Na tabela abaixo nota-se a evolução do indicador de alfabetismo funcional da população entre 15 e 64 anos,

Tabela II – Evolução do indicador de alfabetismo funcional - população de 15 a 64 anos.

Evolução do Indicador de Alfabetismo Funcional População de 15 a 64 anos (em %)							
	2001- 2002	2002- 2003	2003- 2004	2004- 2005	2007	2009	2011- 2012
Analfabeto	12	13	12	11	9	7	6
Rudimentar	27	26	26	26	25	21	21
Básico	34	36	37	38	38	47	47
Pleno	26	25	25	26	28	25	26
Analfabetos funcionais (Analfabeto e Rudimentar)	39	39	38	37	34	27	27
Alfabetizados funcionalmente (Básico e Pleno)	61	61	62	63	66	73	73
	base 2002	2002	2002	2002	2002	2002	2002

Fonte: INAF BRASIL 2001 a 2011.

A partir da análise dos dados da referida tabela, é possível identificar que o aumento da porcentagem de escolaridade não é garantia de um país de alfabetizados, pois há muito que se fazer para melhorar a qualidade da educação, repensar e avaliar os investimentos que são destinados para esse setor, implementar políticas públicas para a melhoria das escolas, da formação inicial e continuada dos professores e das condições para o exercício da função.

A leitura precisa estar presente em todo o planejamento, da Educação Infantil ao Ensino Médio, preparando o aluno para viver em sociedade e conseguir escrever e compreender aquilo que lê, pois a prática leitora é fundamental para a prática da escrita, isto é, é a base do conhecimento para a construção da escrita.

Portanto,

[...] elaborar um texto é uma tarefa cujo sucesso não se completa, simplesmente, pela codificação das ideias ou das informações, através de sinais gráficos. Ou seja, produzir um texto não é uma tarefa que implica apenas o ato de escrever. Não começa, portanto, quando tomamos nas mãos papel e lápis. Supõe, ao contrário, várias etapas, interdependentes e intercomplementares, que vão desde o planejamento, passando pela escrita propriamente, até o momento posterior da revisão e da escrita (ANTUNES, 2003, p. 54).

Muitas vezes torna-se difícil a prática da escrita, porque a prática da leitura não é desempenhada com frequência, haja vista esperar que quem lê bem, fale bem e escreva bem. É inquestionável que a leitura dá subsídios para o aluno escrever melhor, para se manter mais informado, compreender e resistir melhor aos dramas humanos, aos problemas sociais e políticos, sabendo se expressar sobre diferentes assuntos e em variadas situações de comunicação com mais segurança e coerência.

A leitura impulsiona o sujeito a conhecer, a aprender, a desenvolver e a interagir com o outro, pois a palavra escrita “é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém” (Bakhtin, 1997, p. 13).

Cabe à escola proporcionar aos seus alunos o contato com o mundo da leitura, nos seus diferentes gêneros e possibilidades, a prática tanto da leitura como da escrita para além dos clichês presentes no dia a dia da escola a fim de cumprir com o planejamento. E, ao professor, trabalhar diferentes textos e contextos, preparando o aluno para o prazer da criação, da escrita como realização e não como obrigação, “não tenho dúvidas: se nossa prática de professores se afasta do ideal é porque nos falta, entre outras condições, um aprofundamento teórico, acerca de como funciona o fenômeno da linguagem humana” (ANTUNES, 2003, p. 40).

Repensar a prática pedagógica também é papel do professor e a leitura é fundamental nesse sentido, pois o professor só consegue sair da zona de conforto quando ele também amplia seu olhar para o aprendizado, percebendo que esse acontece a vida toda a partir das experiências e aprofundamento teórico.

Percebemos que é necessária mudança de atitudes para que a leitura seja tratada e vista como fator imprescindível para o desenvolvimento da sociedade, que os profissionais da educação sejam exemplos de leitores e fomentadores nesse processo.

Isso vem de encontro com o que nos diz Kleiman sobre o que é ensinar a ler:

[...] criar uma atitude de expectativa prévia com relação ao conteúdo referencial do texto, isto é, mostrar à criança que quanto mais ela prever o conteúdo, maior será sua compreensão; (...) é ensinar a utilização de múltiplas fontes de conhecimento – lingüísticas, discursivas, enciclopédicas (...) é ensinar, antes de tudo, que o texto é significativo (...) criar uma atitude que faz da leitura a procura pela coerência (KLEIMAN, 2004, p. 151).

A autora nos faz repensar a prática, refletindo sobre o importante papel do professor na construção da leitura e da escrita, não a leitura como mera decodificação de símbolos e sem atribuição de sentidos, mas sim permitir ao leitor a compreensão do que está lendo, construindo os sentidos do texto.

Também é importante levar em conta que o uso da tecnologia tem expandido muito o acesso à leitura, mas uma leitura muitas vezes restrita e sem nenhuma mediação. O professor não pode ignorar que seus alunos estejam conectados a vários lugares ao mesmo tempo, então precisa transformar essa situação a favor de sua prática e do desenvolvimento da aprendizagem.

Por isso, faz-se necessário compreender as Políticas Públicas voltadas ao incentivo da leitura para que assim os educadores possam usufruir de todas as oportunidades que viabilizem crescimento intelectual e, conseqüentemente, maior domínio e segurança ao desenvolver trabalhos voltados para a formação de leitores. Sendo assim, é inegável a necessidade de maior investimento em Políticas Públicas na capacitação de professores que trabalhem a leitura como prática social, indispensável à formação do sujeito/leitor desde a educação infantil, contribuindo para maior criticidade e autonomia tão importante para a vida em sociedade.

CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE POLÍTICA PÚBLICA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado (Paulo Freire).

2.1 Conceito de Políticas Públicas

Pesquisar sobre Política Pública tem demonstrado o quanto é necessário uma reflexão mais abrangente do assunto, seja por seu processo de construção na história brasileira, seja pela forma como o tema é abordado no contexto da sociedade, muitas vezes, de forma superficial.

A linguagem política é notoriamente ambígua. A maior parte dos termos usados no discurso político tem significados diversos. Esta variedade depende, tanto do fato de muitos termos terem passado por longa série de mutações históricas — alguns termos fundamentais, tais como "democracia", "aristocracia", "déspota" e "política", foram-nos legados por escritores gregos —, como da circunstância de não existir até hoje uma ciência política tão rigorosa que tenha conseguido determinar e impor, de modo unívoco e universalmente aceito, o significado dos termos habitualmente mais utilizados (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO 1998, p. 08).

A palavra política pode ser empregada de diferentes maneiras, política partidária, política de assistência social, política de saúde, política nacional. “Afinal, a política é uma profissão entre outras ou é uma ação que todos os indivíduos realizam quando se relacionam com o poder?” (CHAUÍ, 2000, p. 474).

Conforme Dicionário de Política, “o termo Política foi usado durante séculos para designar principalmente obras dedicadas ao estudo daquela esfera de atividades humanas que se refere de algum modo às coisas do Estado” (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO 1998, p. 954).

No entanto, destacamos outro significado de política em que os autores Bobbio, Matteucci, Pasquino descrevem como significado clássico,

Derivado do adjetivo originado de *pólis* (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada *Política*, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO 1998, p. 954).

Na modernidade, porém, o termo política aos poucos perde seu significado original e é substituído por outras expressões como “[...] “ciência do Estado”, “doutrina do Estado”, “ciência política”, “filosofia política”, etc.”. Assim, passa a ser usado para “indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a *pólis*, ou seja, o Estado” (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO 1998, p. 954).

Apesar de seu significado amplo, o conceito de política está estreitamente ligado à arte de governar, organizar e administrar o que é público. A este respeito, a palavra pública apresenta-se como algo que não pertence a uma minoria e sim a todos. A partir daí, o termo Política Pública começa a ganhar forma e significado.

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição européia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos (SOUZA, 2006, p.22).

A Política Pública pode ser entendida como toda ação ou omissão que os agentes e as instituições governamentais (nos poderes executivo, legislativo e judiciário) realizam ou deixam de realizar para compensar as desigualdades sociais e promover o bem-estar da sociedade (THEODOULOU, 2013). Ações, como por exemplo, o esgoto que foi feito ou que deixou de ser feito, um ou outro pode afetar a vida das pessoas no seu dia a dia.

Entretanto, Celina Souza ressalta que “Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública” (2006, p. 24), e cita algumas definições defendidas por diferentes autores como,

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006, p.24).

Atualmente, os governos municipal, estadual e federal utilizam muito dessa linguagem para convencer a sociedade de que estamos no caminho certo, por isso é importante compreender sobre Política Pública e, assim, ser capaz de refletir sobre o discurso legal e a verdadeira aplicação.

Sabemos que o processo histórico das Políticas Públicas não foi nada fácil, pois foi em meio a conflitos e lutas que os cidadãos foram tomando conta de seu poder enquanto sociedade capaz de transformar e fazer o melhor para o bem comum.

Assim, optamos por fazer um recorte a partir da década de 1980, por ser um período, na História do Brasil, de abertura democrática. Com um texto de 245 artigos e 70 disposições transitórias, a Constituição de 1988 trouxe como proeminência “a presença do povo e a valorização da cidadania e da soberania popular” (TÁCITO, 2002, apud VIEIRA; FREITAS, 2003, p. 148), além de um número considerável de conquistas de direitos sociais, garantidos pela nova Lei. Mas percebemos que o processo de mudanças se faz no efeito “formiguinha”, cada um fazendo a sua parte em prol de um mesmo objetivo: o desenvolvimento do país.

Dessa forma, esboçaremos um panorama que servirá de base para a compreensão do PROLER, enquanto programa de Política Pública, uma vez que “políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas” (SOUZA, 2006, p. 26).

Assim sendo, dentre as várias definições de Políticas Públicas, há que se considerar a inter-relação destas com as políticas sociais, que abrangem áreas da Sociologia, Ciências Políticas e Economia. Desse modo, a definição de Laswell (1936), mesmo de forma simplificada, compreende que o abrangente processo de decisões e análises sobre Políticas Públicas implica responder às questões: “quem ganha o quê, por quê e que diferença isto faz”.

Muito mais do que responder a estas questões, devemos considerar que as Políticas Públicas compõem aquele emaranhado de iniciativas governamentais que distribuem, redistribuem e regulam os benefícios e obrigações concedidas ou exigidas dos cidadãos. Poucos são aqueles que conseguem perceber o quanto essas iniciativas afetam a vida das pessoas no dia a dia, pois elas abrangem todos os âmbitos da sociedade.

As Políticas Públicas englobam várias áreas, tais como: a economia, a indústria, o comércio, a segurança, a saúde, a educação, a agricultura, o meio ambiente, o transporte, a ciência e a tecnologia, a seguridade, a construção civil, entre outras. E têm sido classificadas em três diferentes categorias, a saber: 1 – distributivas; 2 – redistributivas; 3 – regulatórias (STEINBERGER, 2013, p. 149). Entre as primeiras, estariam aquelas fundamentais que procuram satisfazer as necessidades básicas, por exemplo, de moradia, segurança, alimentação, saúde e educação. Já, entre as segundas estariam aquelas que acrescentam ganhos sobre as conquistas anteriores, por exemplo, além da educação gratuita, o estudante pode receber bolsa de estudos. As últimas, as regulatórias, são aquelas que regulam atividades, propostas pelos agentes da Política Pública.

Tabela III - Tipologias de Política Pública.

Dimensões da Política Pública	Categorias de política pública		
Impacto substantivo	Distributivo	Redistributivo	Regulatório
Impacto social	Adaptável	Controlado	-
Objetivo do impacto	Geral	Parcial	-
Fontes	Bens públicos	Bens privados	-
Força	Simbólica	Tangível	-

Fonte: adaptação feita de Steinberger (apud THEODOULOU, 2013, p. 149).

Por essa tabela, percebe-se que as Políticas Públicas regulatórias não intervêm diretamente na concessão concreta de benefícios, mas regulam a distribuição, sobretudo de direitos das pessoas, especialmente daquelas que mais

necessitam. Essa tipologia não é absoluta no meio acadêmico. Theodoulou (2013) mostra a existência de outras nomenclaturas, tal como aquela criada por Theodore Lowi, um dos primeiros a estudar esse fenômeno. Para ele, existiria além da distributiva, redistributiva e da regulatória, também a autoregulatória, qual seja, a Política Pública que é acompanhada de perto pelos beneficiados.

Para falar de Políticas Públicas no Brasil, faz-se necessário inferir sobre algo que, muitas vezes não se concretiza na prática, em virtude de fatores diversos, como interesses políticos, desinteresses ideológicos e situações econômicas adversas. Não basta que Políticas Públicas estejam no papel, elas precisam atender às necessidades para as quais foram criadas, pois não há tempo para vivermos de ilusão.

A Política Pública, para ser completa, antes de ser proposta, precisa ser analisada tanto em relação ao número de beneficiados, quanto aos recursos financeiros existentes e a disponibilidade de condições administrativas para seu cumprimento, e posteriormente, avaliada em seus resultados. Para que finalmente possa ser realizada uma prestação de contas, fator fundamental, mas que muitas vezes não se efetiva. Porém é indispensável a discussão no campo político, visto que todos nós fazemos política, seja no trabalho, na escola ou na família. Quando reivindicamos nossos direitos, cumprimos nossos deveres, refletimos sobre a prática individual e coletiva, planejamos nossas ações e vivemos em sociedade.

A Política Pública não produz efeito positivo se a sociedade não fizer a sua parte, que é acompanhar a sua origem, cumprimento e avaliação. Somente o fato de uma Política Pública existir, não garante sua legitimidade ou sua eficiência. Sem o real envolvimento da sociedade, os governantes (agentes executivos, legislativos e judiciários) continuarão propondo Políticas Públicas partidárias, visando apenas a eleição e/ou a reeleição dos seus representantes nos diferentes poderes, executivo, legislativo e judiciário.

Entender que política não é apenas eleitoral e, ainda, ou pior, que o cargo daqueles que estão à frente das decisões só acontece porque oportunizamos a eles que estejam lá, tamanha a responsabilidade de todos os envolvidos na sociedade, por isso compreender e fazer parte das discussões no campo político é imprescindível.

Nesse sentido, é necessário conhecer e compreender as Políticas Públicas do nosso país, porque conhecer política é exercer democracia, Bobbio (1998, p.328)

destaca “Democracia como Governo do povo para o povo”. A participação do povo, seja direta ou indiretamente, por meio de representantes eleitos, é fundamental na tomada de decisões políticas importantes, mesmo que tais representantes eleitos se mostrem distantes daquilo que propuseram. “O único ponto sobre o qual uns e outros poderiam convir é que a Democracia perfeita — que até agora não foi realizada em nenhuma parte do mundo, sendo utópica, portanto — deveria ser simultaneamente formal e substancial” (BOBBIO, 1998, p.329).

Ser político é participar, compreender, fazer parte, dar opinião, enfim ter como objetivo o bem comum.

2.2 Histórico de Políticas Públicas educacionais

O estudo da política educacional no Brasil pode ser caracterizado por uma investigação de maior complexidade, levando em conta o período de 1985 até 1990, Cunha resume a administração educacional:

Clientelismo, tutela e assistencialismo foram os três vetores da administração educacional da Nova República, que nesse aspecto só se distinguiu dos governos militares por juntar-lhes uma bombástica retórica (“Tudo pelo social”) e pela prática da cooptação dos dissidentes, bem como pela preocupação em não poupar na troca de “benefícios” governamentais por apoio político (CUNHA, 1991, p. 266).

Portanto, a política influencia nos avanços e retrocessos de uma sociedade, onde a educação deveria ser tratada como primordial, mas muitas vezes os interesses políticos falam mais alto. Posto isso, entender o desenvolvimento do país é conhecer a sua trajetória educacional, pois sem a educação tão pouco existirá desenvolvimento.

Assinalando, então, o histórico de Políticas Públicas Educacionais, (1985 – 1990), a partir da reforma da Constituição Federal em 1988, em meio às mudanças política, social e econômica que marcaram também um novo cenário educacional das políticas educacionais brasileiras, em seus artigos 205 e 214 traz,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País;

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (BRASIL, 1988).

A Lei assegura, ainda, em seu capítulo sobre a educação, algumas expressivas conquistas, como: a consagração da educação como direito público subjetivo (Art. 208 §1.º); o princípio da gestão democrática do ensino público (Art. 206, VI); o dever do Estado em prover creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade (Art. 208, IV); a oferta de ensino noturno regular (Art. 208, VI); o ensino fundamental obrigatório e gratuito inclusive para os que a ele não tiveram acesso em idade própria (Art. 208, I); o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências (Art. 208, III).

Sem dúvida, esse momento foi importante para a democratização da educação e compromisso com o desenvolvimento da sociedade. A educação foi e sempre será a porta de entrada para o progresso de uma sociedade e a base para sustentação dos diferentes setores.

Devemos considerar que, a Política Pública além de ser essencial para redistribuir renda e equacionar as diferenças sociais, consegue regulamentar a ação geral do país. Sendo assim, são exemplos de Políticas Públicas regulatórias e de grande importância para a educação, as LDBs, que têm a função de nortear o desenvolvimento da educação. Tanto a primeira LDB, publicada em 20 de dezembro de 1961 pelo presidente João Goulart, e nova redação em 1971, como a versão promulgada 35 anos depois, representam o resultado de esforços coletivos para encontrar caminhos que compensassem os desequilíbrios sociais e financeiros da vida social.

No governo de Fernando Henrique, em plena reestruturação do Estado, no qual a educação exerceu um papel preponderante na política Nacional, foram

aprovadas as seguintes Leis: a LDB - 9394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a Lei 9424/96 que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF e Emenda Constitucional nº 14/96 modificando artigos do capítulo da educação da Constituição Federal e dando nova redação ao Art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, para garantir uma reforma educacional.

Certamente esse foi um passo que veio para mudar os rumos da educação no país, pois começou a se tratar a educação não mais como assistencialismo e, sim, a partir de princípios e deveres, e ainda, como “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDB/96, Art. 1º, p.1), levando em consideração o profissional e investimentos para esse setor tão importante e gerador de progresso.

Segundo Saviani, estabelecer as diretrizes da educação nacional:

[...] não é outra coisa senão estabelecer os parâmetros, os princípios, os rumos que se deve imprimir à educação no país. E ao se fazer isso estará sendo explicitada a concepção de homem, sociedade e educação através do enunciado, dos primeiros títulos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional relativos aos fins da educação, ao direito, ao dever, à liberdade de educar e ao sistema de educação bem como à sua normatização e gestão (SAVIANI, 1998, p.189).

Compreende-se, então, que mesmo estabelecendo diretrizes e bases para uma educação nacional, a LDB 9394/96 vem ampliar a obrigatoriedade de responsabilidade com a educação, no seu “Art. 2º A educação, dever da família e do Estado” (LDB/96, p. 1), o que justifica que, mesmo havendo parâmetros estabelecidos, é necessário levar em consideração a realidade do contexto na qual se aplica a lei. Observamos os parâmetros como quem deseja organizar a casa, mas não nos tornar sujeitos passivos e de ações automáticas.

Vale lembrar que, antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988, havia uma intensa mobilização e debate em torno de um novo estatuto para a educação brasileira, dando entrada na Câmara dos Deputados o Projeto nº 1258/88¹¹ (primeiro projeto de LDB) de autoria do deputado Octávio Elísio.

¹¹ Projeto de Lei transformado na Lei Ordinária 9394/1996.

Assim, após oito anos de tramitação no Congresso Nacional e muita mobilização da sociedade, é sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB em 20 de dezembro de 1996, com um texto de 92 artigos, apresentando os princípios, fins, direitos e deveres,

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (LDB 9394/96, p. 2).

Preceitos sobre a organização da educação nacional, incluindo o que é delegado a cada uma das diferentes esferas do Poder Público são apresentados dessa forma:

Art. 8º. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º. Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º. Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei (LDB 9394/96, p. 4).

A educação escolar compreende os níveis e modalidades do sistema de Ensino Federal, Estadual e do Distrito Federal, Municipal e Particular, Art. 21º. A educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior (LDB 9394/96, p. 8). Profissionais da Educação, Recursos Financeiros, Disposições Gerais e Disposições Transitórias também compõem a referida Lei.

Ainda na LDB (9394/96), a formação do professor da educação no processo de desenvolvimento educacional é registrada assim:

Art. 61º. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades (LDB 9394/96, p. 22).

Embora existam vários fatores que influenciam no desenvolvimento do ser humano, sejam eles biológicos, maturacionais, psicológicos e sociais, é o professor o responsável pela mediação. Segundo Vygotsky (2000), o professor tem o papel de mediador nesse processo, pois é aquele que faz junto, demonstra, fornece pistas, instrui, dá assistência, enfim, aquele que contribui para o processo de desenvolvimento do aluno.

Eliana Yunes, protagonista de um programa de leitura no Brasil, assim justifica o papel da mediação da leitura na formação do leitor,

O bebê torna-se humano aprendendo a comer, falar e agir como humano. Portanto, a mediação existe para tudo. Com a leitura não seria diferente. O papel dos mediadores, família, escola, mídia, equipamentos culturais é justo esse: servir de ponto de encontro com a tradição civilizadora para os que chegam à sociedade, com nossas percepções e práticas. Oferecer-se como ponte entre dois tempos porque respeita ambos é mediar a apropriação e renovação das riquezas da cultura humana, como assinalou Hanna Arendt (Disponível em: <http://www.blogacesso.com.br/?p=4953>. Acesso em 08 fev.15).

Graças à redemocratização do país, lado a lado com as políticas de avaliação, teve início uma vasta reforma curricular no ensino fundamental, proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. Os PCN não possuem caráter obrigatório, levando em consideração adaptações às peculiaridades de cada local.

Veja a partir de que pressupostos esses documentos tão importantes foram elaborados:

O processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais teve início a partir do estudo de propostas curriculares de Estados e Municípios brasileiros, da análise realizada pela Fundação Carlos Chagas sobre os currículos oficiais e do contato com informações relativas a experiências de outros países. Foram analisados subsídios oriundos do Plano Decenal de Educação, de pesquisas nacionais e internacionais, dados estatísticos sobre desempenho de alunos do ensino fundamental, bem como experiências de sala de

aula difundidas em encontros, seminários e publicações (PCN, Brasília: MEC/SEF, 1997, p. 15).

Dividido em uma coleção de dez volumes, os Parâmetros Curriculares Nacionais estão organizados da seguinte forma:

Um documento Introdução, que justifica e fundamenta as opções feitas para a elaboração dos documentos de áreas e Temas Transversais;

Seis documentos referentes às áreas de conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física;

Três volumes com seis documentos referentes aos Temas Transversais: o primeiro volume traz o documento de apresentação destes Temas, que explica e justifica a proposta de integrar questões sociais como Temas Transversais e o documento Ética; no segundo, encontram-se os documentos de Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, e no terceiro, os de Meio Ambiente e Saúde (PCN, Brasília: MEC/SEF, 1997, p. 10).

Dessa forma, proporcionam ao professor refletir sobre a prática pedagógica, mesmo reconhecendo o quanto é complexo assumir sua responsabilidade como importante e principal ator no ofício de educar.

Foi instituído, também, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e elaborado em 1999, o Referencial Curricular Nacional - RCN para a Educação Infantil, dividido em três volumes, Volume I – Introdução, Volume II – Formação pessoal e social e Volume III – Conhecimento de mundo.

Volume I – Introdução, que apresenta uma reflexão sobre creches e pré-escolas no Brasil, situando e fundamentando concepções de criança, de educação, de instituição e do profissional, que foram utilizadas para definir os objetivos gerais da educação infantil e orientaram a organização dos documentos de eixos de trabalho que estão agrupados em dois volumes relacionados aos seguintes âmbitos de experiência: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo.

Volume II - Formação Pessoal e Social, que contém o eixo de trabalho que favorece, prioritariamente, os processos de construção da Identidade e Autonomia das crianças.

Volume III - Conhecimento de Mundo, que contém seis documentos referentes aos eixos de trabalho orientados para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática (RCN, V. 1, Brasília: MEC/SEF, 1998).

O RCN não propõe um manual a ser seguido, mas sim um conjunto de reflexões no âmbito educacional a respeito de objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os educadores, um instrumento de leitura e reflexão que contribui para planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas educativas. Podendo, assim, aproximar a prática escolar das orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais que, por sua vez, efetivam os documentos de caráter obrigatório por força de Lei,

Art. 2º Diretrizes Curriculares Nacionais são o conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimento da educação básica, expressas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que orientarão as escolas brasileiras dos sistemas de ensino na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas (CNE: Resolução CEB nº 2, 7/04/1998).

O RCN para a Educação Infantil também é chamado de RCNEI, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Os Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCN diferem dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN e das Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN - documentos normativos - por serem documentos de subsídios adicionais, que oferecem informações e indicações além daquelas para a elaboração de propostas curriculares. Dessa forma, os RCN, geralmente, são elaborados para áreas que necessitam de informações adicionais, como a Educação Infantil e as Escolas Indígenas.

No transcorrer da História da Educação Brasileira houve significativos avanços e alguns retrocessos que culminaram no delineamento do cenário educacional da atualidade, dentre os quais, citamos além da constituição de 1988 e a LDB de 1996, que foi o marco decisório para a composição das principais políticas públicas para a educação, o Plano Nacional de Educação - PNE. Em Janeiro de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso aprovou a Lei 10.172 que instituiu o Plano Nacional de Educação - PNE que, entre outras ações, objetiva sinteticamente:

A elevação global do nível de escolaridade da população;
A melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
A redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública.
A democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico

da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (PNE, 2001, p. 07).

Este plano apresenta diretrizes, metas e objetivos a serem alcançados, bem como, especifica um sistema de avaliação de sua eficiência a ser desenvolvido a cada dez anos, estruturando os níveis de ensino para a Educação Básica, que compreendem a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio. São estabelecidas prioridades nesse Plano, segundo o dever constitucional e as necessidades sociais. São elas:

1. Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino [...].
2. Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram [...].
3. Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino – a educação infantil, o ensino médio e a educação superior [...].
4. Valorização dos profissionais da educação [...].
5. Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive educação profissional [...] (PNE, 2001, p. 4).

E assim, obrigatoriamente, Governo Federal, Estados e Municípios assegurando cumprir de forma democrática o que o Plano (2001) estabeleceu, adéquam as necessidades locais sem fugir dos objetivos traçados.

Retomando a LDB (9394/96), também foram fundamentados por lei os recursos para investimento na educação. Com o objetivo de vincular 60% dos recursos de despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, excepcionalmente para o ensino fundamental, institui o FUNDEF, um dos maiores avanços em busca da solução dos problemas do ensino fundamental público no Brasil,

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996, e sua regulamentação está na Lei 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e no Decreto nº 2.264, de junho de 1997. O FUNDEF foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, quando, a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental passou a vigorar (Disponível em: mec.gov.br/sef/Fundef. Acesso em 08 fev.15).

Dada a atenção e recursos destinados ao Ensino Fundamental, no papel do FUNDEF com vigência de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2006, a Emenda Constitucional nº 53/2006 traz alterações ao texto Constitucional a fim de ampliar os recursos para toda a educação básica, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Nesse sentido, o novo fundo vem com algumas inovações:

É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica (Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em 08 fev.15).

Em substituição ao FUNDEF, o FUNDEB entrou em vigor em 1º de janeiro de 2007 e tem validade estabelecida até 2020, em cada estado brasileiro é composto por 20% das seguintes receitas:

Fundo de Participação dos Estados – FPE. Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações – IPIexp. Desoneração das Exportações (LC nº 87/96). Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD. Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA. Cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural – ITR devida aos municípios (Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em 08 fev.15).

Os quadros apresentados nas páginas seguintes, meramente elucidativos, demonstram um comparativo entre FUNDEB e FUNDEF, no que diz respeito à vigência, ao alcance, ao número de alunos, às fontes de recursos que compõem os fundos, ao montante de recursos sobre eles, à complementação da União aos fundos, ao total geral de recursos de cada um, à distribuição e utilização dos recursos, ao valor mínimo nacional por ano para cada aluno e os valores destinados ao Salário-educação.

São consideráveis os valores apresentados pelo FUNDEB em relação aos valores anteriormente fixados pelo FUNDEF, mas é preciso, como em toda ação política, o acompanhamento e controle sobre a distribuição, a transferência e a aplicação desses recursos expostos no quadro.

Sendo assim, serão responsáveis por esse acompanhamento e controle, os respectivos governos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, para isso, constituídos Conselhos que, a partir da escolha de seus membros, receberão capacitação do Ministério da Educação para exercerem tal responsabilidade.

Porém, no Brasil, o planejamento, o acompanhamento e a avaliação, que são condições essenciais para a existência de Políticas Públicas eficientes e reconhecidas pela sociedade, ainda estão muito longe de se tornarem realidade, pois muitas delas percorrem e até terminam sem avaliação e prestação de contas à sociedade.

Quadro III – Quadro comparativo FUNDEB – FUNDEF.

ACS

Assessoria de Comunicação Social

Ministério
da Educação**Quadro comparativo – Fundeb-Fundef**

Parâmetro	Fundef	Fundeb
1. Vigência	Dez anos (até 2006)	14 anos (a partir da promulgação da emenda constitucional)
2. Alcance	Apenas o ensino fundamental	Educação infantil, ensino fundamental e médio
3. Número de alunos atendidos	30,2 milhões (Censo Escolar de 2005)	48,1 milhões, a partir do quarto ano de vigência do fundo (Censo de 2005)
4. Fontes de recursos que compõem o fundo	<p>15% de contribuição de estados, DF e municípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Fundo de Participação dos Estados (FPE) ● Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ● Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ● Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (Iplexp) ● Desoneração de exportações (Lei Complementar nº 87/96) <p>Complementação da União</p>	<p>Contribuição de estados, DF e municípios de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● 16,66% no primeiro ano; ● 18,33% no segundo ano ● 20% a partir do terceiro ano, sobre: Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIexp); Desoneração de Exportações (Lei Complementar nº 87/96) <p>Contribuição de estados, DF e municípios de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● 6,66 no primeiro ano; ● 13,33% no segundo ano; ● 20%, a partir do terceiro ano, sobre: Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD); Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); quota-parte de 50% do Imposto Territorial Rural devida aos municípios <p>Complementação da União</p>
5. Montante de recursos	R\$ 35,2 bilhões (previsão de 2006, sem complementação da União)	Consideradas as estimativas (em valores de 2006) e a escala de implantação gradual do fundo, os montantes previstos de recursos (contribuição de Estados, DF e municípios, sem complementação da União), seriam:

Esplanada dos Ministérios, bloco L, 9º andar, sala 905. CEP 70047-900, Brasília, DF
 Telefone: (0**61) 2104-8294/8133. Fax: (0**61) 2104-9195
 E-mail: imprensa@mec.gov.br

Parâmetro	Fundef	Fundeb
		<ul style="list-style-type: none"> ● R\$ 41,1 bilhões no primeiro ano ● R\$ 45,9 bilhões no segundo ano ● R\$ 50,7 bilhões no terceiro ano
6. Complementação da União ao fundo	R\$ 313,7 milhões (valor previsto para 2006 pela Portaria MF nº 40, de 3.3.2006) Não há definição, na Constituição, de parâmetro que assegure o montante de recursos da União para o fundo	<p>Consideradas as estimativas, em valores de 2006:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● R\$ 2 bilhões no primeiro ano ● R\$ 3 bilhões no segundo ano ● R\$ 4,50 bilhões no terceiro ano ● 10% do montante resultante da contribuição dos estados e municípios a partir do quarto ano ● Valores reajustáveis com base no índice oficial da inflação ● Esses valores oneram os 18% da receita de impostos da União vinculada à educação, por força do art. 212 da Constituição, em até 30% do valor da complementação ● Não poderão ser utilizados recursos do salário-educação (a contribuição do salário-educação será estendida a toda educação básica pública) ● Até 10%, poderá ser distribuída aos fundos por meio de programas direcionados à melhoria da qualidade da educação
7. Total geral de recursos do fundo	R\$ 35,5 bilhões previstos para 2006	<p>Previsões (em valores de 2006):</p> <ul style="list-style-type: none"> ● R\$ 43,1 bilhões no primeiro ano ● R\$ 48,9 bilhões no segundo ano ● R\$ 55,2 bilhões no terceiro ano
8. Distribuição dos recursos	Com base no número de alunos do ensino fundamental regular e especial, de acordo com dados do Censo Escolar do ano anterior	<p>Com base no número de alunos da educação básica (creche, pré-escolar, fundamental e médio), de acordo com dados do Censo Escolar do ano anterior, observada a escala de inclusão:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Alunos do ensino fundamental regular e especial: 100%, a partir do primeiro ano ● Alunos da educação infantil, ensino médio e EJA: 33,33% no primeiro ano; 66,66% no segundo e 100% a partir do terceiro

ACS

Assessoria de Comunicação Social

Ministério
da Educação

Parâmetro	Fundef	Fundeb
9. Utilização dos recursos	Mínimo de 60% para remuneração dos profissionais do magistério do ensino fundamental. O restante dos recursos, em outras despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público	<ul style="list-style-type: none"> ● Mínimo de 60% para remuneração dos profissionais do magistério da educação básica. ● O restante dos recursos em outras despesas de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública.
10. Valor mínimo nacional por aluno ao ano (detalhamento a ser definido na regulamentação da PEC)	<p>Fixado anualmente, com as diferenciações:</p> <p>Até 2004:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● 1ª à 4ª série ● 5ª à 8ª série e educação especial <p>A partir de 2005:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Séries iniciais urbanas ● Séries iniciais rurais ● Quatro séries finais urbanas ● Quatro séries finais rurais e educação especial 	<p>Fixado anualmente com diferenciações previstas para:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● educação infantil (até três anos) ● educação infantil (pré-escola) ● séries iniciais urbanas ● séries iniciais rurais ● quatro séries finais urbanas ● quatro séries finais rurais ● ensino médio urbano ● ensino médio rural ● ensino médio profissionalizante ● educação de jovens e adultos ● educação de jovens e adultos integrada à educação profissional ● educação especial ● educação indígena e de quilombolas
11. Salário-educação	Vinculado ao ensino fundamental. Parte da quota federal é utilizada no custeio da complementação da União ao Fundef, permitida até o limite de 20% do valor da complementação	Vinculado à educação básica. Não pode ser utilizado para fins de custeio da complementação da União ao Fundeb

Esplanada dos Ministérios, bloco L, 9º andar, sala 905. CEP 70047-900, Brasília, DF
 Telefone: (0**61) 2104-8294/8133. Fax: (0**61) 2104-9195
 E-mail: imprensa@mec.gov.br

Disponível em: file:///D:/Users/Sony%20Vaio/Desktop/quadro_comparativo_fundeb_fundef.pdf.
 Acesso em 10 mar.15.

Assumindo a Política Educacional como tarefa de sua competência, o governo federal dá autonomia para os estados e municípios no que diz respeito à execução dessa política. Para tanto, faz-se necessário a criação de mecanismos para controlar o sistema escolar, passando a ser exercido através de uma política de avaliação para todos os níveis de ensino.

Não é por acaso que em 1990 foi criado, ganhando força, ampliação e aplicabilidade o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, já que

uma das intenções do governo consiste em alcançar as metas de qualidade na educação fixadas, para atingir uma melhor posição no ranking mundial de avaliação da educação e valorização internacionalmente, não correndo o risco de perder os investimentos para a educação.

O SAEB tem como principal objetivo,

[...] avaliar a Educação Básica brasileira e contribuir para a melhoria de sua qualidade e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica. Além disso, procura também oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados (Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>. Acesso em 08 fev.15).

O Sistema de avaliação, SAEB, é composto por três avaliações externas em larga escala, Aneb e Anresc/Prova Brasil que são realizadas bianualmente, e ANA de realização anual:

Quadro IV – Composição SAEB: três avaliações externas.



Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>. Acesso em 09 fev.15.

Dois outros sistemas foram criados para colaborar com a política de avaliação do sistema escolar em todos os níveis de ensino. Um deles é a avaliação realizada, pela primeira vez em 1996, nos cursos de graduação da educação superior pelos alunos formandos, chamado Exame Nacional de Cursos – PROVÃO. O outro é o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, que busca medir os conhecimentos dos alunos de ensino médio, sendo aplicado desde 1998, com o objetivo de “avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a

melhoria da qualidade desse nível de escolaridade” (Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>. Acesso em 12 fev.15), e, ainda, oferece uma estratégia de avaliação alternativa ao vestibular.

A partir de 2009, o ENEM passa a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no Ensino Superior. Com isso, foram necessárias mudanças a fim de contribuir para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, para a mobilidade acadêmica e para induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio. Ao mesmo tempo, o ENEM é um exame utilizado para o acesso a programas oferecidos pelo Governo Federal, tais como o Programa Universidade para Todos - PROUNI e o Sistema de Seleção Unificada - SISU,

O Programa Universidade para Todos - Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa (Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>. Acesso em 12 fev.15).

É destinado aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, para aqueles que comprovem renda familiar per capita máxima de três salários mínimos. Os alunos concorrem às bolsas a partir da seleção pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, contando com um sistema de seleção informatizado e impessoal, demonstrando transparência e segurança ao processo.

O programa (PROUNI) faz vistas para a inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos, juntamente com a proposta do Sisu, que é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação. Por esse sistema, as instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio, possibilitando aos alunos, que tenham obtido nota na redação acima de zero, candidatar-se ao processo seletivo das instituições participantes do SISU. As instituições participantes do SISU, de acordo com a Lei de Cotas,

Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, garante a reserva de 50% das vagas, por curso e turno nas 63 universidades federais, nos 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia e nos 2 centros federais de educação tecnológica, a estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas (Disponível em: <http://sisu.mec.gov.br>. Acesso em 15 fev.15).

Mas, até o momento, as instituições participantes do SISU cumprem apenas 37,5% de vagas ofertadas pela Lei de Cotas, de forma gradual e caso não sofra alterações, até 2016 as instituições deverão atingir o percentual exigido por lei, de 50% de vagas reservadas.

2.3 Políticas Públicas educacionais de leitura

A Educação Básica no Brasil, ainda no século XX, passa por inúmeros problemas, principalmente, no que se refere às taxas de analfabetismo¹² propriamente ditas e, juntando-se a isso, o analfabetismo funcional, em razão das dificuldades de leitura apresentadas por grande número de estudantes das escolas públicas brasileiras. Tendo como foco a leitura e as Políticas Públicas implementadas pelo Estado, é relevante conhecer as políticas que fomentam e incentivam a prática da leitura no Brasil, bem como, o desenvolvimento de programas e ações de formação de leitores na Educação Básica.

Ao tratarmos das Políticas Públicas de leitura para a Educação Básica, notamos a complexidade que envolve os diferentes segmentos deste nível de ensino, por isso, neste trabalho, trataremos especificamente das Políticas Públicas de promoção da leitura na Educação Básica, por considerarmos tal temática de extrema relevância para qualificar a formação leitora dos alunos na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

No que se refere às Políticas Públicas de fomento à leitura, somam-se outras políticas como prioridades do governo sejam elas relacionadas à saúde, à educação e à erradicação da pobreza. Nesse sentido, a ideia de que estimular a leitura é promover oportunidade de acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade, indispensáveis ao desenvolvimento intelectual e, por conseguinte, social do

¹²Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgados em 18/09/2014 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo no Brasil voltou a cair depois de um ano de estagnação, o índice de brasileiros com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever foi de 8,3% em 2013 (Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/09/analfabetismo-volta-diminuir-apos-estacionar-no-ano-anterior-diz-pnad.html>. Acesso em 15 fev.15).

indivíduo, impulsionou a necessidade de Políticas Públicas de incentivo à leitura. Mas, como significar a leitura nesse contexto? Podemos dizer que a leitura é parte integrante de uma criação genuinamente humana chamada linguagem, que possui um caráter dinamicamente histórico, ideológico e social. Sob essa ótica é impossível desvincular os atos de leitura das práticas sociais, visto que, os primeiros se constituem por meio da construção de significados propiciados pela segunda. Como cita Matêncio (1994, p. 44), a leitura é: “[...] uma prática de atribuição de significado que ultrapassa o momento em que é realizada”, pois, como fenômeno sociocultural, se constitui historicamente. Desse modo, podemos inferir que o ato de ler não se restringe a decodificar signos linguísticos, mas atribuir sentido ao lido, ou ainda, estabelecer conexões entre o texto e o contexto.

Segundo Freire (1989, p. 11),

Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. [...] não se esgota na decodificação pura da escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo.

Belo (2002), defende que a aparente liberdade com que se move o leitor ao reescrever o texto através de sua leitura se inscreve no espaço determinado historicamente em que se dão as relações sociais, ou seja, leitores têm suas leituras controladas, condicionadas e/ou reprimidas por estratégias estabelecidas pela classe dominante. Essas estratégias não se referem apenas à publicação e à circulação de materiais impressos, mas obedecem também a um código de censura que direciona as práticas, determinando os modos de leitura, como afirmam Lyons (1999, p. 9): “A história de leitor, assim, é um estudo sócio-histórico de fatores que produzem significados”.

É preciso que os professores, como principais agentes de leitura, estejam atentos aos condicionamentos descritos por Belo (2002), para que não sejam meros transmissores da ideologia dominante e consigam instrumentalizar seus alunos para que possam ler nas entrelinhas e, por isso, serem agentes reflexivos e críticos.

Num processo dinâmico, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, na área de conhecimento da Língua Portuguesa (2001), coloca a questão do ler e do escrever em estreita relação com a participação social, pois é por meio dela que o cidadão se torna capaz de agir, ter acesso a todas as informações e, acima de tudo,

saber fazer uso social da linguagem. Nessa perspectiva, o sistema educacional deve colocar em prática a concepção de que o aluno é o sujeito da ação de aprender, cabendo à escola possibilitar que o educando tenha acesso a vários textos que circulam socialmente, ensinando-os a refletir criticamente, respondendo às exigências da prática cotidiana. Dessa forma, de acordo com o PCN de Língua Portuguesa,

Toda educação verdadeiramente comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para o desenvolvimento da capacidade de uso eficaz da linguagem que satisfaça necessidades pessoais - que podem estar relacionadas às ações efetivas do cotidiano, à transmissão e busca de informação, ao exercício da reflexão (PCN de Língua Portuguesa 2001, p. 30).

Ao admitir a necessidade de se trabalhar com vários tipos de textos em sala de aula, devemos levar em consideração que estes se referem aos discursos que são manifestados pelo sistema linguístico, podendo ser oral ou de forma escrita. Segundo os PCN de Língua Portuguesa (2001), os textos se formam a partir da coesão e da coerência e possibilitam ser compreendidos de forma global, deixando de ser apenas um amontoado de palavras. Os Parâmetros Curriculares (2001) sustentam que todo texto se organiza em um determinado gênero e os conceitua da seguinte forma:

Os vários gêneros existentes, por sua vez, constituem formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura, caracterizados por três elementos: conteúdo temático, estilo e construção composicional. Pode-se ainda afirmar que a noção de gênero refere-se a 'famílias' de textos que compartilham algumas características comuns, embora heterogêneas, como visão geral de ação à qual o texto se articula, tipo de suporte comunicativo, extensão, grau de literalidade, por exemplo, existindo em número quase ilimitado (PCN de Língua Portuguesa 2001, p. 26).

Partindo do pressuposto de que a escrita na contemporaneidade - mais que do em qualquer outro momento histórico, em função da massificação da escola - está sendo valorizada no meio social (também em razão dos novos meios de comunicação, tais como as redes sociais), deve-se, primeiramente, lembrar que aquele que escreve e fala bem está mais bem preparado para o mercado de

trabalho¹³, mercado esse que demonstra carência de mão de obra qualificada nas últimas décadas. Em segundo lugar, que esta prática está diretamente ligada aos hábitos de leitura.

A leitura foi tema central da obra do educador Paulo Freire¹⁴ que tratou de sua importância, complexidade e dimensão política, explicitada em sua frase que sintetiza essa delicada relação: “[...] que chamo ‘leitura do mundo’ que precede sempre a ‘leitura da palavra’” (FREIRE, 1996, p. 81).

Apesar da morosidade, ainda em pleno século XXI, com que os avanços educacionais ocorrem no Brasil, verificam-se alguns progressos na consecução de estratégias promotoras das práticas de leitura em âmbito nacional e que serão apresentados ao longo do texto.

Com o objetivo de criar uma Lei específica de financiamento de projetos artísticos e culturais, dentre os quais a publicação de livros e a construção e reformas de bibliotecas em território nacional, o então presidente Fernando Collor de Mello sancionou a Lei nº 8.313 de 23 de Dezembro de 1991, denominada de Lei Rouanet, que entre outras providências, trata em seu parágrafo III, Art. 9º:

São considerados projetos culturais e artísticos, para fins de aplicação de recursos do FICART (Fundos de Investimento Cultural e Artístico), além de outros que venham a ser declarados pelo Ministério da Cultura: (Redação dada pela Lei nº 9.874, de 1999).

III - a edição comercial de obras relativas às ciências, às letras e às artes, bem como de obras de referência e outras de cunho cultural.

IV - construção, restauração, reparação ou equipamento de salas e outros ambientes destinados a atividades com objetivos culturais, de propriedade de entidades sem fins lucrativos (ROUANET, 1991).

A Lei Rouanet instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), que é formado por três mecanismos: o Fundo Nacional de Cultura (FNC), o Incentivo Fiscal (Mecenato), e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART).

¹³Pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 2011, aponta que a falta de mão de obra qualificada afeta 69% das empresas (Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2011/04/898969-empresa-segura-funcionario-para-driblar-falta-de-qualificacao.shtml>. Acesso em 18 fev.15).

¹⁴Paulo Reglus Neves Freire nasceu em 1921 e faleceu em 1997, graduado pela Faculdade de Direito de Recife (Pernambuco), foi professor de Língua Portuguesa, escritor de várias obras na área da Educação e um educador, pedagogo e filósofo brasileiro muito importante. Paulo Freire é considerado um dos pensadores mais notáveis na história da Pedagogia mundial, em 13 de abril de 2012 foi sancionada a lei 12.612 que declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira (Disponível em: <http://www.paulofreire.org>. Acesso em 18 fev.15).

O grande incentivo desta Lei é a possibilidade de dedução fiscal no Imposto de Renda para pessoas Físicas e Jurídicas. Todos os recursos captados são geridos pelo Ministério da Cultura - MinC.

Entre as ações do MinC na área de livro e leitura, destacam-se a implantação e a modernização de bibliotecas, a implantação de Pontos de Leitura, as bolsas para escritores e os prêmios literários, realizados pela Fundação Biblioteca Nacional - FBN e pela Diretoria de Livro, Leitura e Literatura - DLLL, vinculada à Secretaria de Articulação Institucional – SAI, do Ministério. No entanto, algumas brechas na legislação vigente possibilitam que o governo deixe a cargo das empresas participantes do programa escolherem ações culturais que desejam patrocinar e, ainda, a possibilidade de desvio de recursos arrecadados para outras áreas.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003), houve a implementação de políticas de promoção e incentivo à leitura, com a regulamentação de horários diários destinados às atividades de leitura nas escolas públicas de todo o país, bem como, houve uma proposição de redução no valor do livro e a distribuição gratuita de exemplares didáticos e literários, em todos os níveis de escolaridade pública do Brasil. A Lei 10.753, conhecida como a Lei do Livro, foi sancionada pelo então presidente, em 30 de Outubro de 2003, objetivando a instituição da política nacional do livro. Esta Lei representou um esforço grandioso do governo federal e da sociedade civil para incentivar a leitura em âmbito nacional, ao explicitar no capítulo IV, Art.13, a importância da difusão do livro e a estimulação da leitura em todos os segmentos educacionais, a saber:

Art. 13. Cabe ao Poder Executivo criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura, ampliar os já existentes e implementar, isoladamente ou em parcerias públicas ou privadas, as seguintes ações em âmbito nacional:

I - criar parcerias, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de programas de incentivo à leitura, com a participação de entidades públicas e privadas;

II - estimular a criação e execução de projetos voltados para o estímulo e a consolidação do hábito de leitura, mediante:

a) revisão e ampliação do processo de alfabetização e leitura de textos de literatura nas escolas;

b) introdução da hora de leitura diária nas escolas;

c) exigência pelos sistemas de ensino, para efeito de autorização de escolas, de acervo mínimo de livros para as bibliotecas escolares;

III - instituir programas, em bases regulares, para a exportação e venda de livros brasileiros em feiras e eventos internacionais;

IV - estabelecer tarifa postal preferencial, reduzida, para o livro brasileiro (LEI nº 10.753, 2003).

Tal legislação buscou assegurar ao cidadão o acesso ao livro, difundir a cultura e transmitir conhecimentos, fomentar a pesquisa científica, estimular a produção intelectual de escritores brasileiros, capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para o progresso econômico, político, social e ampliar o número de livrarias e bibliotecas pelo país.

Anteriormente a esta Lei, especificamente em 1997, foi instituído o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, por meio da Portaria Ministerial n.º 584, que substituiu programas de incentivo à leitura e de distribuição de acervos às bibliotecas escolares, implementados pelo Ministério da Educação e Cultura desde 1983. De 1983 a 1999 os programas e projetos nesta área atenderam às bibliotecas escolares por faixa de matrículas. A partir de 2000, o PNBE privilegiou a distribuição voltada para a formação do professor, para as escolas de 1ª a 4ª séries, na primeira etapa do Ensino Fundamental.

No período de 2001 a 2003, foi definido um novo modelo de atendimento denominado Programa Nacional Biblioteca da Escola - Literatura em Minha Casa e Palavra da Gente, que distribuiu obras variadas da literatura universal aos alunos para uso pessoal, estendida aos seus familiares, objetivando a promoção do acesso à leitura para todos. É importante destacar que este programa se desenvolveu a partir de dois eixos prioritários: qualificação dos recursos humanos e ampliação do acesso a materiais de leituras diversificados. O que se pretendeu com esta iniciativa foi não apenas distribuir acervos variados e a obtenção de bibliotecas qualitativamente compostas, mas, sobretudo, capacitar os profissionais, professores, bibliotecários, entre outros, para o trabalho de qualidade com a leitura desenvolvido com os alunos. Ou seja, a democratização do acesso à leitura buscou inserir alunos, professores e comunidade escolar num espaço cultural, no qual se propiciou a leitura, o debate e a reflexão.

Destaca-se, também, o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL, antes instituído pelos ministros da Cultura e da Educação, por meio da Portaria Interministerial n.º 1.442, de 10 de agosto de 2006, prosseguindo com toda a mobilização e debates empreendidos no Vivaleitura em 2005.

Depois do Ano Ibero-Americano da Leitura comemorado em 2005, foi criado o Prêmio VIVALEITURA, com o objetivo de estimular, fomentar e reconhecer as melhores experiências que promovam a leitura. Trata-se de uma iniciativa do Ministério da Cultura (MinC), do Ministério da Educação (MEC) e da Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), com o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e da Fundação Santillana. O Prêmio VIVALEITURA, integra as ações do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). São premiados trabalhos nas seguintes categorias: 1) "Bibliotecas Públicas, Privadas e Comunitárias"; 2) "Escolas Públicas e Privadas"; 3) "Promotor de leitura (pessoa física); e 4) "ONGs, universidades/faculdades e instituições sociais", que desenvolvam trabalhos na área de leitura (Disponível em: <http://www.premiovivaleitura.org.br>. Acesso em 22 fev.15).

O Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL é um conjunto de projetos, programas, atividades e eventos na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas em desenvolvimento no país, empreendidos pelo Estado (em âmbito Federal, Estadual e Municipal) e pela sociedade, a partir do decreto n.º 7.559 de 1º de setembro de 2011, promulgado pela presidente Dilma Rousseff. A prioridade do PNLL é transformar a qualidade da capacidade leitora do Brasil e trazer a leitura para o dia a dia do brasileiro. O PNLL foi publicado no Diário Oficial da União em 5 de setembro de 2011.

Em sua essência, o PNLL (2011) traz como objetivo geral:

Promover o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade brasileira, contribuindo para a elevação do número de leitores e o acesso ao livro como condição essencial para o pleno desenvolvimento humano, para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento social e econômico de qualquer sociedade (Disponível em: <http://prolivro.org.br>. Acesso em 22 fev.15).

E como objetivos específicos:

Fomentar Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura, mobilizando e assessorando Estados e Prefeituras para o seu desenvolvimento e implantação.

Conscientizar Agentes públicos sobre a importância da definição de políticas públicas para o livro e a leitura como forma de garantir a continuidade de tais políticas.

Contribuir para o alcance da meta estabelecida pelo PNLL de "estimular a criação de planos estaduais e municipais de leitura", estabelecendo como objetivo sua implementação em até três anos (Disponível em: <http://prolivro.org.br>. Acesso em 22 fev.15).

A coordenação do programa em nível nacional está a cargo dos Ministérios da Educação e da Cultura, Plano Nacional do Livro e Leitura e Instituto Pró-Livro¹⁵. As estratégias implementadas para desenvolvimento do programa buscam mobilizar agentes públicos estaduais e municipais para a importância da definição de políticas públicas para o livro e a leitura, visando garantir a continuidade de tais políticas e, ainda, oferecer informações, formação e assessoria técnica (tutoria) para viabilizar a implantação de Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura. Tais mobilizações se desenvolveram pela promoção de Fórum Nacional, seguidas de Fóruns Regionais.

Tanto nas esferas Federal, Estadual como Municipal existe um suporte técnico, com a implementação de um portal de funções que se encarrega de prestar informações e credenciamentos; guia eletrônico (passo a passo); formação, monitoramento e assessoria à distância; rede social de colaboração e mapeamento da implantação dos Planos. Como suporte desenvolvimental, o programa prevê a formação de agentes que se encarregarão de colocar em prática, efetivamente, os objetivos a que se destina o projeto. Esta formação se dará por meio de oficinas regionais (presenciais) e formação à distância; videoconferências; palestras; guia de orientação e assessoria à distância (chats) e orientação passo a passo digital e impressa.

O desenvolvimento do Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL, o Plano Estadual do Livro e Leitura - PELL e o Plano Municipal do Livro e Leitura - PMLL obedecerão aos critérios de desenvolvimento:

¹⁵Instituto Pró- Livro – IPL é uma associação de caráter privado e sem fins lucrativos mantida com recursos constituídos, principalmente, por contribuições de entidades do mercado editorial, com o objetivo principal de fomento à leitura e à difusão do livro. Foi criado em outubro de 2006, como resultado de estudos e conversação entre representantes do governo e entidades do livro, e constitui uma resposta institucional à preocupação de especialistas de diferentes segmentos – públicos e privados – das áreas da educação, cultura e de produção e distribuição do livro, pelos níveis de letramento e hábitos de leitura da população em geral e, em particular, dos jovens, significativamente inferiores à média dos países industrializados e em desenvolvimento (Disponível em: <http://prolivro.org.br>. Acesso em 23 fev.15).

Lançamento do Projeto em Fórum Nacional Mais Livro e Mais Leitura nos Estados e Municípios- com a participação dos Ministérios da Cultura e Educação, PNLL, especialistas da área, IPL e entidades do livro, Prefeituras e secretários da Educação e Cultura de Estados e Municípios, e suas entidades de representação – para apresentação e debate sobre o Projeto.

Realização de Fóruns e Oficinas Regionais nas capitais dos Estados ou Municípios de grande porte – que se ofereçam para sediar esses encontros com a participação de Municípios vizinhos – para ampliar o alcance do Projeto e viabilizar o alcance da Meta.

Formação – presencial e a distância (*e-Learning*) - para Agentes municipais, por meio de oficinas regionais, videoconferências, palestras, tutoria e assessoria a distância (por meio de *chats*), para prepará-los e assessorá-los na implementação dos PMLL.

Guia para a implantação e desenvolvimento dos Planos Estaduais e Municipais – PELL e PNLL - impresso e digital, e assessoria técnica presencial e a distância para viabilizar a implementação do PMLL, esclarecendo dúvidas e orientando sua elaboração.

Portal do Projeto Mais Livro e Mais Leitura (PELL/PMLL) com as seguintes funções:

Divulgação e informação sobre o Projeto e seu estágio de implementação nos Estados e Municípios;

Inscrição e agendamento para participação;

Capacitação continuada e tutoria a distância envolvendo todos os Agentes do processo – formadores, tutores e Agentes municipais;

Colaboração e intercâmbio de ideias; experiências bem-sucedidas, criando-se redes sociais;

Acesso ao GUIA e materiais e modelos de Planos; à biblioteca de referência; a experiências exitosas e depoimentos; à biblioteca e videoteca; e a notícias sobre o Projeto e a implantação de Planos em todo o Brasil (Disponível em: <http://prolivro.org.br>. Acesso em 24 fev.15).

As iniciativas do PNLL são significativas, pois buscam a unidade para fomentar a leitura em âmbito nacional, estadual e municipal. O Ministério da Cultura investiu, em 2012, R\$ 373 milhões em projetos e programas que integraram o Plano Nacional do Livro e Leitura. São ações para promoverem o livro, a leitura, as bibliotecas, a criação e a difusão da literatura brasileira sob a coordenação da Fundação Biblioteca Nacional - FBN, a instituição vinculada ao Ministério da Cultura responsável pela gestão destas políticas públicas setoriais. São mais de 40 projetos e programas e o maior desembolso de recursos em um único ano no âmbito da cultura, além do MinC, o Ministério da Educação e várias outras áreas do governo federal desenvolvem ações que fazem parte do PNLL.

Essas ações visam garantir a promoção, o incentivo e o desenvolvimento da leitura, por meio de programas, campanhas e projetos, que foram criados a fim de

estruturar, sustentar e apoiar uma iniciativa fundamental para o progresso da sociedade.

Apresentamos, nos quadros a seguir, os principais programas, campanhas e projetos de incentivo à leitura no Brasil, proveniente do governo federal.

Quadro V – Programas de incentivo à leitura no Brasil emanados do governo federal.

PROGRAMAS DE INCENTIVO À LEITURA NO BRASIL EMANADOS DO GOVERNO FEDERAL					
Nome	Ano	Objetivo	Alvo	Órgão promotor	Critérios Distribuição
Programa do Livro Didático para o EF (Plidef)	1971 - 1985	Implantar sistema de contribuição financeira para o Fundo do Livro Didático	Alunos do Ensino Fundamental	Estado/INL/COLTED/ Decreto nº 68728, de 08/06/1971	Escolas públicas brasileiras
Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)	1985 - Dias atuais	Distribuir livros didáticos	Alunos do Ensino Fundamental	Estado/MEC/INL	Educação pública
Programa Nacional de Incentivo a Leitura – PROLER	1992 - Dias atuais	Estruturar uma rede de programas capaz de consolidar práticas leitoras. Fazer crescer a consciência e a demanda das condições de acesso variado aos bens culturais – leitura e escrita	Professores, bibliotecários, pesquisadores e interessados na área da leitura	Estado/MEC/Fundação Biblioteca Nacional/FNLIJ	Brasil
Programa PRÓ-LEITURA	1992 - Dias atuais	Oferecer formação continuada – teórica e prática sobre a leitura	Interessados na área da leitura	Estado/MEC/Fundação Biblioteca Nacional/FNLIJ	Brasil
Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)	1997 - Dias atuais	Promover a leitura aos alunos e professores. Apoiar projetos de capacitação e atualização do professor do Ensino Fundamental	Bibliotecas das escolas Públicas de Ensino Fundamental; portadores de necessidades especiais	Estado/MEC/SEDF/FNDE	1998: 1ª a 8ª séries, com mais de 500 alunos; 1999: 1ª a 4ª séries, com mais de 150 alunos

Fonte: Adaptado de COPES, J. R. (2007). Boletim Informativo “Notícia nº12/2001, 4/2002, 8/2002, 11//2002, 12/2002 e 5/2003; Documentos Oficiais do FNDE: Resoluções, Decretos e Portarias”.

Quadro VI – Campanhas de incentivo à leitura no Brasil emanadas do governo federal.

CAMPANHAS DE INCENTIVO À LEITURA NO BRASIL EMANADAS DO GOVERNO FEDERAL				
Nome	Ano	Objetivo	Alvo	Órgão promotor
Campanha “Quem lê viaja”	1997	Promover o livro e a leitura	Todos os brasileiros	Estado/MEC/S EF
Campanha “Tempo de leitura”	2001	Fazer do Brasil um país de leitores	8,5 de alunos de 4ª, 5ª e 8ª séries	Estado/MEC/T V brasileira
Campanha “Fome do livro”	2004	Criação de política pública para o livro, a leitura e a biblioteca pública no país (denominação emblemática do populismo do governo)	Crianças, jovens e adultos	Estado/MEC/F BN
Campanha “Viva leitura” (Ano Ibero-americano da Leitura – concurso)	2005	Estimular e reconhecer as melhores experiências relacionadas a leitura	21 países da Europa e Américas (Estado dos países Ibero-americanos). Escolas, professoresm bibliotecários, escritores, editores, livreiros, organizações não-governamentais, meios de comunicação e empresas privadas	Estado/ME/Mi nC/ UNESCO/ OEI/ UNIDME/ Fundação Santillana/ Cerlalc.

Fonte: Adaptado de COPES, J. R. (2007). Boletim Informativo “Notícia nº12/2001, 4/2002, 8/2002, 11//2002, 12/2002 e 5/2003; Documentos Oficiais do FNDE: Resoluções, Decretos e Portarias”.

Quadro VII – Projetos de incentivo à leitura no Brasil emanados do governo federal.

PROJETOS DE INCENTIVO À LEITURA NO BRASIL EMANADOS DO GOVERNO FEDERAL					
Nome	Ano	Objetivo	Alvo	Órgão promotor	Critérios Distribuição
Projeto “Ciranda de livros”	1982 - 1985	Distribuir livros e incentivar a leitura de literatura infantil e juvenil	30 mil escolas públicas brasileiras	FNLIJ/F. R. Marinho e Roechst	Bibliotecas das escolas públicas mais carentes
Projeto “Viagem da leitura”	1986 - 1988	Distribuir livros e incentivar a leitura de literatura infantil e juvenil	Bibliotecas das escolas públicas	F. R. Marinho, Ripasa – Indústria de papéis (Lei Sarney) INL/MEC	Bibliotecas das escolas públicas mais carentes – 60 livros
Projeto “Sala de leitura”	1988	Distribuir livros e incentivar a leitura de literatura infantil e juvenil	Bibliotecas das escolas públicas brasileiras	Estado/MEC/FAE	Bibliotecas das escolas públicas mais carentes
Projeto “Literatura em minha casa”	2001 - 2004	Incentivar e valorizar a leitura literária de qualidade. Doar livros de literatura para formar a biblioteca particular do aluno	8,5 milhões de alunos de EJA, 4ª, 5ª e 8ª séries	Estado/MEC/SEF/FNDE/ PNBE/FNLIJ	Alunos de 4ª, 5ª e 8ª séries do Ensino Fundamental (de propriedade particular do aluno)

Fonte: Adaptado de COPES, J. R. (2007). Boletim Informativo “Notícia nº12/2001, 4/2002, 8/2002, 11//2002, 12/2002 e 5/2003; Documentos Oficiais do FNDE: Resoluções, Decretos e Portarias”.

Os quadros retratam que a preocupação com a leitura se faz presente desde 1971, com a criação do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental – PLIDEF, mas somente com a interação de diferentes seguimentos, governo, sociedade, professores é que se conseguiu realmente desenvolver a ação leitora de forma ampla e satisfatória, tanto para atender resultados positivos nas avaliações

educacionais, quanto para ampliar a visão de mundo e proporcionar vasto conhecimento e aprendizado dentro e fora da sala de aula. Reconhecer e admitir a prática da leitura como um hábito saudável, prazeroso e importante para o desenvolvimento enquanto pessoa e participante em uma sociedade. Sociedade essa, que cada vez mais, exige um cidadão ativo, reflexivo e consciente das atuações individuais e coletivas, pois muitas vezes, o que está posto e escrito nem sempre é o que olhos são capazes de ler. É preciso uma leitura crítica e contextualizada, para que não se crie uma sociedade passiva e submissa.

Em meio a tantos investimentos para a área da educação e cultura, em especial, para promoção da leitura, resta saber se na prática estão sendo alcançados os objetivos propostos e efetivamente o que os dados sugerem. Para que tais ações sejam pesquisadas em sua real efetivação, as avaliações são fundamentais durante todo o percurso, devendo se considerar para isso, tanto as avaliações internas como as avaliações externas, pois são elas que vão apontar qualidades e/ou falhas.

2.4 O perfil do leitor no Brasil

É importante considerar os baixos resultados apresentados pelos alunos das escolas públicas do Ensino Fundamental, em avaliações como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA, e os dados críticos levantados pelo Sistema Nacional da Educação Básica - SAEB, sobre os indicadores de desempenho em leitura das crianças ao final dos primeiros e dos últimos anos do Ensino Fundamental, como demonstra no quadro abaixo,

Quadro VIII - Quadro comparativo dos resultados do Brasil no PISA desde 2000.

	Pisa 2000	Pisa 2003	Pisa 2006	Pisa 2009	Pisa 2012
Número de alunos participantes	4.893	4.452	9.295	20.127	18.589
Leitura	396	403	393	412	410
Matemática	334	356	370	386	391
Ciências	375	390	390	405	405

Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/internacional-novo-pisa-resultados>. Acesso em 26 fev.15.

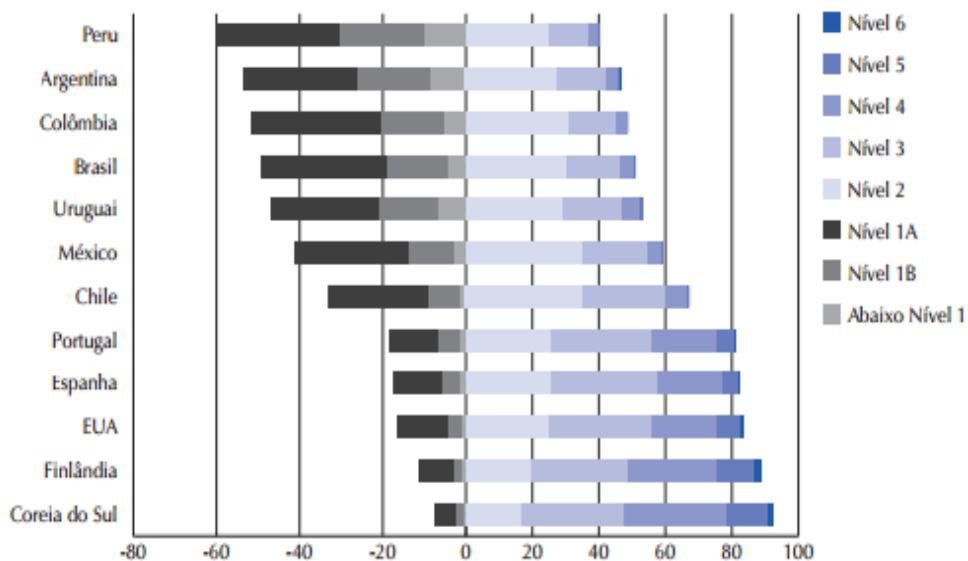
Ressaltamos que a avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes é trienal e avalia estudantes de 15 anos de idade matriculados a partir do sétimo ano, e, em cada edição, o foco de avaliação está centrado em uma área (Leitura, Matemática e Ciências).

Ao analisar a avaliação na área de Leitura, nos anos de 2000 a 2012, constata-se o expressivo aumento no número de participantes, embora no ano de 2012 tenha tido uma queda, ainda assim, registra-se um número mais baixo de estudantes com proficiência em leitura.

Em relação a outros países, conforme a tabela seguinte, o Brasil não ultrapassa o nível 2 de proficiência em leitura, um dado bastante inquietante.

Gráfico II – Distribuição percentual dos estudantes por níveis de proficiência em leitura nos países.

Distribuição percentual dos estudantes por níveis de proficiência em leitura nos países



Relatório PISA 2012: resultados brasileiros. Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_Internacionais/pisa/resultados/2014/relatorio_nacional_pisa_2012_resultados_brasileiros.pdf. Acesso em 27 fev.15.

Com o resultado das avaliações, nos âmbitos nacional e internacional, é possível analisar o planejamento e delinear possíveis ações para a solução de problemas. Destaca-se a influência que a leitura possui nestes resultados em todas as áreas, pois quem compreende o que lê, consegue entender o que é proposto na questão e, possivelmente, terá melhores resultados na avaliação.

Podemos compreender que a distribuição dos acervos realizada pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola, desenvolvido desde 1997, com o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência é uma das ações iniciais de inserção dos alunos no universo da cultura letrada.

O atendimento é feito em anos alternados: em um ano são contempladas as escolas de educação infantil, de ensino fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens e adultos. Já no ano seguinte são atendidas as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio. Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 01 mar.15).

O PNBE almeja fomentar nos brasileiros o desejo pela prática da leitura, pois as obras literárias distribuídas ampliam seus conhecimentos e proporcionam a sua formação intelectual e pessoal.

No entanto, para a concretização da formação leitora no Brasil, faz-se necessária a junção de um conjunto de ações estrategicamente delimitadas, com vistas a obtenção do objetivo proposto, dentre as quais citamos a capacitação docente para o trabalho com o acervo disponibilizado, ou seja, é imprescindível para o sucesso do programa de incentivo à leitura que os professores tenham objetivos e metodologias de ensino da leitura bem delimitados e, de forma clara, possam desenvolver ações pedagógicas de promulgação da ação leitora eficiente.

Diante das diversificadas iniciativas do governo Federal, em parceria com Estados e Municípios, para desenvolver estratégias de fomento à leitura no Brasil, por meio dos programas e Leis ora descritos, percebemos a necessidade de traçar o perfil do leitor brasileiro e avaliar as formas de acesso ao livro, ou seja, como ocorre na prática o processo de formação do leitor brasileiro.

Dentre as pesquisas realizadas, destaca-se “Retratos de Leitura no Brasil”, desenvolvida desde 2000 por iniciativa de entidades ligadas à produção e divulgação do livro e da cultura no país. A pesquisa Retratos de Leitura no Brasil é a única nesse segmento no país, cujo enfoque é traçar o perfil do leitor brasileiro e, a partir dos resultados obtidos, são propostas estratégias de fomento à leitura, bem como a estruturação de políticas públicas que venham, efetivamente, contribuir para o aumento no nível da capacidade leitora do estudante brasileiro e a consequente

melhoria na qualificação do Brasil em relação aos países desenvolvidos, no que se refere às posições qualitativas da educação no cenário mundial.

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil foi lançada em 2001, com o objetivo de avaliar, a cada três anos, os avanços e impactos das Políticas Públicas de livro e de leitura implementadas. Hoje se encontra em sua terceira edição e, segundo a entidade responsável por sua aplicação, o Instituto Pró-livro, mantém o compromisso de esboçar o perfil do leitor brasileiro, medir eventuais progressões em torno das práticas de leitura e ampliar o acesso ao livro.

Em 2011 foi aplicada a terceira edição da pesquisa, buscando divulgar e consolidar os avanços alcançados. O Brasil vive um momento historicamente importante no setor educacional, em que sociedade, governo e iniciativa privada atuam conjuntamente no sentido de ampliar o acesso ao livro e estimular as práticas e projetos de leitura nas esferas estaduais e municipais do setor educacional. Tais ações objetivam solidificar a formação de leitores como uma questão de Políticas Públicas no país.

Destacamos alguns gráficos com dados da pesquisa realizada em 2011 que reforçam a necessidade de pesquisas na área da leitura e possíveis proposições e, ainda, a pesquisa retrata um dado importante sobre o que a leitura significa na vida dos entrevistados.

Gráfico III – Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011) – O que a leitura significa.

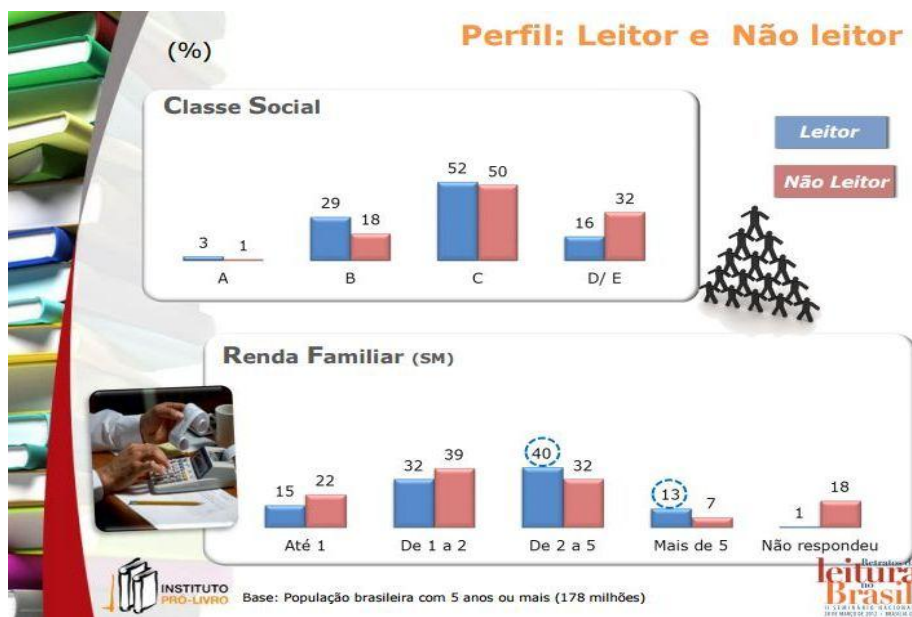


Disponível em: file:///D:/Users/Sony%20Vaio/Desktop/DISSERTA%C3%87%C3%83O/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf. Acesso em 02 mar.15.

Curioso que os entrevistados reconhecem a leitura como fonte de conhecimento para a vida, porém não a veem como uma atividade prazerosa e capaz de ser realizada fora da escola ou faculdade. Por uma questão ainda enraizada, a leitura significa na maioria da sociedade uma prática escolar, o que a nosso entender, deve começar na prática familiar como algo prazeroso e naturalmente envolvido na rotina.

Sabemos, por intermédio dos resultados da pesquisa apresentados em 2011, que variados fatores influenciam na formação leitora do brasileiro, tais como, condições socioeconômicas, nível de escolaridade, estímulos recebidos no ambiente familiar e escolar, a idade, o sexo, entre outros.

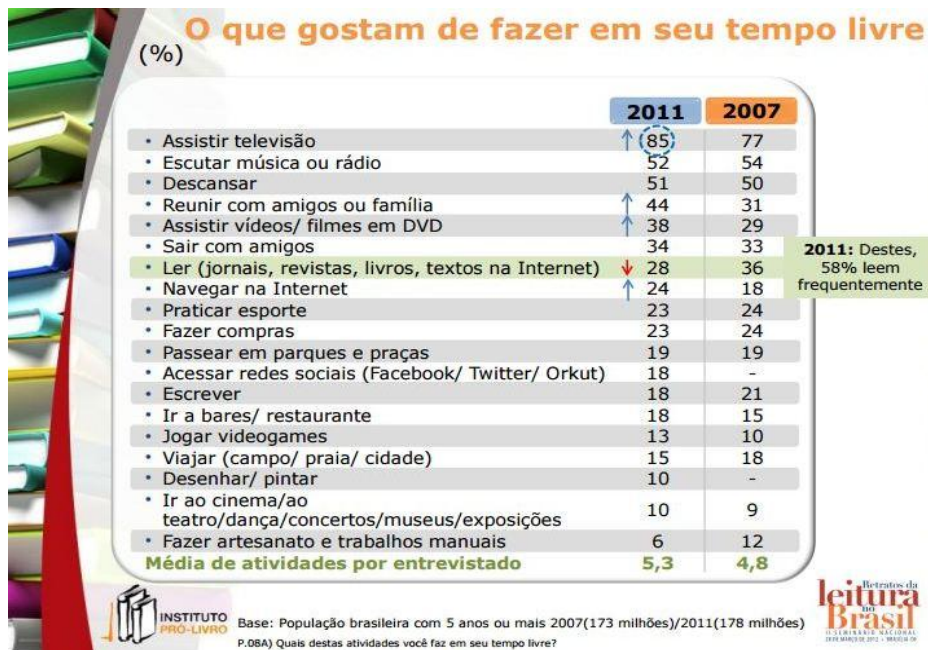
Gráfico IV – Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011) – Perfil: leitor e não leitor – Classe social e Renda familiar.



Disponível em: file:///D:/Users/Sony%20Vaio/Desktop/DISSERTA%C3%87%C3%83O/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf. Acesso em 02 mar.15.

Ainda, com relação ao perfil do leitor no Brasil, a pesquisa demonstra que a maioria da população entrevistada prioriza outras atividades, como assistir televisão, conversar com amigos na Internet e passear, em detrimento da leitura, pois não conseguem vislumbrar a importância da ação leitora para seu desenvolvimento intelectual, segundo demonstra a pesquisa.

Tabela IV – Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011) – O que gostam de fazer em seu tempo livre.



Disponível em: file:///D:/Users/Sony%20Vaio/Desktop/DISSERTA%C3%87%C3%83O/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf. Acesso em 02 mar.15.

Com relação às preferências de leitura, podemos perceber que a grande maioria dos leitores seleciona exemplares que atendam suas necessidades emocionais, sociais e escolares. Tal fato é corroborado pela classificação dos gêneros dispostos na pesquisa, apresentando a Bíblia em primeiro lugar como livro mais lido pela amostragem da pesquisa, seguida pelas leituras de revistas e jornais e, ainda, pelas leituras escolares representadas pelos livros didáticos, que não raro, são de caráter obrigatório. As leituras essenciais, como obras literárias, enciclopédias, dicionários, livros de História, Economia, Política e Ciências Sociais e Naturais são delegados a um segundo plano, por serem consideradas dispensáveis.

Tabela V – Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011) – Gêneros que costumam ler.

(%)

Gêneros que costumam ler

	milhões	2011	2007	milhões
• Bíblia	41,1	42	45	57,0
• Livros didáticos	32,1	32	34	33,3
• Romance	30,5	31	32	32,2
• Livros religiosos	29,6	30	27	29,9
• Contos	23,5	23	20	20,8
• Literatura infantil	22,0	22	31	35,4
• Poesia	19,8	20	28	29,6
• História em quadrinhos	18,3	19	27	29,1
• Auto-ajuda	12,3	12	13	11,9
• Literatura juvenil	11,4	11	15	16,4
• Biografias	11,2	11	14	13,0
• História, Economia, Política e Ciências Sociais	11,0	11	23	21,9
• Livros técnicos	10,4	11	12	10,7
• Enciclopédias e Dicionários	8,9	9	17	16,7
• Culinária/ artesanato/ assuntos práticos	7,6	7	12	13,8
• Artes	6,3	6	10	10,9
• Viagens	4,7	5	-	
• Ensaios e Ciências	4,1	4	7	6,1
• Esoterismo	2,5	2	4	3,6
• Outros		1	3	
Média de gêneros por entrevistado		3,1	3,7	

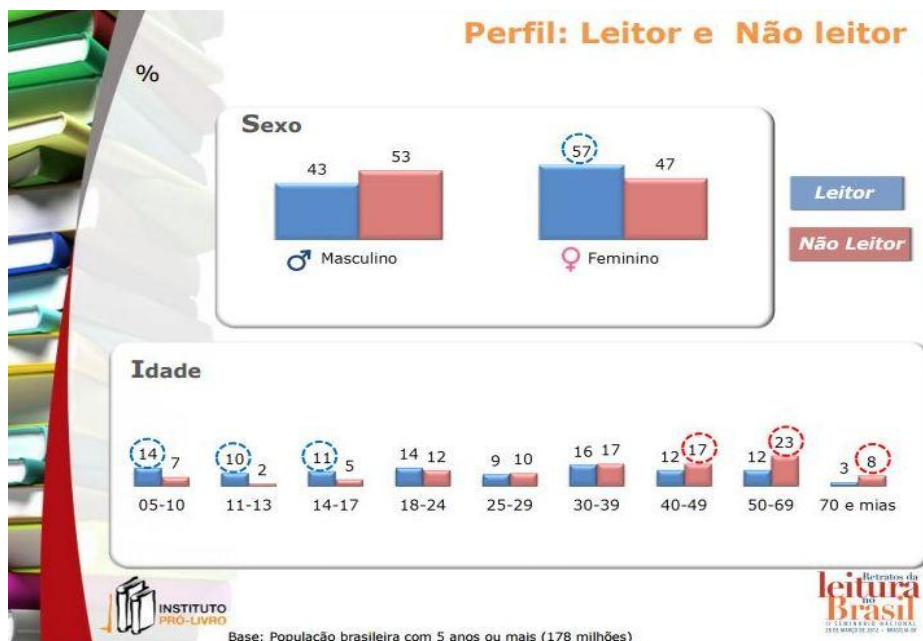
Base: Leitor 2007(95,6 milhões)/2011(88,2 milhões)
P.35A) Quais destes tipos de livros você costuma ler?

Retratos da Leitura Brasil
INSTITUTO PRO-LIVRO

Disponível em: file:///D:/Users/Sony%20Vaio/Desktop/DISSERTA%C3%87%C3%83O/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf. Acesso em 02 mar.15.

De acordo com dados da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil 2011”, podemos delinear o perfil do leitor brasileiro pelos seguintes dados estatísticos: a maior parte é composta pelo sexo feminino (52%), estudante do Ensino Médio, pertencente à classe social C da região sudeste do Brasil, preferencialmente em municípios do interior.

Gráfico V – Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011) – Perfil: leitor e não leitor – Sexo e Idade.



Disponível em file:///D:/Users/Sony%20Vaio/Desktop/DISSERTA%C3%87%C3%83O/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf, acesso em 02 mar.15.

Gráfico VI – Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011) – Perfil: leitor e não leitor – Estudante e Escolaridade.



Disponível em: file:///D:/Users/Sony%20Vaio/Desktop/DISSERTA%C3%87%C3%83O/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf. Acesso em 02 mar.15.

Ainda, segundo a pesquisa, as preferências de leitura contemplam as revistas (53%), jornais (48%) e livros (47%). Dentre os gêneros textuais destacam-se a Bíblia (42%), os livros didáticos (32%) e os Romances (31%). A principal razão argumentada pelos entrevistados por lerem pouco está a falta de interesse (78%) e falta de tempo (50%). A forma como costumam ler um livro é descrita como realizada por partes ou capítulos (47%) e a maioria começa a ler um livro sem terminá-lo (46%) e nunca lê mais de um livro ao mesmo tempo (69%).

Tabela VI – Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011) – Gêneros que costumam ler.

Gêneros que costumam ler (%)	TOTAL	SEXO		IDADE									
		Mas.	Fem.	5 a 10	11 a 13	14 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 69	70 e mais	
				(88,2)	(38,3)	(49,9)	(12,5)	(8,6)	(10,0)	(12,2)	(7,7)	(13,8)	(10,5)
Base: Leitor (em milhões)	(88,2)	(38,3)	(49,9)	(12,5)	(8,6)	(10,0)	(12,2)	(7,7)	(13,8)	(10,5)	(10,5)	(2,3)	
• Bíblia	42	36	46	24	19	24	40	45	51	54	65	73	
• Livros didáticos	32	34	30	47	47	55	35	27	26	19	8	0	
• Romance	31	20	39	4	20	41	44	43	36	34	28	28	
• Livros religiosos	30	23	36	11	10	13	29	31	42	49	50	48	
• Contos	23	19	26	27	30	30	25	21	22	18	16	15	
• Livros infantis	22	19	25	66	34	11	10	18	19	14	7	3	
• Poesia	20	15	24	15	27	28	25	19	19	16	15	11	
• História em quadrinhos	19	21	17	36	33	27	14	13	15	13	3	5	
• Auto-ajuda	12	10	14	2	3	7	13	19	21	20	15	7	
• Livros técnicos	11	15	9	1	1	5	22	22	19	11	8	3	
• Biografias	11	11	11	2	6	6	13	20	19	15	8	7	
• História, Economia, Política e Ciências Sociais	11	13	9	3	9	8	17	15	17	11	8	10	
• Livros juvenis	11	9	12	11	28	26	7	4	7	7	2	2	
• Enciclopédias e dicionários	9	10	9	5	10	11	11	15	11	9	5	5	
• Culinária, Artesanato, Assuntos práticos	7	3	11	2	2	2	7	11	11	14	10	9	
• Artes	6	7	6	8	8	6	7	5	6	3	6	4	
• Viagens	5	6	4	2	6	5	5	6	6	5	4	3	
• Ensaios e Ciências	4	5	4	3	5	5	5	6	5	4	1	5	
• Esoterismo	2	2	3	0	1	1	1	3	7	3	3	2	

Disponível em: file:///D:/Users/Sony%20Vaio/Desktop/DISSERTA%C3%87%C3%83O/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf. Acesso em 02 mar.15.

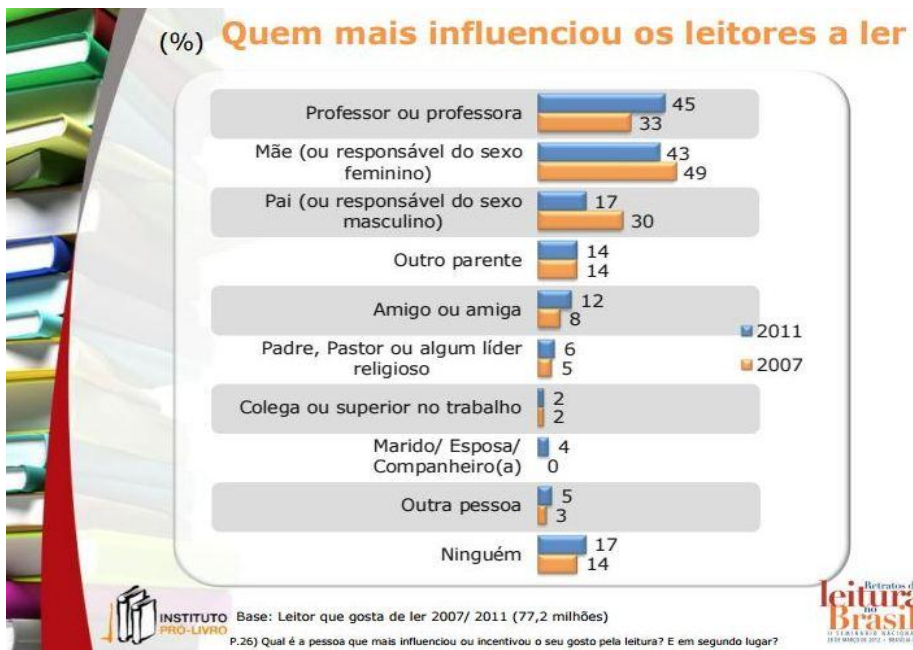
O professor aparece na pesquisa, como o principal influenciador/estimulador dos leitores (45%), o que justifica o reconhecimento da prática da leitura escolar também apresentar um número alto em relação à prática familiar ou social. O que evidencia que a escola da contemporaneidade desenvolve um papel fundamental na formação do hábito de leitura, já que o professor tem, dentre outras atividades, o papel de motivador da leitura. Percebe-se que, com os efeitos da globalização e a necessidade do trabalho cada vez mais presente na sociedade, muitas famílias não têm em sua rotina diária um momento destinado a sentar-se com as crianças para realizar uma leitura, contar uma história e conversar sobre como foi seu dia, suas

descobertas, sua rotina na escola, entre outras. Eliana Yunes destaca sobre o papel das escolas na formação do hábito de leitura.

Nas famílias com tradição leitora, as crianças desde bebês tem contato com livros e histórias, hoje com narrativas literárias e fílmicas. Nas condições socioeconômicas em que vive a maioria, com facilidades para compra de carro e “linha branca”, mas nenhum estímulo para gastar com formação (educação e cultura), a responsabilidade da escola aumentou muito. Oferecer a experiência da leitura de forma sensível e inteligente é a primeira tarefa do professorado. Sem leitura não há aprendizagem, não há resignificação do conhecimento. Mas os programas que as secretarias determinam têm a leitura como algo institucional. Por isso, se dedicam a conteúdos que não conseguem ser filtrados pelos jovens em formação. Além disso, as práticas leitoras nas escola são, em grande parte, insípidas e inodoras. Ninguém se lembra do que leu em classe ou na biblioteca escolar no ano anterior, porque não sabe como o que leu se conecta em sua vida (Disponível em <http://www.blogacesso.com.br/?p=4953>. Acesso em 02 mar.15).

Muito além do que motivar a leitura dos alunos, o professor precisa também ser um leitor, um exemplo para seus alunos e um constante aprendiz. Sabendo utilizar da leitura um caminho para propor atividades em que as crianças tenham que utilizar a linguagem para se comunicarem em diversas situações, sejam elas formais ou informais. Assumindo a leitura como uma prática social e não uma prática de memorização, mecanização. Com a produção de vários gêneros textuais orais e escritos, como um recado, uma cartinha, um pedido, um convite, tendo em vista os diferentes interlocutores como os colegas de classe, os pais, os vizinhos, os professores, dentre outros e, assim, saber conectar o que leu em sua vida.

Gráfico VII – Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011) – Quem mais influenciou os leitores a ler.



Disponível em: file:///D:/Users/Sony%20Vaio/Desktop/DISSERTA%C3%87%C3%83O/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf. Acesso em 02 mar.15.

Outro fator que merece destaque é o fato de que a maioria da população entrevistada nunca compra livros (56%), recorrendo à biblioteca escolar para realizar suas leituras. Para estes, a biblioteca representa um lugar para estudar e a leitura não está associada ao prazer.

Gráfico VIII – Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011) – Principal razão para estar lendo menos do que já leu.



Disponível em: file:///D:/Users/Sony%20Vaio/Desktop/DISSERTA%C3%87%C3%83O/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf. Acesso em 02 mar.15.

Via de regra, podemos observar que a maioria das pessoas leem quando são, de certa forma, obrigadas, seja por uma necessidade pessoal ou profissional. De forma que, o ato de ler está sempre atrelado a uma necessidade eminente do indivíduo.

A partir da análise dos dados apresentados pela pesquisa “Retratos da leitura no Brasil”, 2011, inferimos que a leitura não representa um hábito prazeroso para os brasileiros, talvez por questões econômicas e culturais, ou ainda, por não haver atribuído à leitura o valor social que lhe é inerente.

Em média, 75% dos brasileiros não possuem o hábito de frequentar bibliotecas, desse modo, Eliane Yunes fala sobre o valor da experiência com a leitura ser muito maior do que apenas a oportunidade de acesso a livros.

Podemos perguntar às escolas e às próprias bibliotecas. Por que será? De onde as populações tiram a desimportância da leitura? Mas há ainda que pensar que acesso não significa ter livros em prateleiras e acervos qualificados. Acesso é ter informação e oportunidade de experiência com a leitura que lhe seja prazerosa: que haja condições de descobrir que o “custo” da leitura tem compensações extraordinárias que podem proporcionar qualificação de vida! E por falar em “custo”, o livro não foi desonerado para o consumidor criar seu acervo (Disponível em <http://www.blogacesso.com.br/?p=4953>. Acesso em 03 mar.15).

A referida pesquisa propala que o problema da leitura no Brasil se deve primeiramente pela falta de hábito e não pela falta de acesso, para tanto, Maria Antonieta da Cunha¹⁶ ressalva a necessidade da valorização social da leitura para além da sala de aula.

Visto que, a não ser entre os entrevistados que fizeram ou fazem estudos universitários, a leitura decresce muito entre os adultos, podemos supor que a escola não tem formado leitores para a vida inteira, talvez por práticas pouco sedutoras e obrigatórias, das quais o não estudante procura se livrar assim que ultrapassa os limites da escola. Parecem necessárias ações de promoção da leitura que a liguem verdadeiramente à vida e tornem os materiais de leitura mais próximos dos alunos (Instituto Pró- Livro, 2008, p. 15).

O que precisa ser ressaltado é o fato de que a leitura, quando vai além do livro didático, permite a formação do cidadão, para se apropriar de conhecimentos e desenvolver sua capacidade de reflexão e análise, de questionar e desenvolver seu pensamento e sua opinião.

E que, muitas são as formas de leitura com os avanços tecnológicos sejam através de gráficos, imagens, tirinhas, charges, entre outras, que, sem exibir uma palavra escrita sequer, são considerados textos e exige interpretação, sendo cada vez mais cobrados nas questões das avaliações externas. Nesse sentido, a leitura torna-se mais democrática, pois os textos se pluralizaram e as escolas precisam estar atentas a essas novas tendências de leitura.

Dessa forma, é grande a relevância da leitura na vida das pessoas, o que justifica desenvolver um programa nacional de incentivo à leitura atrelado às Políticas Públicas, instituindo suas diretrizes e concepções.

¹⁶Esteve a frente da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas da Fundação Biblioteca Nacional.

CAPÍTULO 3 - A GÊNESE DO PROLER NO BRASIL, ESPECIFICAMENTE NO MUNICÍPIO DE UBERABA – DE 1997 A 2014

O ato de contar histórias, intrinsecamente humano, traz em si, talvez como poucos outros, o paradoxo de ser dos mais gratuitos e, ao mesmo tempo, dos mais empenhados. Contar para fazer lembrar, contar para mover montanhas e céus (Eliana Yunes).

3.1 Contextualizando o PROLER no Brasil - 1992/2014

Como já discorrido anteriormente sobre Política Pública de Leitura no Brasil, trataremos de um programa dedicado a promover ações de estímulo e valorização social do ato de ler e que está inserido desde 2006 nas Políticas Públicas de Leitura - PNLL, esse programa é o PROLER.

O Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER surgiu para promover o acesso democrático à leitura, pois a defende como indispensável para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Instituído junto à Fundação Biblioteca Nacional em 1992, durante o governo de Fernando Collor de Melo e por meio do Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992 (anexo 1) estabelece objetivos, mecanismos e receitas das quais poderia dispor.

O Programa de abrangência nacional é um projeto de valorização social da leitura e da escrita e está vinculado à Fundação Biblioteca Nacional e ao Ministério da Cultura. Uma das iniciativas que deu suporte para a implementação do programa, juntamente com a força política que a FBN possui, foi a criação e inauguração em 13 de agosto de 1993, da Casa da Leitura, situada na rua Pereira da Silva, nº 86, Laranjeiras (anexo 2), Rio de Janeiro, para ser a sede do PROLER. Rivero, (1995) refere-se a esse ambiente da seguinte forma,

A casa, espaço físico onde moramos, está impregnada. Na sua história mínima de obra construída, ela tem marcas. Desde o projeto, no papel, onde pensa o arquiteto, que possibilidades oferecer a quem morar nela. A casa. A sala e os quartos – a luz que nos desperta pela clarabóia da manhã, o vento arejando ambientes. Que novo movimento farão as pessoas em sua nova casa? O arquiteto tem na sua cabeça várias histórias para que alcance o projeto definitivo. Ah! Mal sabe ele que as histórias são infinitas – cada morador fará dessa casa uma história a mais nas histórias de suas vidas (Folha da Casa da Leitura. Ano II, nº 12).

Mesmo 15 meses antes da assinatura do decreto de criação oficial do PROLER, muitos projetos já eram realizados pelo programa dentro e fora do estado, quando a Casa da Leitura foi inaugurada. “Passos significativos já haviam sido dados em relação à construção de uma rede nacional de leitura” (Anais da Biblioteca Nacional, 2009, p. 46).

Para conhecer melhor esse programa, prestes a completar 23 anos de existência, é preciso buscar sua origem, bem como, as ações que foram desenvolvidas durante o percurso de sua existência. Todo esse período de vigência demonstra a real necessidade de sua permanência e que, de certa forma, está fortemente institucionalizado, o que o configura como um programa de Estado¹⁷ já que conseguiu ultrapassar tantos períodos de governo.

Seja projeto, programa ou ações que envolvam Políticas Públicas há de se considerar avanços, retrocessos, ganhos e perdas, altos e baixos e, especificamente, no caso do PROLER não foi diferente. Durante a nossa pesquisa, pudemos observar que ações políticas e a sociedade influenciaram de forma significativa tanto para a sua permanência, quanto para as nuances de dormência pelas quais passou ao longo dos vinte e três anos de sua vivência.

Vale ressaltar que, anteriormente a data de criação do programa (1992), em meados de 1984 e 1989 já havia pesquisas sobre a importância da promoção da leitura. Essas pesquisas tinham sob coordenação a professora e pesquisadora de Literatura Infantil e Juvenil, Eliana Yunes¹⁸, e eram desenvolvidas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/Rio, depois, na Fundação Nacional

¹⁷Em geral, diz-se que as políticas de Estado são aquelas que conseguem ultrapassar os períodos de um governo. Ou seja, políticas públicas são políticas de Estado ou políticas de governo. A diferença entre aquilo que é política de Estado e o que é política de governo é a maneira como elas são institucionalizadas. Se elas são fortemente institucionalizadas em uma sociedade, não há quem as mude. Não adianta trocar o governo. Entrevista com Geraldo Di Giovanni, professor doutor do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da Unicamp. Disponível em: <http://www.crprj.org.br/publicacoes/jornal/jornal27-geraldodigiovanni.pdf>. Acesso 22 mar.15.

¹⁸Graduada em Filosofia e Letras pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira (1971), mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1974) e doutorado em Linguística pela Universidade de Málaga (1976), em Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1986), com pós-doutorado em Leitura pela Universidade de Colônia (1991). Criou para a Biblioteca Nacional, o Programa Nacional de Leitura (Proler), é assessora do Cerlalc/Unesco e assumiu a direção da Cátedra Unesco de Leitura no Brasil entre 2006 e 2013, quando passou ao Instituto Interdisciplinar de Leitura da PUC-Rio (iiLer) cujo o setor de pesquisas e publicações coordena hoje, assim como preside seu Conselho de Desenvolvimento (Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br>. Acesso em 23 mar.15).

do Livro Infantil e Juvenil FNLIJ¹⁹, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e, mais tarde, da FNLIJ (PELLEGRINI, 2010).

Após divulgar os dados da sua pesquisa por diversos países, Eliana Yunes decidiu ir para a Alemanha a fim de aprofundar seus estudos, coletando dados importantes de diferentes pesquisadores de leitura, o que a instigou a dar início a um pós-doutorado na área. Porém, em 1991, quando ainda estava na Alemanha, recebeu o convite de Affonso Romano de Sant'Anna, que havia sido o seu orientador no doutorado, para implantar o projeto nacional de fomento à leitura no Brasil.

Podemos definir que toda sua experiência e dedicação na área de pesquisa sobre a leitura fez com que acreditasse na proposta e, assim, aceita o convite,

Em 26 de março, foi publicada no *Jornal do Brasil* a criação de um programa de incentivo à leitura na FBN. Tinha como objetivo a estruturação de um plano de ações para transformar a realidade de pouca leitura no país. Como se tornou muito complexa a proposta de instauração de uma política, logo aos primeiros meses de atuação junto à Biblioteca Nacional, Eliana repensou o título, que passou a ser conhecido como Programa Nacional de Incentivo à Leitura – Proler. O programa tinha como objetivo a criação de uma rede nacional de unidades promotoras das práticas leitoras. Propunha uma ação interministerial e interinstitucional – envolvendo governos estaduais, municipais, organizações não governamentais, instituições acadêmicas, bibliotecas, associações comunitárias, empresas privadas, entre outros – a fim de se alcançar os recursos e a estrutura necessária (Anais da Biblioteca Nacional, 2009, p. 17).

Realmente não podemos acreditar que um programa tão bem elaborado com objetivos, atribuições, recursos e órgão gestor, tenha nascido do dia para a noite. Foram muitas pesquisas sobre o analfabetismo no Brasil, sobre a relação entre alfabetização e leitura e sobre a atuação da leitura na educação, na cultura, na vida do ser humano.

¹⁹Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), criada em 23/05/1968, é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, de utilidade pública federal e estadual e de caráter técnico-educacional e cultural. Sua missão é “Promover a leitura e divulgar o livro de qualidade para crianças e jovens, defendendo o direito dessa leitura para todos, por meio de bibliotecas escolares, públicas e comunitárias”. Situada na cidade do Rio de Janeiro e tem como parceira a International Board on Books for Young People - IBBY, sediada em Zurich/Suíça. Disponível em: <http://www.fnlij.org.br>. Acesso em 24 mar.15.

Notava-se “a necessidade de se estabelecer uma Política Nacional de Incentivo à Leitura com metas e estratégias claras” (YUNES, 1995), garantindo que o governo firmasse compromisso em fornecer recursos financeiros para sua implementação.

Em meio a esse burburinho, Eliana Yunes elabora e apresenta em 1992 à FBN sete documentos, com base nas pesquisas realizadas, o que define as bases da criação do PROLER (1992-1996), são eles:

Por uma política Nacional de Leitura; Anteprojeto para uma Política Nacional de Incentivo à Leitura; Para entender a proposta do Proler; Proposta para o desenvolvimento do Programa de Leitura – Proler – a partir das Bibliotecas Públicas; Leitura na livraria; Prazer de ler: Piloto para Proler em Empresas, Universidades e Instituições Diversas; Leitura e Educação Ambiental (PELLEGRINI, 2010, p. 112).

Cada um desses documentos demonstra a preocupação em disseminar a leitura em todas as áreas e em todos os ambientes, não limitando a sua prática apenas às escolas, mas fomentando-a em todos os ambientes sociais, sejam eles em bibliotecas, hospitais, presídios, empresas, meios de transporte ou qualquer instituição interessada. Essa abrangência tem como justificativa o fato de que a leitura faz parte da vida e não deve se restringir apenas aos muros das escolas.

Muniz Sodré, Presidente da Fundação Biblioteca Nacional, destaca que entre as muitas definições que pode assumir a leitura, talvez a que mais bem explique como se lê hoje é a que considera a leitura um modo de produção de sentido. Concebida, tradicionalmente, como o ato pelo qual se apreende o conteúdo de um texto por meio da decifração de signos gráficos, a leitura nos nossos tempos tem-se afirmado como um processo de expressão criativa (Casa da Leitura, 2009).

Já a professora Eliana Yunes defende a leitura literária como indispensável à formação do indivíduo,

A leitura literária aciona imaginação, afetividade e raciocínio. Razão e sensibilidade são mobilizados simultaneamente. É o sujeito todo que se comove para entender o outro e, assim fazendo, entender-se a si mesmo. A literatura é a prima rica da filosofia e da lógica: ela ensina a pensar com toda a energia humana (YUNES, 2012, p. 1).

Afirma, também, que negar ao cidadão o direito de acesso à leitura de literatura significa negar o “direito de saber e sentir que o mundo é maior, mais rico, mais complexo que o que ele vê e em que ele vive. A abertura de horizontes do humano se dá pelo sonho, desejo, fantasia que mobilizam a vontade” (Yunes, 2012).

Nessa perspectiva, o PROLER institui-se e procura desempenhar o seu papel, abraçando a leitura como porta de entrada para a inclusão social, a leitura do mundo, capaz de propiciar ao leitor a reflexão do que está posto e atuar como agente transformador da sociedade, valorizando a leitura como uma prática social em todos os lugares.

Por tudo isso, constituem-se objetivos do PROLER:

- I - promover o interesse nacional pelo hábito da leitura;
- II - estruturar uma rede de projetos capaz de consolidar, em caráter permanente, práticas leitoras;
- III - criar condições de acesso ao livro (Decreto 519/92 de 13 de maio de 1992).

Para que sejam alcançados esses objetivos em favor da formação de agentes e mediadores de leitura, o PROLER desenvolver-se-á a partir dos seguintes mecanismos:

- I - instalação de centros de estudos de leitura, para capacitar e formar educadores por meio de familiarização com o livro e a biblioteca;
- II - dinamização de salas de leitura, mediante supervisão de atividades e distribuição de materiais com sugestões de promoções;
- III - consolidação da liderança das bibliotecas públicas, visando à integração de ações que incentivem o gosto pela leitura;
- IV - provisão de espaços de leitura, abertos regularmente ao público;
- V - promoção e divulgação de medidas incentivadoras do hábito da leitura;
- VI - utilização dos meios de comunicação de massa, para incentivo à leitura (Decreto 519/92 de 13 de maio de 1992).

Assim, desde 1992, ano de criação, o programa esteve sobre a gestão da Fundação Biblioteca Nacional, suas receitas partiam dela e por 22 anos foi dirigido pelo presidente da respectiva Fundação.

No entanto, em agosto de 2014, o Decreto 8.297 altera os Decretos nº 519 e nº 520, criados em 13 de maio de 1992, que instituíam o Programa Nacional de

Incentivo à Leitura e o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, concomitantemente.

A partir desse decreto, tanto o PROLER como o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas deixam de ser de responsabilidade da Fundação Biblioteca Nacional e passam a fazer parte do Ministério da Cultura. Bem como os termos de convênio do PROLER passam a cargo da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, orientada pela Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas - DLLLLB /Coordenação-geral de Leitura - CGL. O que demonstra ganhar ainda mais força para se manter ativo, já que as receitas serão providas do Ministério da Cultura e administradas pelo Secretário-Executivo desse Ministério.

Dessa forma, com a nova redação, constituem-se receitas do Ministério da Cultura destinadas ao PROLER:

- I - recursos do orçamento da União;
- II - doações e contribuições nacionais e internacionais;
- III - participação financeira dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Decreto 519/92 de 13 de maio de 1992).

Essas receitas deveriam, assim, se constituir, já que estão afirmadas por decreto e se tratam de uma responsabilidade do orçamento público.

Destarte, cabe ao Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, anteriormente pelo Presidente da Fundação Biblioteca Nacional, responsável por administrar o PROLER:

- I - gerir os seus recursos financeiros na forma da lei;
- II - celebrar convênios com instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais, para a execução dos seus programas;
- III - firmar contratos de prestação de serviços, visando ao desenvolvimento de projetos a ele vinculados (Decreto 519/92 de 13 de maio de 1992).

Para cumprir o que estabelecem os decretos, desde 1992, o PROLER, como um programa de abrangência nacional e sem caráter centralizador, por meio de suas ações voltadas ao objetivo de estimular iniciativas autônomas em favor da leitura em diversas regiões do país, propicia condições para que projetos de formação de leitores sejam conveniados ao Programa e instituídos sob forma de Comitês,

trabalhando de acordo com suas respectivas realidades regionais para atender às demandas próprias das comunidades onde atuam.

Os Comitês PROLER são entidades sem fins lucrativos, compostos por um Coordenador e profissionais envolvidos com leitura – professores, pesquisadores, escritores, dirigentes – pertencentes a diversas instituições. Atuam na implementação das atividades de práticas leitoras, na formação de agentes de leitura, na valorização e utilização de bibliotecas públicas e escolares. Atualmente, há 63 Comitês atuando no país, abrangendo cerca de 350 municípios (Disponível em: <http://proler.bn.br/comitesproler.htm>. Acesso em 02 abr.15).

Os comitês são vinculados formalmente ao PROLER por um Termo de Parceria que institui compromissos comuns, não sendo grupos de caráter voluntário, e, sim, integrando-se a um sistema que favorece a interação e a troca de experiências entre os envolvidos.

Verifica-se durante a trajetória do programa que, muitas ações somente foram e são realizadas e, ainda, conseguem perdurar após os 23 anos de sua criação, por iniciativas autônomas em favor da leitura, desenvolvidas pelos comitês.

Para se erradicar a ausência do hábito de ler, não basta colocar o sujeito diante do livro. Essa mudança se processa de maneira muito mais complexa. Caminha por questões relacionadas tanto ao campo afetivo quanto às questões de ordem política. Transita pelo universo da interdisciplinaridade, indo da pedagogia à sociologia, da linguística à psicologia, passando pelas letras, comunicação e diversas áreas das ciências humanas. Atento a essas questões, o Proler foi pensado para ser um programa de estímulo à leitura que não se limitasse à criação de bibliotecas e à distribuição de livros. Implantou uma nova visão sobre a leitura e voltou suas ações para a capacitação de recursos humanos, formando uma rede nacional de mediadores de leitura (Anais da Biblioteca Nacional, 2009, p. 11-12).

A presença dos comitês, distribuídos nos diversos municípios do Brasil e atuando, muitas vezes, de forma voluntariada, deram sustentação para que não se encerrassem as atividades devido à falta de apoio e recursos dos que estavam à frente em determinados períodos e governos. Trabalhando como verdadeiras redes de ramificações do que o programa propõe e defendendo com muita garra a dimensão que a leitura possui, os comitês foram e ainda são a sustentação do programa em âmbito nacional, distribuídos por várias regiões e municípios de todo o país.

Difundidos e consolidados todos esses vínculos e parcerias, o programa manteve-se na gestão de sua idealizadora, Eliana Yunes, somente nos quatro primeiros anos, de 1992 a 1996, a convite de Affonso Romano de Sant'Anna, presidente da Fundação Biblioteca Nacional. A pesquisadora, juntamente com a FBN, não mediram esforços para disseminar o programa e estabelecer contatos com o propósito de viabilizar as ações.

Nesta fase do programa, as parcerias eram firmadas entre universidades e prefeituras, a fim de contribuir com as ações do PROLER.

Para a expansão do Programa – que no primeiro semestre de 1996, quando se encerrou a gestão de Eliana Yunes, contava com 40 comitês interinstitucionais, distribuídos por 18 estados – contou-se basicamente com o “boca a boca” e o apoio da mídia local. Não havia verba para publicidade, mesmo sendo uma reivindicação permanente. Sua difusão nos meios de comunicação sempre dependeu de mídia espontânea (Anais da Biblioteca Nacional, 2009, p. 20).

Quando analisamos a necessidade de uma política de estímulo à leitura em um país com grande número de analfabetos, é intrigante perceber que, após outras experiências na área de Políticas Públicas para a leitura, esse número não tenha reduzido. A de se considerar que algo acontecera para que tal problema não fosse solucionado. Mas não acreditamos que melhorias advindas de Políticas Públicas aconteçam de imediato, pois é um processo demorado que requer esforços, participação conjunta, transparência e constante avaliação.

Foi pensando nesse desafio, já que o Brasil apresentava dificuldades quanto à prática leitora, que o PROLER propôs um trabalho em equipe e com ações voltadas para a formação de leitores e, também, se não principalmente, de mediadores não só por intermédio de professores, mas pela família e por toda sociedade. Era necessário mudar o cenário, fazendo da leitura um hábito prazeroso e indispensável, transmitindo às novas gerações um novo entendimento de leitura, isto é, leitura como prática social.

A expansão do Proler em nível nacional teve como base os comitês interinstitucionais. Estes eram formados a partir de uma iniciativa conjunta entre as entidades locais e o Proler. A linha de ação utilizada para consolidar essas bases locais do Programa foram os módulos. O objetivo destes era a capacitação de recursos humanos para atuarem na formação de leitores. Aconteciam nos encontros intermunicipais promovidos a partir das parcerias estabelecidas. Na realidade, módulos e encontros tornaram-se atividades sinônimas, pois estes aconteciam em função da realização daqueles (Anais da Biblioteca Nacional, 2009, p. 32).

A realização dos encontros foi de fundamental importância para propagar o programa, pois no início das atividades do programa sequer era mencionado o uso da internet e não existiam verbas para mídias de divulgação (anexo 3).

O objetivo era que o Proler, através dos módulos, fosse mais atuante apenas nos primeiros anos de trabalho nos municípios-sede – que abrigavam o Programa. Depois, o conteúdo apreendido dos encontros deveria ser levado adiante pelos próprios comitês locais. Essa estratégia permitia que os mediadores envolvidos tivessem autonomia e assim irradiassem a proposta do Proler para outras localidades das imediações. Isso permitiu que a pequena equipe do Proler pudesse ampliar seu raio de ação. Os encontros sempre eram organizados em conjunto com os mediadores das localidades e, além dos profissionais que eram levados pelo Proler (palestrantes, oficinairos etc), contavam com a participação dos especialistas da região (Anais da Biblioteca Nacional, 2009, p. 32-33).

Em entrevista feita pela Universidade Federal de Fluminense - UFF, em 2006, a professora Eliana Yunes falou um pouco como personagem principal no início da concretização do PROLER, o que consideramos significativo salientar a fim de buscarmos entender a completude que é a permanência de uma Política Pública no Brasil, já que muito do que aconteceu não se encontra inscrito em registros oficiais.

Do ponto de vista institucional, nasceu de um convite do Prof. Affonso Romano de Sant'Anna para criar na Biblioteca Nacional um programa com foco no leitor, para compor o tripé de seu plano de trabalho: biblioteca, livro, leitura. Ele conhecia a pesquisa que eu levava a cabo para a Finep (1986-1989) – Por uma Política Nacional de Leitura, - e uma proposta encaminhada em 1986, ao Dr. Murtinho, então na presidência do INL para fomentar a leitura na Escola. Do ponto de vista da concepção, o programa (Proler), decorreu da Pesquisa que mapeou as ações estatais/governamentais em prol da leitura entre 1889-1989 (cem anos da República), fazendo uma análise crítica dos problemas. A síntese da pesquisa e uma proposta de desdobramento foram editadas pela FBN em março de 1992 (Disponível em: http://www.uff.br/aleph/ler_e_/eliana_yunes.htm. Acesso em 03 abr.15).

Percebemos que, como pesquisadora na área de leitura, Eliana Yunes trouxe grandes contribuições para sustentar o tripé do plano de trabalho proposto por Affonso Romano, o que justifica o convite recebido. O material produzido por suas pesquisas conseguiu fundamentar a necessidade de elaborar ações em prol da leitura.

Muita coisa foi feita de ambas as partes, mas como todo início houve muita resistência, seja daqueles que não compreendiam o verdadeiro sentido da proposta, ou mesmo de especialistas do assunto, no entanto inseguros ou egocêntricos.

Politicamente ele só começou a se materializar em 1993 quando os primeiros protocolos foram assinados entre a FBN e governos municipais, universidades, empresas para criar a rede nacional de leitura. Uma consulta dirigida a todos os municípios brasileiros recebeu menos de uma centena de respostas, mas por aí começamos a visitar as cidades para tecer as alianças, as cumplicidades de que nasceria um projeto local. Igualmente os maiores pesquisadores em leitura do país foram consultados sobre seu interesse em participar do desenho de uma política de fomento à leitura. A maioria absoluta se retraiu, quer por conta das circunstâncias políticas, quer pelas dificuldades acadêmicas de praxe (Disponível em: http://www.uff.br/aleph/ler_e_/eliana_yunes.htm. Acesso em 03 abr.15).

Tal depoimento reforça nossa suspeita de que a gestão política influenciou e sempre vai influenciar a permanência e execução de uma Política Pública, pois fazendo jus ao nome, deveria atender à sociedade a partir de ações para a melhoria e necessidade do todo, o que muitas vezes não acontece na prática.

Falando sobre algumas dificuldades ao longo da história do PROLER, a professora Eliana Yunes foi bem clara,

O programa era, em princípio, um exercício de argumentação em favor da palavra. Sem ela não há pensamento, diálogo, comunicação que constroem a vida social, nem sujeitos na história. A história se escreve com pensamento e formas de expressão de vida. Nem os governantes entendiam que ler não é dominar o b-a-ba, nem as instituições entendiam a força política de transformação que está no saber dizer e dizer-se. Por outro lado, havia a solene descrença/desconfiança dos pares, muitos extraordinários pesquisadores desabituaados do “por-a-mão-na-massa”, desconfiados dos governos (com razão!) e de que uma política pudesse, teórico-metodologicamente, ser confirmada e/ou redesenhada sobre a experiência concreta de ler, apesar da esfera dos governantes (Disponível em: http://www.uff.br/aleph/ler_e_/eliana_yunes.htm. Acesso em 03 abr.15).

Lamentavelmente, era mais conveniente para os que tinham o poder nas mãos, que a sociedade não fosse tão bem informada, de fato letrada, e apenas alfabetizada como insistiam em apresentar números sobre a diminuição do analfabetismo no país, levando-se em conta exclusivamente o fato de que para ser alfabetizado necessitava-se somente decodificar letras, sem o entendimento e a compreensão do que se lia.

Apesar de todas essas evidências otimistas, conseguiram disseminar a proposta e muitos também foram os estímulos para que a rede da leitura ampliasse.

Quanto aos impulsos, a maioria veio da adesão extraordinária dos professores, dos profissionais, dos cidadãos, engajando-se em práticas leitoras, entusiasmados, lendo e fazendo ler, ampliando o universo de leitura com múltiplas linguagens. Em 3 anos fizemos 90 núcleos ativos com cerca de 600 municípios envolvidos, fora as capitais, onde o trabalho, com exceções, era precário. Veio, também, do corpo extraordinário de consultores (em torno de 120) que se revezavam pelo Brasil ouvindo, aproximando, disseminando, fazendo ponte entre saberes, conhecimentos, teorias e práticas: artistas, escritores, pesquisadores, fizeram a força da leitura surgir através da sensibilização e da fundamentação atualizada das reflexões e debates (Disponível em: http://www.uff.br/aleph/ler/eliana_yunes.htm. Acesso em 03 abr.15).

Quantas portas se abriram ao universo da leitura, sonhos, descobertas e aprendizados proporcionados pelos encontros, fóruns e seminários dos comitês espalhados pelo Brasil, com o apoio da equipe do PROLER na FBN.

Do teatro à música, da filosofia à fotografia, do cinema à literatura, da cidade ao trabalho, da culinária à arte popular tudo ganhava textualidade para o espírito destravado com relação à leitura. A festa da leitura era algo que não se encerrava nos encontros semestrais, mas aí ganhava impulso para prosseguir aprofundando questões e práticas. Cada encontro nacional de leitura avaliava e fortalecia os diferentes exercícios de política de leitura que se desenhavam pelo país (Disponível em: http://www.uff.br/aleph/ler_e_/eliana_yunes.htm. Acesso em 03 abr.15).

Entretanto, mesmo com entusiasmo e conhecimento suficiente na área da leitura, seja pelos estudos ou pela experiência a partir das pesquisas nacionais e internacionais, Eliana Yunes não conseguiu permanecer ativamente no programa, talvez por questões políticas que fogem aos nossos olhos e são inacessíveis em registros.

Ao rememorar tudo o que passou, a professora Eliane Yunes fala de sua experiência no PROLER.

Da experiência ficam as graves dores e as pequenas alegrias. A grande dor vem do Programa ter sido abortado de dentro, por pessoas que presumidamente eram responsáveis por estimular seu vigor – do ministério a editores, de setores públicos a organismos privados que disputavam poder, quando perceberam o volume que o Proler havia tomado. Não foi a equipe de criação quem perdeu, foi o Brasil que não realizou o passo a passo e sem poder completar o ciclo de implantação, ficou mais uma vez sem condições de avaliar o que originalmente produzia com a sociedade assumindo uma ação política de cultura (Disponível em: http://www.uff.br/aleph/ler_/eliana_yunes.htm. Acesso em 03 abr.15).

É claro o sentimento da idealizadora ao perceber a mudança de seus planos quanto à continuidade, fortalecimento do PROLER dentro dos princípios para os quais fora criado.

Quem viveu conhece; quem veio depois de 1996 mal pode imaginar o que esteve em curso naqueles anos. As cidades tinham começado a viver a leitura em dimensão social ampla, resgatando uma prática de intimidade com a leitura, uma autoconfiança e auto-estima perdidas: das pessoas mais simples (lavadeiras, manicures, etc) a professores, bibliotecários, autores que se tinham desiludido com as perspectivas do livro, das artes em geral. No rosto, nas cartas (hoje e-mails) das pessoas que viveram o Proler entre 92 e 96, resgate memórias que só a ficção poderia recriar. Puseram elefantes em canteiros de violetas (Disponível em: http://www.uff.br/aleph/ler_e_/eliana_yunes.htm. Acesso em 03 abr.15).

No entanto, sementes foram plantadas em terreno fértil e, aqui, não nos referimos à classe política, mas, sim, aos que foram atingidos pelas ações realizadas, pelos comitês que se formaram e que ainda produzem alguns frutos com coragem e, muitas vezes, voluntariado, tudo em favor de uma sociedade leitora e, assim, mais consciente e ativa em suas decisões.

Em 1996, a abordagem do PROLER foi reorientada a partir da constituição de uma Comissão Coordenadora. A nova Comissão buscava, na representatividade de diferentes modos de ver e conceber a leitura, expressos por profissionais e instituições com experiência em programas de leitura, uma composição plural e ao mesmo tempo uma forma singular de gestão de programas governamentais (PROLER: concepções diretrizes e ações, 2009, p. 13).

Nota-se que houve uma preocupação em prosseguir com o programa e suas ações, mesmo com novo cenário e atores envolvidos, sendo dirigido naquele momento sob forma de comissão coordenadora. Essa comissão era formada por “pessoas com experiência em diferentes instituições e entidades, tanto de base acadêmico-universitária, quanto de organizações não-governamentais” (PROLER: concepção diretrizes e ações, 2009, p. 13),

O PROLER passava, assim, a ser um Programa que contemplava a variedade e a diversidade das práticas brasileiras de promoção da leitura em todo o país, refletindo anos de experiências e de estudo dos profissionais que atuavam na área. Articulado múltiplos parceiros que desenvolviam ações de leitura em diferentes locais e instituições no Brasil, o PROLER baseou-se em princípios que levavam em conta o fato de que a sociedade brasileira convivia com uma escola básica cujos resultados apontavam para a fragilidade da intervenção pedagógica. Além da precariedade de serviços bibliotecários, a leitura (ou o seu equivocado conceito e práticas) decorrente dos processos de escolarização não resultava em possibilidade real de inserção dos sujeitos no mundo da informação nem, conseqüentemente, contribuía para tornar efetivo o exercício da cidadania (PROLER: concepções diretrizes e ações, 2009, p. 13).

Naquele momento, o principal foco para fomentar a prática da leitura e desenvolver as ações do programa eram as instituições escolares, talvez por ter se tornado perceptível certa carência nas atividades pedagógicas ligadas à leitura.

A concepção formulada pela Comissão Coordenadora do Programa distinguia-se da anterior por considerar que a escola deveria constituir o principal campo de atuação do PROLER. A proposta era qualificar a leitura na escola, isto é, introduzir textos de qualidade literária, em substituição aos chamados textos acartilhados e aos livros de conteúdo meramente didático. A escola, reconhecida como instituição mais democratizada da sociedade brasileira, afirmava-se como espaço prioritário de ação do Programa. Essa compreensão valorizava uma importante conquista social, consolidada nas últimas décadas: o aumento da população escolar. A experiência mostra que o envolvimento com a educação dos filhos tende a aproximar as famílias da escola e, assim, fazer chegar até elas as práticas desenvolvidas nessa instituição (PROLER: concepções diretrizes e ações, 2009, p. 13).

Com certeza o valor que escola possui perante a sociedade é imensurável, por isso, propor ações que partissem das escolas seria realmente um ganho para o programa. Mesmo porque o aprendizado sistematizado só acontece no âmbito das instituições escolares e, ainda, o fato de que as crianças passam a maior parte de suas vidas na escola.

Porém, com as eleições de 2002 e novo governo em 2003, o programa sofreu um esfriamento, mesmo em se tratando de um programa de Estado e não de governo, o que o configura como um programa estável.

Mantido dessa forma até 2002, o PROLER sofreu certa ruptura em 2003, por ocasião da mudança de governo e de orientação política na esfera federal. Seguiu-se um período difícil, de conturbações institucionais, em que a falta de recursos pôs sob ameaça a permanência das ações do Programa. As três coordenações que atravessaram essa conjuntura desfavorável empreenderam esforços para implantar projetos de formação de leitores, mas a escassez de meios materiais e de financiamento comprometia a continuidade dessas iniciativas e, não raro, afetava a própria manutenção da infraestrutura e dos equipamentos da sede do Programa. Embora breves e sujeitas a inflexões políticas adversas, essas coordenações foram todavia importantes para assegurar a sobrevivência institucional do PROLER (PROLER: concepções diretrizes e ações, 2009, p. 13-14).

Sem o apoio político, tornar-se-ia mais arriscado continuar com as ações do PROLER, uma vez que, sem recursos, tanto financeiros como materiais e humanos, seria humanamente impossível alcançar os objetivos propostos. Somente o trabalho por voluntariado não suportaria a demanda e anseios de uma sociedade carente de acesso e prática de leitura.

Todavia, mesmo com o período de instabilidade, felizmente o programa não se extinguiu e em 2006 foi instalada uma nova coordenação, agora, acompanhada pela designação de um conselho consultivo, voltando em cena no final do segundo semestre de 2007, vinculado diretamente à Presidência da Fundação Biblioteca Nacional.

[...] o Conselho reúne especialistas em leitura e tem, por definição da Decisão Executiva nº. 29 que o nomeou, a incumbência de sugerir e formular as metas e os indicadores culturais de ação anual do PROLER, e de buscar recursos e esforços que venham a conferir maior eficácia às políticas públicas no campo do livro e da leitura. Essa conjunção de esforços exprime o empenho que se tem feito para restituir ao Programa a importância política e social que sua história reflete. Com o firme propósito de reforçar, reativando-a, a concepção de rede de parcerias, o PROLER busca aproximar-se de outros programas e instituições, formalizando novos vínculos de cooperação para ampliar sua representação em municípios e comunidades de todo o país (PROLER: concepções diretrizes e ações, 2009, p. 14).

Nesse sentido, foram os Comitês espalhados pelas cidades brasileiras que suportaram todos os percalços e conseguiram se desenvolver e ampliar a proposta do PROLER, dando continuidade às ações locais, mesmo sem o devido apoio da esfera federal.

Atuando de forma decisiva, os Comitês receberam o reconhecimento que mereciam e passam a ter um estatuto oficial, deixando de ser grupos de caráter voluntariado e integraram-se a um sistema que favorece o intercâmbio e a difusão de experiências. Tanto o Conselho quanto a coordenação dos Comitês passaram a ser vistos como parceiros e o Programa passou a ser constituído como uma rede de cooperação.

O PROLER segue a vertente de um trabalho horizontal a partir de princípios e diretrizes, mas sem deixar de atender às necessidades locais onde os respectivos comitês atuam.

Quadro IX - Princípios, diretrizes e principais vertentes do PROLER.

PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E PRINCIPAIS VERTENTES DO PROLER		
PRINCÍPIOS	DIRETRIZES	PRINCIPAIS VERTENTES
a) o respeito à diversidade de concepções e práticas relativas à leitura;	Diversidade de ações e de modos de leitura: decorrência da própria variedade dos materiais escritos e dos gêneros textuais, essa diversidade está presente tanto nas propostas e projetos de leitura endossados pelos Comitês e pela Coordenação, quanto nas ações empreendidas por outras instituições;	1ª Vertente: Formação continuada de professores e bibliotecários como promotores de leitura e escrita, com a finalidade de fazê-los questionar, por meio da troca de experiências e conhecimentos, as suas práticas pedagógicas, tendo em vista a reflexão crítica e sua permanente recriação a partir de produções já desenvolvidas sobre o que é ser profissional-leitor e promotor de leitura.
b) o reconhecimento às iniciativas autônomas da sociedade civil em favor da leitura;	Especificidade do ato de ler: atos de leitura e suas linguagens exigem modos próprios de abordagem e competências específicas;	2ª Vertente: Promoção de ações estratégicas de articulação política e institucional, envolvendo diferentes atores sociais capazes de trabalhar pela valorização da leitura e da escrita junto às esferas de poder e pela consolidação de seu estatuto de prioridade nas políticas públicas de cultura e educação.
c) a conciliação de aspectos culturais e educacionais ligados à leitura.	Articulação da leitura e da escrita com a cultura: leitura e escrita devem inserir-se também em contextos sociais presididos por outras linguagens, de modo que, interagindo com estas, possam contribuir para a construção de uma cultura fundada nos valores humanistas e no respeito à diversidade das tradições e dos costumes.	3ª Vertente: Estímulo à criação de bibliotecas escolares, públicas e comunitárias, considerando-as como núcleos difusores de ideias e conhecimentos e como centros em potencial de formação de leitores.
	Prioridade da esfera pública: desenvolvidos em instituições públicas e em parceria com órgãos públicos, os projetos de incentivo à leitura devem beneficiar a maioria da população leitora e não-leitora.	4ª Vertente: Produção de publicações impressas e gravações em meio digital como material de apoio ao trabalho pedagógico de profissionais de leitura e escrita, e divulgação, em rede eletrônica, de reflexões, estudos e pesquisas desenvolvidas em torno de questões ligadas à leitura e à escrita, com o registro de informações e dados de projetos nessa área.
	Fortalecimento da leitura no imaginário social: promover a valorização social da leitura para que ela seja reconhecida como elemento central na cena político-educacional.	
	Democratização do acesso à leitura: ampliar o acervo de bibliotecas escolares, públicas e comunitárias, tornando os livros disponíveis em salas de aula, ao alcance direto de alunos, e em salas de leitura instaladas em espaços públicos e abertas à livre visitação, como forma de inverter a opção política por acervos privados e coleções particulares, historicamente constituídas.	

Fonte: PROLER: concepções diretrizes e ações, 2009, p. 15-16-17-18. (Quadro elaborado pela autora).

Posto isso, os Comitês após serem constituídos e reconhecidos por meio de Termo de Parceria com o Ministério da Cultura, tem vigência de 4 anos, renováveis por interesse de ambas as partes. São responsáveis por elaborarem seus planejamentos de ações, orientados pelos princípios, diretrizes e vertentes listados no quadro acima.

O mapeamento, a seguir, evidencia a abrangência de ação do PROLER no Brasil, por meio de seus comitês, nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Quadro X – Área abrangente de ação do PROLER.



Fonte: <http://pt.slideshare.net/godeloz/plano-nacional-do-livro-e-leitura>, acesso em 20 abr.15.

Dentre os vários comitês espalhados pelo país, conforme apresentado no documento do PNLL, destacamos os que fazem parte da região Sudeste, por fazerem parte do recorte da pesquisa, como se pode observar no próximo quadro.

Quadro XI – Relação dos Comitês PROLER Região Sudeste.

PROLER/Comitês PROLER/Região Sudeste		
Vitória	ES	Lucia Helena Maroto Francisco Aurélio Ribeiro(representante)
Araxá	MG	Maria Amália Dumont de Oliveira
Capim Branco	MG	Karine da Silva Andrade
Cataguases	MG	Eliane Gonçalves Pessoa
Itanhandu	MG	Maria das Graças Chaves Vilela
Juiz de Fora	MG	Carlos Antônio Pravato
Montes Claros	MG	Inailde Rodrigues Lima Lopes
Papagaios	MG	Rosa Maria Filgueiras Vieira
São Sebastião do Rio Preto	MG	Ana Maria Gonçalves
Teófilo Otoni	MG	Bruno Dias Bento Michelle de Oliveira Freitas(representante)
Vale do Rio Grande (Uberaba)	MG	Tânia Cristina Fígaro Ulhoa
Uberlândia	MG	Rosimeire A. Moreira Peraro Ferreira
Costa Verde (Angra dos Reis)	RJ	Cláudia Maria de Carvalho
Casimiro de Abreu	RJ	Eliane Luiza de Freitas
Duque de Caxias	RJ	???
Paraty	RJ	Gabriela Dutra Gibrail Ana Beatriz de A. Hernnampérez(repr.)
Petrópolis	RJ	Bianca Della Nina
Rio de Janeiro	RJ	Maria Rita Taulois Oliveira Rita de Cássia Carino - equipe do Comitê Stella Maris Mendonça - equipe do Comitê
Ribeirão Preto	SP	Edwaldo Eugênio Arantes
Campinas	SP	Rosangela da Gloria N. Reis
Baixada santista	SP	Conceição dos Santos Dante

Fonte: <http://proler.bn.br/regiaosudeste.htm>. Acesso em 02 abr.15.

Dos Comitês apresentados, trataremos em específico do Comitê Vale do Rio Grande, com área de atuação que abrange outros 7 municípios, presente há 18 anos na região, com sede no município de Uberaba, o lócus privilegiado em nossa pesquisa.

3.2 A criação do PROLER em Uberaba – 1997/2014

Faz parte dos comitês da região Sudeste, o Comitê Regional Vale do Rio Grande, com sede na cidade de Uberaba, que vem sendo desenvolvido na região há 18 anos, pela Prefeitura Municipal de Uberaba, em parceria com a Fundação Biblioteca Nacional, com sede na Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC.

Atualmente, o Comitê Regional Vale do Rio Grande reúne as cidades de Uberaba, Água Comprida, Conceição das Alagoas, Delta, Campo Florido, Veríssimo, Pirajuba e Sacramento. Além dos municípios, integram o PROLER duas universidades, a Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM e a Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, além da Livraria Alternativa, Sociedade amigos da Biblioteca Pública Municipal “Bernardo Guimarães - SABI e parceiros, como, editoras e empresas de diversos segmentos na sociedade.

Todavia, o PROLER Uberaba nem sempre esteve sob a coordenação da SEMEC e, para evocar um pouco da história da implantação do PROLER no município de Uberaba, não podemos deixar de citar algumas pessoas envolvidas que contribuíram e, que de certa forma, marcaram esse período.

Vale destacar a participação da professora Vânia Maria Resende, tanto com o módulo inaugural na implantação nacional do programa, em 1992, a convite de Yunes, quanto da sua colaboração para que fosse implantado um Comitê em Uberaba.

Levei, então, a minha contribuição ao PROLER nacional no momento inaugural em 92, e posteriormente, ministrando cursos, oficinas, palestras em algumas cidades. Conseqüente a este envolvimento na esfera nacional, participei também de momentos de avaliação do Programa, em reuniões anuais no Rio de Janeiro com todos os Comitês ativos em mais de 40 cidades. A partir do contato estreito com as instâncias nacionais do PROLER, tive a possibilidade de empenhar-me na implantação deste Programa em Uberaba (CASANOVA Apud RESENDE, 2009, p. 135).

Em 1996, com o processo de mudanças e reformulações decorrentes de transições políticas, a professora Eliane Yunes, protagonista do PROLER no Brasil, deixa a frente da coordenação do programa.

Novos direcionamentos e coordenadas, nova coordenação em 1997. Nesta nova etapa do Programa foi constituída uma comissão coordenadora nacional, composta por representantes de algumas instituições, tanto acadêmicas, quanto do próprio MEC, e também da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil; representada pela sua Secretária geral, Elisabeth D'Ângelo Serra na comissão, a Fundação, como parceira, foi fator bastante positivo, devido à grande experiência deste órgão na área de livros e projetos de leitura voltados a crianças e jovens (CASANOVA Apud RESENDE, 2009, p. 135).

Mesmo com a saída de Yunes, foi possível em 1997 firmar parceria com a cidade de Uberaba, que se tornou um dos comitês responsáveis por mobilizar a sociedade em favor da leitura. Quanto a isso, tanto a experiência e o conhecimento da professora Vânia na área da literatura e leitura, quanto o contato que teve quando participou do PROLER nacional desde a sua criação, colaboraram para que continuasse vinculada ao PROLER nacional, tornando-se uma importante referência e canal de acesso com a nova comissão.

Os meus laços profissionais com a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil desde 1980, me asseguraram, neste processo de mudanças e retomada de rumos pelo PROLER, a confiabilidade no prosseguimento dos ideais de valorização da literatura e da leitura, em especial direcionada ao público leitor em processo de formação. Assim, continuei vinculada ao PROLER na condição de especialista na área de literatura infantil e juvenil e de leitura, como até então, o que facilitou a continuidade dos contatos entre nível nacional e nível local, para viabilizar a implantação de um comitê do PROLER na cidade de Uberaba, o que foi possível em 1997 (CASANOVA Apud RESENDE, 2009, p. 135-136).

A sede e principal parceira do PROLER de Uberaba desde sua implantação até o ano de 2005 foi a Biblioteca Pública Municipal Bernardo Guimarães, que não mediu esforços para que fosse instalado um Comitê capaz de realizar ações pela proposta e objetivos do PROLER nacional, no município.

Foram especialmente incisivos o interesse, a disponibilidade, a determinação e o empenho da educadora Laís Bilharinho, que dirigia a Biblioteca Pública Municipal “Bernardo Guimarães” na ocasião; tal valor humano e profissional dessa educadora, empregado na sua administração, colocado, no momento, na meta de instalação e funcionamento do PROLER em Uberaba, contou de maneira determinante, tornando a Biblioteca Pública Municipal “Bernardo Guimarães” o órgão coordenador do Programa em Uberaba, a partir de 1997 (CASANOVA Apud RESENDE, 2009, p. 136).

É importante destacar o empenho da educadora Laís Bilharinho, que dirigia a Biblioteca Pública Municipal “Bernardo Guimarães” naquele ano (1997), pois, mesmo sem conhecer de perto o programa, acreditou na proposta, abraçou a causa e contribuiu de forma decisiva para que fosse instalado o Comitê no município.

Por justiça, coube à Biblioteca “Bernardo Guimarães” a coragem de implantar e o mérito do processo de consolidação do PROLER em Uberaba. Institucionalmente, ela exerceu o papel coerente com a sua função de Biblioteca pública, arregimentando forças e segmentos diversos da sociedade, compatível com o espírito do Programa; superou dificuldades (em especial no tocante a recursos financeiros), porque não esteve sozinha na ação e na medida que contou com a integridade de um Comitê forte que lutou em conjunto (CASANOVA Apud RESENDE, 2009, p. 136).

No período de 1997 a 2005 foram realizadas oficinas e palestras a partir de 09 Encontros anuais (anexo 4) promovidos pelo Comitê do PROLER Uberaba e, contou com a parceria de diversas instituições como: Fundação Cultural de Uberaba, Secretaria Municipal de Educação, 39ª Superintendência Regional de Ensino, Universidade de Uberaba - UNIUBE, Associação dos Municípios do Vale do Rio Grande, Faculdade de Educação de Uberaba - FEU, Livraria Alternativa, Faculdades Associadas de Uberaba - FAZU, Universidade Presidente Antonio Carlos - UNIPAC e Sociedade Amigos da Biblioteca - SABI. Essas parcerias foram o ponto chave para que o programa se mantivesse forte desde o início.

[...] os primeiros passos em vista da implantação do PROLER/Uberaba envolveram, naturalmente, instituições e pessoas que tiveram papel decisivo, que não pode ser esquecido; passos que demandaram esforço, investimentos, infra-estrutura material, econômica, pedagógica, demandaram disposição e abnegação de algumas pessoas inicialmente envolvidas que acreditavam na mesma causa. Foi propício o reconhecimento do valor do Programa por parte da Secretária Municipal de Educação, Maria de Lourdes Melo Prais; sendo assim, de imediato, a SMED tornou-se um parceiro importante e comprometido (CASANOVA Apud RESENDE, 2009, p. 136).

O fato de o PROLER Uberaba ter sido coordenado inicialmente pela Biblioteca Pública Municipal se deu por duas razões, conforme pontua a professora Vânia.

[...] a primeira foi o interesse imediato e irrestrito da Laís Bilharinho, a sua disponibilidade incondicional de dinamizar educativa e culturalmente a Biblioteca, o seu entendimento autêntico da importância de um Programa de Incentivo à Leitura ser acatado por uma Biblioteca Pública; este reconhecimento pressupunha a visão da identidade de uma biblioteca pública, do seu papel agregador e difusor de ações culturais, comunitárias, espaço onde os livros têm o seu abrigo e de onde, centralmente, saem para a promoção dos leitores e da leitura, numa perspectiva que soma funções e papéis: social, educativo, cultural. A segunda razão: a minha visão de Biblioteca pública, que é esta que acabei de delinear, concordante com o papel amplamente social e educativo-cultural atribuído também ao PROLER, no seu funcionamento aberto, de convergência de segmentos diversos da comunidade, de parceiros, de voluntários. Isto me levou a prestar todo o apoio à Laís Bilharinho, com a clareza de que a Biblioteca pública municipal de Uberaba era o melhor e mais propício espaço para o PROLER na cidade (CASANOVA Apud RESENDE, 2009, p. 136).

A coordenação da Biblioteca Pública fez jus à tarefa recebida, tamanha responsabilidade por fazer parte de uma política nacional e, assim, conseguiu consolidar o PROLER no município de Uberaba, embora o programa estivesse passando por um momento crítico a nível nacional como já mencionado anteriormente.

Alguns pré-requisitos foram atendidos em termos institucionais, por parte da Biblioteca “Bernardo Guimarães”, na criação do comitê do PROLER uberabense, que se consolidou, sustentado pelo cumprimento do que era de praxe e que se exigia de um órgão coordenador; ressaltar que a presença de parceiros interessados contribuiu para a assimilação do modo como sempre entendi o PROLER: de todos e de ninguém (slogan que usei algumas vezes) – livre de interesses competitivos motivadores de se tirar e levar a melhor fatia – comprometido ética e democraticamente com o bem da coletividade, o que supera tendências mesquinhas e restritivas de vaidade, facciosismo, e se mantém no plano de supra-partidarismos (CASANOVA Apud RESENDE, 2009, p. 136-137).

A professora Vânia reitera em sua avaliação sobre o momento em que fez parte e compartilhou experiências no Comitê do PROLER de Uberaba,

[...] o valor da experiência do comitê uberabense consistiu em dois pontos: diversificação do caráter dos parceiros, alinhados em objetivos comuns, voltados à defesa ética e estética da leitura; soma de todas as fatias de colaboração (financeira, humana, técnica, logística, etc.) desses parceiros. Sem nos esquecermos, ainda, de que na retaguarda do funcionamento do Programa estavam, na Biblioteca, dando o suporte cotidiano, funcionários dedicados, sendo justo e oportuno registrar o trabalho da Bibliotecária Sônia Maria Resende Paolinelli, que abraçou o PROLER desde a implantação e se entregou à causa ao longo dos anos (CASANOVA Apud RESENDE, 2009, p. 137).

Como ações importantes, o primeiro encontro, realizado em 1997, foi um momento memorável que instituiu o Comitê Regional do PROLER em Uberaba, intitulado como “Encontro Preparatório do PROLER”, com tema central “O acesso à Leitura – O Papel da Biblioteca”, contando com a participação de grandes nomes da área da leitura/literatura e representantes políticos e do programa nacional e local.



Fonte: CASANOVA, 2009, p. 141.

Com certeza, esse foi um marco muito importante para o município, abrindo portas e caminhos para o acesso à cultura por meio da leitura e da literatura. A partir daí, firmou-se parceria da Fundação Biblioteca Nacional com a Fundação Cultural de Uberaba, a fim de planejar ações conjuntas a uma só causa, a promoção e incentivo à leitura.

Uma das ações de grande importância e que marcou a História da Biblioteca ocorreu em 11/11/1998, quando foi assinado o primeiro convênio entre a Fundação Biblioteca Nacional e a Fundação Cultural de Uberaba para o desenvolvimento de ações conjuntas na implantação de planos e programas voltados para a promoção e incentivo à leitura, em favor da educação para todos, com a finalidade precípua da desenvolvimento do PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura (CASANOVA, 2009, p. 132).

Com a assinatura do primeiro Convênio, em 1998, dá-se início ao ciclo de encontros regionais, sob a coordenação da Biblioteca Pública Municipal. Nesse sentido, o PROLER Uberaba conseguiu desenvolver ações para a promoção e incentivo à leitura, devido a muito trabalho e grande empenho daqueles que estavam envolvidos como o programa.

À Biblioteca, sob a ação de seus administradores e funcionários, coube, por exemplo: responsabilização pelo termo de convênio com o MEC/ MinC; a agilização de contatos com os parceiros, mantendo-os ligados, informados e articulados através de reuniões mensais; preparação de materiais de divulgação dos Seminários anuais do PROLER; divulgação dos eventos junto à imprensa local, às escolas e através de mala direta; convites a profissionais convidados para atuarem nos Seminários e em cursos de 40 horas; avaliação dos Seminários e dos cursos e encaminhamento da memória dos mesmos com documentos e fotografias para a coordenação geral no Rio de Janeiro; pagamento de *pro-labores*; envio de um representante do comitê local aos encontros nacionais de avaliação; gerência dos recursos provenientes das taxas simbólicas de inscrição nos Seminários; preparação de matérias, em vista de tentar a publicação de um jornal informativo do PROLER em Uberaba; abertura à socialização de informações e sugestões de ações e projetos de leitura; preparação de planilhas, com as obrigações/contribuições de todos os parceiros, entre outras atribuições (CASANOVA Apud RESENDE, 2009, p. 138).

Esses profissionais, que eram vinculados à Biblioteca Pública Municipal, realizaram um trabalho fundamental, pois desenvolviam outras funções dentro da biblioteca e não atendiam somente aos serviços do Comitê, porém ergueram um valioso legado para o município.

Em suma, vale lembrar que a sistematização e o cumprimento de tais ações pelo órgão coordenador foram essenciais para a manutenção dos vínculos entre PROLER nacional e PROLER/ Uberaba, como também para a sustentação de uma infra-estrutura, tanto necessária à instalação do comitê, quanto ao seu funcionamento local (CASANOVA Apud RESENDE, 2009, p. 138).

Apresentamos no quadro, a seguir, os encontros promovidos pelo Comitê PROLER de Uberaba e seus respectivos temas centrais, enquanto a Biblioteca Pública Municipal esteve à frente da coordenação, lembrando que todos esses encontros eram muito bem elaborados e tinham consonância com a proposta do PROLER nacional. Sempre que possível, vinham compor o evento representantes do programa nacional, além de escritores e estudiosos da área da literatura e leitura.

Quadro XII – Encontros Anuais do Comitê PROLER Uberaba – 1997 a 2005. Coordenação da Biblioteca Pública Municipal Bernardo Guimarães.

Encontros Anuais do Comitê Proler Uberaba – 1997 a 2005 Coordenação da Biblioteca Pública Municipal Bernardo Guimarães		
Ano	Encontro	Tema
1997	Encontro Preparatório do Proler	O acesso à Leitura – O Papel da Biblioteca
1998	I Encontro Regional do Proler Uberaba	Leitura, Escrita, Cidadania e Desenvolvimento
1999	II Encontro Regional do Proler Uberaba	A Formação do Professor Leitor e Escritor
2000	III Encontro Regional do Proler Uberaba	Leitura e Escrita: ainda desafios para o 3º milênio
2001	IV Encontro Regional do Proler Uberaba	Formar Leitores: Base para a Educação de Qualidade
2002	V Encontro Regional do Proler Uberaba	Das Bibliotecas Escolares às Bibliotecas Públicas: caminhos democráticos para a formação do leitor
2003	VI Encontro Regional do Proler Uberaba	PROLER: construindo pontes entre a escola, a biblioteca e a sociedade por meio da leitura e da escrita
2004	VII Encontro Regional do Proler Uberaba	Contribuição para uma visão multidisciplinar da leitura
2005	VIII Encontro Regional do Proler Uberaba	O Cidadão Leitor, encantador de mundos, recriador de linguagem

Fonte: CASANOVA, 2009, p. 134. (Quadro elaborado pela autora).

Em 1998, realizou-se o I Encontro Regional do PROLER Uberaba que teve como tema central “Leitura, Escrita, Cidadania e Desenvolvimento” (CASANOVA, 2009, p. 134).

Já no ano de 1999, o II Encontro Regional do PROLER Uberaba, apresentou como tema central “A Formação do Professor Leitor e Escritor” (CASANOVA, 2009, p. 134). Destaca-se a presença da professora Vânia Maria Resende que participou da mesa redonda: Reflexos das leituras literárias na formação do professor.

No III Encontro Regional do PROLER Uberaba, em 2000, o tema abordado foi “Leitura e Escrita: ainda desafios para o 3º milênio” (CASANOVA, 2009, p. 134). A partir desse ano, fez-se presente nos Encontros Anuais do PROLER em Uberaba o Projeto intitulado como “Leia e Passe Adiante”, criado pela professora Vânia Maria Resende que fazia parte do PROLER nacional e do PROLER de Uberaba.

O projeto Leia e Passe Adiante teve início em 2000, com o acervo herdado da Livraria Especializada Menino Maluquinho, em Uberaba, Minas Gerais, que fechou em 1994. A continuidade das ações deve-se à doação anual de livros para integrar o acervo. A responsável pelo projeto recebe, anualmente, como votante do Prêmio FNLIJ, livros das editoras brasileiras. Depois de lidas e analisadas as obras, ela as repassa aos núcleos, aos coordenadores e dinamizadores específicos de dezesseis segmentos, que, por sua vez, lêem e passam adiante. O objetivo é que sejam socializadas diferentes vivências de incentivo à leitura, através da redação de relatos de experiências dirigidas à coordenação do projeto, como uma corrente de leitura e de leitores. O Leia e Passe Adiante tem dado uma contribuição educativo-cultural e social à comunidade uberabense (e em alguns segmentos regionais), o que confirma a importância e a necessidade de se consolidar a sistematização de práticas leitoras (http://www.fnlij.org.br/site/images/documentos/concursosmelhores_programas-resumos_vencedores_07o_concurso_mpil.pdf, acesso em 30 abr.15).

Com o tema: “Formar Leitores: Base para a Educação de Qualidade” o IV Encontro Regional do PROLER Uberaba foi realizado em 2001.

Em 2002, o V Encontro Regional do PROLER Uberaba - MG desenvolveu suas atividades com a temática: “Das Bibliotecas Escolares às Bibliotecas Públicas: caminhos democráticos para a formação do leitor” (CASANOVA, 2009, p. 134). Nesse encontro, a coordenadora da mesa redonda sobre o tema “Apresentação do livro *Ética, Estética*” e “Afeto na Literatura para Crianças e Jovens” foi a professora Vânia Maria Resende.

Nesse mesmo ano, o projeto “Leia e passe adiante”, que tinha um espaço nos encontros anuais do PROLER Uberaba, ganha o primeiro lugar no 7º Concurso FNLIJ, Os Melhores Programas de Incentivo à Leitura junto a Crianças e Jovens de todo o Brasil / Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER. De certa forma, o Comitê PROLER Uberaba ganha destaque nacional por colaborar para que um projeto como esse fosse executado no município.

Com o tema “PROLER: construindo pontes entre a escola, a biblioteca e a sociedade por meio da leitura e da escrita” (CASANOVA, 2009, p. 134), no ano de 2003, aconteceu o VI Encontro Regional do PROLER Uberaba. Mais uma vez a professora Vânia esteve como coordenadora da mesa redonda sobre a temática do encontro. Contou também com a participação de profissionais de algumas cidades da região como Igarapava e Conceição das Alagoas cada uma com 6 participantes, Limeira do Oeste com 4, Patos de Minas 3, Iturama, Fronteira, Delta e Araxá com 2

participantes cada, Ituiutaba com apenas 1 e Uberaba registrou 213 participantes (Disponível em: <http://www.fazu.br/biblioteca/proler2004.php>. Acesso em 30/06/15).

Já no ano de 2004, foi realizado o VII Encontro Regional do PROLER Uberaba, cujo tema foi “Contribuição para uma visão multidisciplinar da leitura” (CASANOVA, 2009, p. 134). Sob a coordenação de Romilda de Melo Faria Tomás, Diretora de Bibliotecas da Fundação Cultural de Uberaba e Coordenadora do Comitê PROLER/Uberaba. Contou com o conhecimento da professora Vânia, integrando a mesa redonda sobre o tema “PROLER: contribuição para uma visão multidisciplinar da leitura”. Para esse encontro foram realizadas 6 oficinas, sendo divididas em Oficina nº 1, “Do texto para o palco”, ministrada por Miguel Jacob; Oficina nº 2, “Dinamização de bibliotecas escolares”, desenvolvida por Maria do Carmo Costa e Silva; Oficina nº 3, “A Leitura e a formação do leitor crítico: as muitas vozes do texto na sala de aula”, por Rosa Maria Cuba Riche; Oficina nº 4, “Leitura da arte na escola”, ministrada por Elisa Muniz; Oficina nº 5, “Pesquisa Escolar e novas tecnologias”, por Patrícia Portela; e Oficina nº 6, “Leitura de multilinguagens no livro didático”, realizada pela Irma Beatriz Araújo Kappel.

Entretanto, com um público menor dos municípios vizinhos que no ano anterior, o VII Encontro Regional do PROLER Uberaba, contou com a participação de 1 representante das cidades de Conceição das Alagoas, Comendador Gomes, Campo Florido e, em contrapartida, um público maior da cidade sede do Comitê, com 243 participantes.

No último ano, sob coordenação da Biblioteca Pública Municipal, em 2005 foi realizado o VIII Encontro Regional do PROLER Uberaba, com o tema “O Cidadão Leitor, encantador de mundos, recriador de linguagem” (CASANOVA, 2009, p. 134).

Nesse início, mesmo que de forma bastante discreta, as ações desenvolvidas pelo Comitê Regional do PROLER Uberaba provocaram um sentimento de continuidade naqueles que ficariam à frente do programa no município, de que poderiam oferecer a sociedade o que a leitura precisava e precisa ser, uma prática social e cotidiana na vida das pessoas.

Testemunhei esta experiência, participei dos oito anos de trabalho persistente do comitê, e compreendi que, quando compartilhamos o espírito de equipe e a união de forças de parceiros, saem fortalecidos o que se realiza, a equipe e a comunidade beneficiada. Nesta perspectiva, foi possível, superando-se obstáculos e limites, resguardar os princípios básicos de cidadania que nasceram com o PROLER em 1992, com os quais o PROLER de Uberaba foi compatível na sua instalação e no decurso da consolidação do seu próprio perfil, direcionada a sua ação sobretudo à realização dos Seminários de Leitura anuais (CASANOVA Apud RESENDE, 2009, p. 137).

A participação efetiva da professora Vânia e o contato direto com o PROLER nacional e o Comitê de Uberaba colaboraram para que as atividades desenvolvidas no município pudessem ser socializadas com aqueles que estavam a frente do PROLER na esfera federal, demonstrando o quanto o município se empenhava e acreditava na proposta.

[...] contribuí efetivamente de diversas formas: prestando informações e facilitando contatos; coordenando mesas-redondas e ministrando oficina gratuitamente (quando o critério era o não recebimento de pro-labore por parte dos profissionais das cidades promotoras dos Seminários); preenchendo lacuna na ausência de algum profissional convidado; compartilhando a minha experiência profissional de promotora de ações culturais e educativas; sugerindo e questionando, dentro do comitê, diretivas coerentes para programações de mesas-redondas, cursos e oficinas que priorizassem reflexões e ações em que livro/ leitura estivesse em evidência, atuando de maneira profunda na consciência crítica dos participantes inscritos nos Seminários; representando o comitê na avaliação anual, levando e expondo a experiência de projetos de leitura realizados pelo PROLER de Uberaba (em especial, o projeto “O menino maluquinho – vinte anos em festa”, em 2000); idealizando, orientando e coordenando o Projeto “Cantando Acalantos” (2002); responsabilizando-me, editorialmente, por um Escrito Alternativo, o número 19, referente a palestras, relatos de experiências, pesquisas, depoimentos apresentados no Encontro Regional do PROLER/Uberaba em 1998 (CASANOVA Apud RESENDE, 2009, p. 138).

Em sua participação no PROLER, tanto como funcionária do município, quanto como voluntária, no período de 1997 a 2004, a professora Vânia pautou-se “na afirmação da relevância do livro e da literatura para a promoção da cidadania e o amadurecimento da visão dos educadores, bibliotecários e auxiliares de biblioteca, como da sociedade em geral” (CASANOVA Apud RESENDE, 2009, p. 139). E ainda, posicionou-se.

[...] a favor de que o PROLER de Uberaba não se desvirtuasse deste pensamento, buscando conquistar o patamar de promoção da leitura, sedimentando-a na prática natural e assídua, no contato cotidiano dos leitores com os livros (CASANOVA Apud RESENDE, 2009, p. 139).

A partir dessa perspectiva, do livro e da leitura enquanto promotores da cidadania e capazes de ampliar a visão do sujeito, é que o Comitê PROLER Uberaba colaborou com o município na interpretação da leitura não mais como uma exigência escolar, e sim como prática social e indispensável para a vida.

No entanto, em 2006, foi instalada uma nova coordenação a nível nacional, posteriormente ao período de instabilidade do programa, a qual propôs um olhar mais atento à escola enquanto principal campo de atuação do PROLER, desenvolvendo ações que pudessem melhorar a qualidade da leitura na escola, refletindo na sociedade, pois a escola é um espaço privilegiado para se desenvolver o exercício de práticas sociais que insiram o sujeito positivamente no tempo e no espaço como protagonista de suas relações.

Destarte, tal atitude refletiu também na coordenação do Comitê PROLER Uberaba, que passou a ser de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Uberaba, Departamento de Programas e Projetos Especiais.

Em reunião agendada, no mês de dezembro, a Fundação Cultural, responsável pelo último convênio/ parceria com a FBN propôs que o mesmo fosse repassado para a Secretaria M. de Educação e Cultura, e passou a coordenação atual para a Prof^a. Tânia C. Fígaro Ulhoa integrante do DEPPE – Departamento de Programas e Projetos Especiais da referida Pasta (ULHOA, 2012, p. 1).

O que não deixou a desejar em momento algum, pois, em consonância com o programa nacional, continuou desenvolvendo ações e, de certa forma, ampliando o campo de atuação e o número de sujeitos envolvidos/beneficiados.

E, ainda, por ter a frente como coordenadora do Comitê uma profissional bastante competente e experiente na área de leitura e literatura, uma amante do mundo das letras, sonhos e fantasias que a leitura oferece. A professora Tânia Cristina Fígaro Ulhoa possui graduação em Letras e pós-graduação em Leitura e Produção de Textos na Interdisciplinaridade, desenvolve atividades como professora universitária em Faculdade e Universidade e é professora efetiva da Rede Municipal de Ensino de Uberaba. Apresenta experiência na área de Educação, com ênfase em

Formação de Promotores de Leitura e Escrita, Literatura para professores, pedagogos, bibliotecários e mediadores/guias de leitura em geral. Atua, principalmente, na formação de leitores, qualificação profissional de docentes, formação continuada para docentes, educação, práticas educacionais. É pesquisadora associada da Rede de Estudos Avançados em Leitura - RELER Cátedra UNESCO de Leitura /PUC-RIO (Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br>. Acesso em 01 mai.15).

3.3 As ações do Comitê Regional do PROLER Vale do Rio Grande no município de Uberaba

No ano de 2007, já com nova sede e coordenação, diversas foram as mudanças a fim de ampliar a equipe de trabalho e de se configurar enquanto agente de iniciativas locais e regionais com a leitura e a escrita, bem como ações que propiciassem uma efetiva Política de Leitura (ULHOA, 2012).

Vale ressaltar que, na nova gestão do Comitê, o Comitê do PROLER de Uberaba passou a se chamar Comitê Regional do PROLER Vale do Rio Grande.

O Comitê Regional do PROLER de Uberaba passa, então, a denominar-se Comitê Regional do PROLER Vale do Rio Grande, sugestão dada pelos Secretários de Educação e Cultura dos municípios também integrantes do Comitê. Decisão prontamente aprovada por apreciação unânime em reunião ordinária (ULHOA, 2012, p. 1).

O Comitê Regional Vale do Rio Grande que não tem sede própria, está instalado no local de exercício de sua coordenadora, que é servidora municipal, professora efetiva e atua como assessora técnica no referido órgão na coordenação de programas e projetos de incentivo à leitura da Rede Municipal de Ensino de Uberaba, órgão central da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Uberaba/Departamento Cultural.

Todos os materiais e equipamentos de que o Comitê necessita, como telefone, computador, data show, entre outros, são cedidos pela SEMEC/Uberaba e utilizados pela coordenadora como um suporte logístico dentro do horário de sua jornada de trabalho, que já tem estabelecido dentro da sua carga horária de trabalho cerca de 10 horas semanais para as atividades do Comitê.

Em relação ao apoio financeiro para as ações do Comitê, podemos citar como exemplo, o apoio recebido no ano de 2012. Porém, esse apoio não é regular e requer consulta prévia e grande articulação por parte da coordenação do Comitê.

O Comitê recebeu apoio financeiro em 2012, das seguintes instituições integrantes, conforme o grau de sua participação na ação a ser desenvolvida: Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberaba (UNIPAC) – R\$ 500,00; Prefeitura Municipal de Água Comprida /Depto. de Educação Cultura, Esporte e Lazer R\$ 1.000,00; Prefeitura Municipal de Campo Florido /Depto. de Educação, Cultura, Esporte e Lazer R\$ 300,00; Prefeitura Municipal de Pirajuba / Depto. de Educação Cultura, Esporte e Lazer - R\$ 1.000,00; Prefeitura Municipal de Sacramento / Superintendência Municipal de Educação - R\$ 1.000,00; Prefeitura Municipal de Uberaba /Secretaria Municipal de Educação e Cultura /Departamento Cultural – principal provedor. R\$ 13.000,00 aproximadamente. Prefeitura Municipal de Veríssimo / Depto. de Educação Cultura, Esporte e Lazer - R\$ 1.000,00; Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) – R\$ 3.000,00 aproximadamente. Inscrições avulsas para os minicursos: R\$ 1.200,00; Total: R\$ 19.000,00 aproximadamente. Recebeu, em 2012, ainda apoio logístico dos demais integrantes com cessão de espaços físicos, transporte, hospedagens; além de diversos apoiadores como as editoras e órgãos não governamentais para complemento de pró-labores de parte de ministrantes (ULHOA, 2012, p. 5-6).

Dentro do programa existe uma rede de relações estruturada horizontalmente e verticalmente em torno de seus atores, horizontalmente dos membros que compõem o comitê e verticalmente da União para o município (PROLER: concepções diretrizes e ações, 2009).

No entanto, a coordenadora do Comitê destaca alguns aspectos que precisariam ser melhorados na realização das ações desenvolvidas pelo Comitê.

De modo geral, poucos recursos financeiros, materiais e humanos. Também, há muitos problemas de burocracia por parte dos órgãos que regem o PROLER Nacional e constantes mudanças nos procedimentos de captação de recurso para pagamentos dos ministrantes de oficinas e cursos. Há, ainda, pouco volume de recursos financeiros destinados ao trabalho dos comitês. Outro aspecto importantíssimo é a situação do coordenador de comitê, pois não há nenhum documento que valide sua atuação e permanência enquanto um coordenador reconhecido pela Coordenação Nacional, sendo assim há muita incerteza na continuidade das suas atividades ano após ano (ULHOA, 2012, p. 14).

Existem fronteiras e delimitações de atuação dos comitês, sejam eles locais, regionais ou estaduais. A escolha da cidade sede começa por um comitê local e depois vai expandindo para regional a medida que outras cidades são convidadas para integrarem o comitê regional.

Um dos maiores entraves bloqueadores da eficácia do percurso desenvolvido dentro do programa pelo Comitê se incide na falta de recursos financeiros e humanos. Há, ainda, a possibilidade de repasse de recursos de um comitê que não tenha utilizado para outro que necessite para colocar as ações em prática, todavia quase nunca isso acontece.

Conforme relatório anual de 2012 enviado ao PROLER/MinC/FBN, o Comitê Regional do PROLER Vale Rio Grande “não tem funções específicas definidas para cada membro, a não ser a função de coordenação e articulação geral das atividades do comitê pela atual coordenadora” (ULHOA, 2012, p. 2). E ainda ressalva que,

Os demais membros são integrantes e representam seus segmentos em ação voluntária. Todos exercem o poder de voto nas decisões do comitê, bem como nas articulações das atividades realizadas pelo comitê. Para cada evento conforme sua natureza, local de realização, forma-se uma equipe de trabalho. Quando o titular nomeado pela instituição ou órgão integrante não pode participar diretamente da atividade, o seu suplente é quem auxiliará nesta etapa. Nada é realizado sem a aprovação do comitê, por maioria absoluta dos presentes nas reuniões ordinárias (ULHOA, 2012, p. 2).

No mesmo relatório, consta como integrantes do Comitê Regional do PROLER Vale Rio Grande.

- 1- Centro de Educação Ambiental Sítio da Pedreira - Renato Muniz Barretto de Carvalho;
- 2- Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberaba (UNIPAC) - Emiliano Furtado Campos;
- 3- Faculdade Talentos Humanos (FACTHUS) - Maria Heliadora do Vale Romeiro Collaço;
- 4- Livraria Alternativa Cultural - Thaís H. Syllus Colus;
- 5- Prefeitura Municipal de Água Comprida /Depto. de Educação Cultura, Esporte e Lazer - Leandro J. de Oliveira;
- 6- Prefeitura Municipal de Campo Florido /Depto. de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - Vanilda Aparecida Feliciano Córnea;
- 7- Prefeitura Municipal de Conceição das Alagoas /Depto. de Educação Cultura, Esporte e Lazer - Helenice de Bento Fontes de Paula;
- 8- Prefeitura Municipal de Delta /Depto. de Educação Cultura, Esporte e Lazer - Maria Tereza Camilo;

- 9- Prefeitura Municipal de Frutal /Secretaria M. de Educação - José Luiz de Paula e Silva;
- 10- Prefeitura Municipal de Iturama /Depto. de Educação Cultura, Esporte e Lazer - Rita de Cássia Donegá Salomão Lorenzato;
- 11-Prefeitura Municipal de Pirajuba / Depto. de Educação Cultura, Esporte e Lazer - Rosidelma L. Borges;
- 12-Prefeitura Municipal de Sacramento / Superintendência Municipal de Educação - Carlos Henrique de Oliveira;
- 13-Prefeitura Municipal de Uberaba /Secretaria Municipal de Educação e Cultura: Departamento Cultural – Maria Edilene Ferreira Leal, Departamento de Bibliotecas – Viviane de Almeida Cataldi, Diretoria de Gestão Educacional / Conselho Municipal de Educação de Uberaba – Eliane Helena Correa N. Salge;
- 14-Prefeitura Municipal de Veríssimo / Depto. de Educação Cultura, Esporte e Lazer - Divane Barcelos Ribeiro Silva;
- 15-Sociedade Amigos da Biblioteca (SABI) - Viviane de Almeida Cataldi;
- 16-Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) - Acir Mário Karwoski;
- 17-Voluntários da comunidade - Sidney L. da Costa e Delcira Aparecida Soares (ULHOA, 2012, p. 2-3).

As funções do coordenador do Comitê são: articular, contactar pessoas, organizar eventos e executar as atividades (PROLER: concepções diretrizes e ações, 2009). Como o PROLER é uma parceria do MinC com a prefeitura municipal, o processo de escolha para o cargo de coordenador é feito por indicação do Secretário da Educação.

Porém toda a equipe que integra o Comitê é co-responsável para que os encontros anuais aconteçam, pois são convidados para participar das reuniões de elaboração do evento e têm o poder de voto na tomada de decisões, podendo contribuir com a organização das atividades realizadas pelo comitê. As reuniões com a equipe, coordenador, membros e pessoal de apoio do comitê acontecem ordinariamente por bimestre, podendo haver convocação em caráter extraordinário.

Todas as reuniões têm mais de 80% de participação de todos os integrantes. São encontros objetivos com alta produção de decisões coletivas e que atendam às demandas de cada segmento, visando abranger o maior número possível de pessoas, especialmente, formação de mediadores e de novos leitores. Há enorme comprometimento dos integrantes do comitê (ULHOA, 2012, p. 5).

A partir de 2009, os Encontros Anuais do Comitê Regional do PROLER Vale Rio Grande, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura são os apresentados, respectivamente, no quadro a seguir.

Quadro XIII – Encontros Anuais do Comitê Regional do PROLER Vale do Rio Grande – 2006 a 2014. Coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Encontros Anuais do Comitê Regional do PROLER Vale do Rio Grande – 2006 a 2014 Coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura		
Ano	Encontro	Tema
2006	IX Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande	O livro e a leitura – argumentação e experiências
2007	X Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande	A arte de pescar leitores: oralidade, linguagens e mídias
2008	XI Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande	A biblioteca e o livro: do mundo ao ciber mundo
2009	XII Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande	Políticas Públicas para o Livro e a Leitura: caminhos para a formação de leitores
2010	XIII Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande	O PROLER e as Políticas Públicas para a Leitura: caminhos para a cidadania
2011	XIV Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande	PROLER e a Política Cultural: o livro e a leitura em foco
2012	XV Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande	PROLER Vale do Rio Grande, 15 anos de compromisso com a leitura
2013	XVI Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande	O livro e a leitura na era digital
2014	XVII Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande	O livro e a leitura – por uma tecitura de ações leitoras

Fonte: <http://www.uberaba.mg.gov.br>. Acesso em 30 abr. 15. (Quadro elaborado pela autora).

Segundo os PCN um dos objetivos primordiais do ensino de leitura é o seu incentivo enquanto prática social, por isso o Comitê PROLER Regional Vale do Rio Grande utiliza para os encontros temas geradores que norteiam o alcance de tal objetivo, como serão apresentados na sequência.

Vale ressaltar que, para o primeiro ano de encontro do Comitê Regional do PROLER Vale do Rio Grande (2006) sob a coordenação da SEMEC, foi possível contar com a presença de José Castilho Marques Neto, secretário executivo do PNLL, que participou da mesa-redonda de abertura do IX Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande, com o tema “O livro e a leitura – argumentação e experiências”. Dentre as atividades realizadas, as oficinas de “Leitura Biblioteca e Cidadania”, “Conservação e pequenos restauros de livros”, foram muito importantes para a conscientização do papel da leitura e a importância do ambiente da biblioteca.

Para a abertura do X Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande, no ano de 2007, José Mauro Brant fez uma palestra sobre a temática do evento, “A arte de pescar leitores: oralidade, linguagens e mídias”. Para esse evento o comitê elegeu 14 oficinas para 28 turmas, sendo elas: “Imagem e multimídia: novos

caminhos para conquistar leitores”, com Luis Servo; “A narrativa como proposta metodológica de letramento”, com Lia Scholze; “A Matemática e a Literatura: calcular, brincar e produzir textos”, com Carlos Pravato; “Broto de leitura”, com Creuza Soares; “Perdendo o medo de trabalhar com a poesia na escola”, com Anna Claudia Ramos; “Machado de Assis: bruxarias literárias”, com Luiz Antonio Aguiar; “Leitura e releituras no contexto da arte e educação”, com Eliana Fonseca; “Educação ambiental transformadora: uma leitura necessária”, com Cibele Resende; “Biblioteca escolar: o espelho da escola”, com Iraídes Madeira; “A literatura infanto-juvenil e o imaginário popular brasileiro”, com Fátima Miguez; “Primeiras leituras: a literatura infantil e juvenil é a estrela”, com Benita Prieto; “Compreensão e produção de textos”, com Antônio Bernardes; “A cultura afro na literatura brasileira”, com Divane Silva; “O contador de histórias: um leitor em cena”, com José Mauro Brant (<http://resumodocenario.blogspot.com.br/2007/07/x-encontro-regional-do-proler-do-vale.html>, acesso em 01 jun.15).

Em 2007, ainda, inicia uma nova vertente do Comitê, o I Encontro Regional Infanto-Juvenil de Leitura e Artes do Vale do Rio Grande, o Prolerzinho, sob o tema “Era uma vez... Leitura, Artes e Artimanhas”.

Em 2008, a Prefeitura Municipal de Uberaba, por meio do Departamento de Programas e Projetos Especiais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e do Comitê Regional do PROLER de Uberaba MG renovou o Termo de Parceria /Cooperação Técnica com a Fundação Biblioteca Nacional, sendo que sua sede ficou estabelecida no órgão central (SEMEC), situada no Centro Administrativo Municipal, Avenida Dom Luiz Maria de Santana, 141, Bairro Santa Marta, Uberaba, CEP 38061-080 (ULHOA, 2012, p. 1).

O XI Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande ocorrido no mês de junho de 2008 trouxe como tema da palestra de abertura, “Leitura: do mundo ao ciber mundo”, proferida por Gabriel Perissé, da cidade de São Paulo. O evento contou 12 oficinas temáticas de formação de professores, intituladas como: “Broto de leitura”, com Creuza Soares; “Poesia em sala de aula: o prazer de (se) encantar”, com Claudia Borges; “Fábulas na sala de aula”, com Divane Silva; “O livro ‘En Cena’”, com Miguel Jacob; “Práticas de Leitura de e-books (Livros Eletrônicos)”, com Acir Mário Karwoski; “IMAGEM - Ampliando o olhar”, com André Neves; “Nas redes da imaginação: charges, quadrinhos e obras de arte no contexto escolar”, com Ormezinda Ribeiro; “Os contos de fadas na leitura da sala de aula”, com Fátima

Miguez; “Os Clássicos e o Nosso Clássico”, com Luiz Antônio Aguiar; “Contar e encantar - a arte de contar e ouvir histórias”, com Cleo Busatto; “Leitura: estímulo à escrita criativa”, com Delcira Aparecida Soares; “Compartilhando histórias na escola”, com Sônia Rosa (<http://resumodocenario.blogspot.com.br/2008/05/xi-encontro-regional-do-proler-vale-do.html>, acesso em 01 jun.15).

Essas oficinas tinham como intuito “capacitar agentes multiplicadores e formadores de leitura e escrita para um público de cerca de 428 inscritos, participantes de diversas cidades do Triângulo Mineiro, inclusive de municípios próximos pertencentes ao estado de São Paulo” (ULHOA, 2012, p. 1).

Também, em 2008, aconteceu o II Seminário Regional de Leitura PROLER Vale do Rio Grande, no Salão de Festas de Fraternidade Espírita, no município de Campo Florido, no dia 11 de abril de 2008, das 13h às 17h sob o tema: "A Leitura no cotidiano escolar", com a escritora e professora Dr^a. Eliana Yunes, Coordenadora da Cátedra UNESCO de Leitura PUC-Rio/ Rio de Janeiro, como palestrante, para um público (educadores, secretários de educação e cultura e prefeitos), de aproximadamente 300 pessoas dos 08 municípios integrantes do comitê. Aconteceu a 2^a edição do Projeto PROLERZINHO - Era Uma Vez... Leitura, Artes e Artimanhas - II Encontro Regional Infante-Juvenil de Leitura e Artes no período de 25 a 29 de agosto com oficinas de leitura, palestras e encontro com autores, alcançando um total de 1.314 (mil trezentos e quatorze) pessoas, sendo Crianças e jovens: 1.222 (mil duzentos e vinte e dois) e Professores: 92 (noventa e dois) (ULHOA, 2012, p. 1).

Podemos perceber que, de um encontro para o outro houve alteração dos palestrantes, o que é justificado pela alteração também dos temas geradores, uma vez que os conferencistas convidados precisam ter propriedade para tratar do assunto, sendo, na maioria das vezes, referências na área.

Há, também, a presença de alguns oficinairos que repetem nos encontros, mesmo quando o tema da oficina muda como: Fátima Miguez e Divane Silva, e ainda, o reprise de oficina como: “Broto de leitura”, com Creuza Soares.

Os Seminários Regionais de Leitura PROLER Vale do Rio Grande, de caráter itinerante, aconteciam nas cidades que compunham o referido Comitê. Especificamente, no ano de 2008, o II Seminário contou com a presença da protagonista do PROLER no Brasil, professora Dra. Eliana Yunes, que abrilhantou o evento na cidade de Campo Florido – MG, com a palestra sob o tema: "A Leitura no cotidiano escolar".

Em 2009, juntamente com o XII Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande inaugura o I Fórum sobre Políticas Públicas para o Livro e a Leitura, que passa a acontecer concomitante com os encontros do PROLER Uberaba.

Os eventos contaram com uma conferência de abertura sobre Livro, Leitura e Educação, proferida por Carlos Alberto Xavier, assessor do Ministro e Representante do Ministério da Educação. Coordenada pelo professor Acir M. Karwoski da UFTM, que é integrante do Comitê PROLER Vale Rio Grande.

Contribuíram para o sucesso do encontro três mesas redondas, conforme esboçados os temas:

Mesa-Redonda 01 – Caminhos da Leitura em Minas Gerais – O papel do executivo, do legislativo e do setor privado nas questões inerentes à leitura. Maria Antonieta Antunes Cunha – Escritora, professora e Editora de Literatura da Editora Dimensão. Belo Horizonte (MG). Aelton de Freitas – Deputado Federal – Representante da Frente Parlamentar de Leitura – Brasília (DF). Fabíola Farias – Diretora de Ações de Incentivo à Leitura da Secretaria de Estado da Cultura /MG. Belo Horizonte (MG). Coordenação: Silvana Elias da S. Pereira – SEPPAI/ P. M. Uberaba (MG) Integrante Comitê PROLER Vale Rio Grande. Mesa-Redonda 02 – Programas e ações de incentivo à leitura e democratização do acesso ao livro. Eliane Pszczol – Coordenadora Nacional do PROLER /FBN – Rio de Janeiro (RJ). Ilce Gonçalves M. Cavalcante – Coordenadora Geral do Sistema Nacional das Bibliotecas Públicas /SNBP – Rio de Janeiro (RJ). Coordenação: Tânia C. Fígaro Ulhoa – DEC/SEMEC e UNIPAC/ Uberaba (MG). Coordenadora do Comitê PROLER Vale Rio Grande. Mesa-Redonda 03 – Brasil Leitor: Políticas Públicas para o Livro e a Leitura. Fabiano dos Santos – Coordenador Nacional do Livro e Leitura do Ministério da Cultura. Brasília (DF). José Castilho Marques Neto – Secretário-Executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Brasília (DF). Marcelo Almeida – Deputado Federal – Presidente da Frente Parlamentar de Leitura. Brasília (DF). Coordenação: Renato Muniz B. de Carvalho – UNIPAC/ Uberaba (MG) /Integrante do Comitê do PROLER Vale Rio Grande (Folder do evento, 2009).

O Comitê propiciou aos participantes a escolha de um dos 18 minicursos de leitura ofertados, com os seguintes temas: “Práticas de leitura de *e-books*”, com Acir Mário Karwoski; “Leitor: entrelaçando leituras”, com Mozilene Neri Barbosa; “Como formar leitores: o livro com duas escritas”, com Elizete Lisboa; “Narrativas curtas para crianças e jovens”, com Léo Cunha; “As múltiplas vozes da arte literária”, com Adriana B. S. Fonseca; “Broto de leitura”, com Creuza Soares; “Saberes e sabores dos gêneros textuais na formação leitora”, com Nilza Pinheiro; “Livro, leitura e artes”,

com Ingrid Bellinghausen; “Cara a cara com a personagem”, com Darci Bosco (Folder do evento, 2009). A abertura do Fórum foi considerável, pois contou com um público de 524 participantes inscritos, em contrapartida com 446 participantes inscritos nos minicursos.

Realizou, também em 2009, o III Seminário Regional de Leitura PROLER Vale do Rio Grande, em Conceição das Alagoas, no dia 14/10, sob o tema “Leitura em Cena”, com o palestrante, Miguel Jacob Neto, dramaturgo e diretor, para cerca de 370 participantes. E o IV Seminário Regional de Leitura e Valores Humanos, em Pirajuba, no dia 25/08, com o tema: Arte & Fatos da Palavra - Rosana Pontes Prata Oliveira Santos – Professora de Artes, Música e Pedagoga, para cerca de 170 profissionais da educação. Iniciou o projeto Trupes de leitura – Clube de leitores mirins, em seis escolas da rede municipal de ensino de Uberaba, com atendimento a 230 crianças de 08 a 10 anos, integradas ao tempo integral CIEM e 13 professores dinamizadores. Promoveu, ainda, 02 Cursos de Formação de Mediadores em Leitura com duração de 40 horas cada, atendendo a curso 01 - 46 participantes e curso 02 - 31 participantes. Os cursos foram ministrados pela professora Divane B. S. Ribeiro. O Projeto PROLERZINHO - Era uma vez... Leitura, Artes e Artimanhas - III Encontro Reg. de Leitura e Artes para crianças e jovens foi realizado de 24 a 28/08 – Com palestras e oficinas atendeu a 1.012 pessoas, sendo 801 crianças e jovens; 45 Professores; 08 Pais/ responsáveis (ULHOA, 2012, p. 2).

Um dos diferenciais do encontro de 2009 foi a abertura dos Fóruns sobre Políticas Públicas para o Livro e a Leitura, que fortaleceram as atividades do Comitê com a realização das mesas redondas compostas por representantes de alto escalão, tanto estudiosos e intelectuais da área da leitura, quanto políticos da frente parlamentar de leitura.

Já em 2010, o XIII Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande, juntamente com o II Fórum sobre Políticas Públicas para o Livro e a Leitura, contou com presenças importantes do cenário político sobre leitura, como Fabiano dos Santos Piúba, da Diretoria Nacional do Livro e Leitura do Ministério da Cultura – Brasília (DF); José Castilho Marques Neto, da Secretaria-Executiva do Plano Nacional do Livro e Leitura- Brasília (DF); Fabíola R. Farias, da Secretaria de Estado da Cultura/ Plano Estadual do Livro e Leitura de Minas Gerais – Belo Horizonte (MG).

Os minicursos ofertados foram: “Livro, leitura e artes”, por Ingrid Bellinghausen; “Literatura infantil: em busca das relações de sentido”, por Beatriz

Gaydeezka; “‘Literatas’, o fator lúdico transformando o leitor em agente da história”, por Beto Junqueyra; “A literatura juvenil: ponte para os clássicos”, por Sandra Pina; “Poesia para crianças: um jogo especial e musical”, por Léo Cunha; “A Memória na Literatura”, por Ninfa Parreiras; “O texto poético e a narrativa de imagens na escola”, por Silvana Costa (Folder do evento, 2010).

Com um número bastante expressivo, o evento totalizou, entre diretores, professores, pedagogos, auxiliares de biblioteca e universitários em graduação das licenciaturas de Uberaba e mais nove municípios circunvizinhos, um público assistido de 1786 participantes (Folder do evento, 2010).

Outras atividades muito importantes para fomentar a leitura foram desenvolvidas nesse mesmo ano pela SEMEC, ampliando assim as ações do Comitê, foram elas:

Trupes de Leitura – crianças de 08 a 10 nos – de março a novembro/2010 – atendimento em seis escolas, com ampliação do número de alunos participantes para 270 participantes. Arraial das Letras /I Festa Literária de Uberaba – 26 e 27/06/2010 – stand da SEMEC, com distribuição de livros e materiais de leitura doados pelo comitê PROLER. Público assistido: 400 participantes (comunidade em geral). II Festival de Contadores de Histórias da Rede Municipal de Ensino de Uberaba - Participação do comitê como parceiro na seleção dos candidatos e premiação com cessão de obras de literatura para os contadores de histórias – 29/09/2010. Formação Continuada em Serviço – promoção de atividades formativas e de incentivo à leitura pela coordenadora do comitê - Março a novembro de 2010, diversas escolas e instituições/empresas. Público estimado em 200 pessoas. PROLERZINHO - Era Uma Vez... Leitura, Artes e Artimanhas - IV Encontro Regional de Leitura e Artes para crianças e jovens realizado de 27 a 29/09/2010, atendendo a 802 participantes (crianças de 04 a 15 anos, educadores, pais e comunidade). II Festa Literária de Iturama - Setembro /2010. Aberto à comunidade. III Curso de Formação de Medidores de Leitura (40 h) - 13/11 a 18/12/2010, com o tema: Em busca do sentido em obras da Literatura Infantil, ministrado por Beatriz Gaydesck, para cerca de 40 educadores. Fórum de Capacitação para a Implantação dos Planos Municipais do Livro e Leitura - Capacitação para administradores e gestores públicos de Uberaba e demais municípios integrantes do comitê PROLER Vale Rio Grande – 26/10/2010. 40 pessoas. V Seminário Regional de Leitura, em Delta, no dia 30/10, para cerca 250 participantes (ULHOA, 2012, p. 2-3).

Com a ampliação das ações do Comitê, a partir das Trupes de Leitura, o Arraial das Letras e Festa Literária de Uberaba, o Festival de Contadores de Histórias da Rede Municipal de Ensino de Uberaba, o PROLERZINHO - Era Uma

Ve... Leitura, Artes e Artimanhas, os Cursos de Formação de Medidores de Leitura, é possível afirmar que, os encontros anuais só são tão significativos porque existe todo um trabalho que o antecede, seja na SEMEC ou nas escolas, seja com os diretores e professores ou com os alunos. As ações do PROLER só conseguem atingir os objetivos propostos quando todos os envolvidos as desenvolvem de forma consciente e comprometida, buscando recursos, muitas vezes, onde não tem.

Com a presença de escritores renomados, realizou-se no ano de 2011 o XIV Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande e o III Fórum Regional sobre Políticas Públicas para o Livro e a Leitura. Dentre eles estão José Carlos Aragão, ator, dramaturgo, diretor e escritor, que conferiu a palestra sobre “Literatura e Diversidade Cultural na Escola”; a escritora Carla Caruso, o escritor e professor Fernando Nuno e a artista plástica e escritora Aline Abreu que abrilhantaram a mesa redonda sobre a temática “Produção Literária Contemporânea e a Formação de Leitores”.

Os minicursos, realizados na sede da Biblioteca Municipal Bernardo Guimarães, foram: “Laços de afeto entre crianças e livros”, com Darci Bosco; “Biblioteca Escolar”, com Ana Zago; “Os clássicos da literatura”, com Fernando Nuno e Silvana Salerno Rodrigues; “Literatura e outras linguagens”, com Beth Ziani; “O texto visual na literatura para crianças”, com Aline Abreu; “O teatro em sala de aula”, com José Carlos Aragão; “A língua da poesia”, com Carla Caruso; “Como formar leitores: o livro com duas escritas”, com Elizete Lisboa; “Leitura de hoje”, com Edison Rodrigues Filho; “Poesia: violeta escondida sob as folhas da escola”, com Neusa Sorrenti; “A imanência das línguas naturais em prática na EJA”, com Maria Cecília Mollica; “Preservação e Conservação de acervo de bibliotecas”, com Juçara S. Pinto; “Trabalhando leituras, despertando valores”, com Magna A. F. Godinho (Folder do evento, 2011).

O Comitê PROLER Vale do Rio Grande atendeu nos três dias de evento 434 participantes nos minicursos e palestras e 1056 participantes do fórum.

Além disso, desenvolveu as seguintes atividades:

Trupes de Leitura (Clubes de Leitura) formação de leitores autônomos - crianças de 09 a 11 anos - de marco a novembro/2011 - Uberaba - MG - foram formados 26 clubes de leitura nas escolas com tempo integral da Rede municipal de Uberaba e atendemos cerca de 600 crianças e jovens em 20 escolas municipais. III Festival de Contadores de Histórias da Rede Municipal de Ensino de Uberaba -

Participação do comitê como parceiro na seleção dos candidatos e premiação com cessão de obras de literatura para a premiação dos contadores de histórias classificados - 05/10/2011 - Uberaba - MG. Formação Continuada em Serviço - promoção de atividades formativas e de incentivo à leitura junto aos profissionais da educação e pais e responsáveis desde a educação infantil até os anos finais do ensino médio. - Março a novembro de 2011. Uberaba - MG. Cerca de 250 pessoas. Era Uma Vez... Leitura, Artes e Artimanhas - V Encontro Regional de Leitura e Artes para crianças e jovens (PROLERZINHO) - 20 a 22/09/2011 Uberaba - MG Total Participantes: 1.823 pessoas - Crianças e jovens: 1.482 - Adultos: 341. Biblioteca PROLER Vale Rio Grande - Pescando Leitores - Projeto Leitura no Parque das Acácias - início das atividades - 12/10/2011 - Uberaba - MG. Em fase de reestruturação final do espaço. Com possibilidade de treinamento de profissionais agentes de leitura pelo projeto Leitura e Cidadania. Projeto "Práticas de leitura: formação continuada de professores da rede pública do Triângulo Mineiro", vinculado ao programa do Governo Federal (MEC) "Mais Leitura - Capacitação de Mediadores", com o apoio do Comitê PROLER Vale Rio Grande. Este projeto acontece em duas etapas: 1ª em 2011 - Seminário Inaugural, que aconteceu no dia 03 de dezembro de 2011, com a participação de diversos convidados (ULHOA, 2012, p. 3-4).

A iniciativa dos Fóruns permitiu a participação de importantes parcerias com convidados influentes da área política e da leitura, o que fez crescer, a cada ano, o número de interessados em participar das discussões, reflexões, palestras, oficinas, mesas redondas e minicursos sobre os diferentes temas em torno da leitura e das Políticas Públicas de leitura nos dias do evento, chegando a atender 1490 participantes em 2011.

O ano de 2012 representa uma data muito importante para o Comitê PROLER Vale do Rio Grande, pois são comemorados 15 anos de experiências em prol da leitura no município e cidades que compõem o Comitê. E o XV Encontro Regional do PROLER não poderia trazer um tema mais adequado, "PROLER Vale Rio Grande - 15 anos de compromisso com a Leitura". O encontro foi acompanhado pelo III Fórum Regional sobre Políticas Públicas para o Livro e a Leitura, com o tema Memória, Atuação e Projeção - Uma Reflexão sobre os 20 anos do PROLER Nacional.

O evento contou com a presença da coordenadora nacional do PROLER/FBN/MinC, Carmem Pimentel, que falou sobre a temática do fórum, os 20 anos do PROLER nacional. Comemorando também os 15 anos do PROLER Regional, a conferência de abertura discutiu sobre os avanços e desafios do projeto na cidade e região, para falar sobre o assunto contou com a sua representante mais

direta no município, a coordenadora do Comitê Regional, Tânia Cristina Fígaro Ulhoa.

Durante o evento foram atendidos 225 participantes com 09 minicursos ofertados, 1800 pessoas nas palestras e mesas redondas e 1200 participantes no fórum realizado no último dia do evento.

Os minicursos ofertados foram: “Laços de afeto entre criança e livros”, por Darci Bosco; “Educação Ambiental transformadora: uma leitura necessária sobre sustentabilidade na escola”, por Cibele C. Resende; “Um pequeno tratado de brinquedos para meninos quietos”, por Selma Maria; “A prosa poética na literatura para crianças e jovens”, por Ricardo Benevides; “Escola e biblioteca: espaços e formação do leitor”, por Lúcia H. Maroto; “Entendeu a leitura ou quer que eu desenho?”, por André Neves; “Leitura do cordel sob a perspectiva do gênero”, por João Bosco B. Bonfim; “Adolescência: O “Era uma vez” passou; e, agora, a leitura literária?”, por Nilza Consuelo A. Pinheiro; “Restauração de livros”, por Maria das Graças da Silva e Cristina G. Rosa Veloso (Folder do evento 2012).

Outras atividades foram desenvolvidas sob a coordenação do Comitê ainda no ano de 2012:

Curso de Aperfeiçoamento (carga horária de 120h) acontece no período de março a junho e agosto a outubro de 2012. O curso e o seminário são gratuitos, financiados pela parceria Governo Federal (MEC) e Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) tendo como principal apoio na sua articulação, divulgação o Comitê Regional do PROLER Vale Rio Grande e fundamentação teórica nas diretrizes e vertentes do PROLER Nacional. Trupes de Leitura (Clubes de Leitura) formação de leitores autônomos - crianças de 09 a 11 anos - de março a novembro/2012 - Uberaba/MG - e atendimento a 631 crianças e jovens, com 28 clubes de leitura formados, 49 professores atuantes em 21 escolas municipais. Era Uma Vez... Leitura, Artes e Artimanhas - VI Encontro Regional de Leitura e Artes para crianças e jovens (PROLERZINHO) - 25 a 27/09/2012 Uberaba - MG. Biblioteca PROLER Vale Rio Grande - Pescando Leitores - Projeto Leitura no Parque das Acácias - Uberaba - MG. Em fase de reestruturação final do espaço físico e aguardando o acervo do projeto Fome de Livro, captados pelo comitê em edital específico para bibliotecas comunitárias. Aguarda ainda, a possibilidade de treinamento de profissionais agentes de leitura pelo projeto Leitura e Cidadania. Implantação da Biblioteca Comunitária PROLER do CEMEA Abadia, em Uberaba, 2º semestre/2012. Aguardando o Ministério da Cultura liberar os recursos materiais e financeiros para dar andamento na implantação. VI Seminário Regional de Leitura: I Seminário Regional de Leitura de Sacramento, em Sacramento, realizado no dia 01 de novembro. Atendimento a

cerca de 280 educadores e demais interessados. Implantação do Plano Municipal do Livro e Leitura de Uberaba. Participação da Coordenadora do Comitê nas reuniões do Conselho Consultivo PROLER/Casa da Leitura /FBN, representando os comitês indicada pela região Sudeste (ULHOA, 2012, p. 4-5).

Salientamos que, além das ações do Comitê aludidas, em 2012 uma ação significativa para o prosseguimento do Comitê na cidade de Uberaba foi a assinatura do Termo de Parceria entre a Fundação Biblioteca Nacional e a Prefeitura Municipal de Uberaba, 2012. Por meio do processo FBN nº 01430.000355/2008-67, constitui objeto do presente instrumento:

[...] o estabelecimento de ações conjuntas na implantação de planos e programas voltados para a promoção e incentivo à leitura, em favor da educação para todos, com a finalidade precípua de desenvolver o Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER (MinC 2012, p. 1).

A partir da data de assinatura do referido Termo de Parceria, o Comitê PROLER Vale do Rio Grande vigorará por mais quatro anos, podendo ainda ser prorrogado, por acordo entre as partes, por meio de um Termo Aditivo, previamente solicitado e devidamente justificado.

No ano de comemoração dos 15 anos do Comitê do PROLER no município de Uberaba foi possível analisar e refletir sobre os avanços e desafios do Comitê, o que chamou a atenção de um público bastante expressivo, em relação aos outros encontros anuais, demonstrando grande interesse tanto da coordenação quanto dos envolvidos/beneficiados em compreender melhor sobre o programa e aprimorar as possíveis falhas.

A coordenadora do Comitê, professora Tânia Cristina Fígaro Ulhoa, afirmou que ao encerrar o ano de 2012 teve a certeza de que cumpriu com o Plano de Ação para o ano de 2012, confirmado pelos resultados alcançados de forma positiva e com o desejo de muitas ações a serem realizadas em prol da Leitura nos anos de 2013 a 2016 (ULHOA, 2012).

Destarte, é realizado em 2013 o XVI Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande, sob a temática “O livro e a leitura na era digital”. Já a conferência de abertura tratou sobre “Políticas Públicas para o Livro e a Leitura” e quem proferiu a palestra de abertura foi Rosália Guedes. Representante do Ministério da Cultura.

Rosália Guedes, participou do encontro e destacou que o PROLER representa um grande progresso para todos os municípios envolvidos, uma essencial ferramenta de trabalho para o incentivo à leitura. “Fico muito feliz quando vejo um anfiteatro lotado, cheio de pessoas que buscam o mesmo interesse, que é discutir Políticas Públicas para o livro e a leitura”. E parabenizou a administração municipal pelas ações de incentivo à leitura e à cultura desenvolvidas pelo Comitê (Disponível em: <http://www.jmonline.com.br>. Acesso em 03 jul.15).

Os 09 minicursos propostos pelo encontro foram: “Quando o livro conta a história”, com Tino Freitas; “Não desliga o celular!: aproveitando as mídias digitais em sala de aula”, com Carmen Pimentel; “Brincando com a palavra - por um letramento lúdico”, com Lenice Gomes; “Biblioterapia e arteterapia: lendo a alma, pintando os sentimentos”, com Graça Machado; “Olhos de ver, olhos de ler... imagens: um aprendizado do olhar”, com Heloísa Davino; “Multilinguagens das artes cênicas e audiovisuais”, com Kleider Risso; “Contar histórias - a arte que encanta”, com Ivani Magalhães; “Pelos caminhos da biblioteca escolar”, com Reni Tiago; “Estorinhas para ouvir - uma estratégia didática privilegiada”, com Enny Parejo; “Práticas inovadoras de leitura em ambiente digital”, com Acir Karwoski e Patrícia Borges (folder do evento 2013).

Até o ano de 2013 a escolha do tema para cada encontro anual ficava a critério e responsabilidade do MinC, depois deste ano, a escolha passou a ser a critério de cada comitê.

Assim, em 2014 o tema do XVII Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande foi “O livro e a leitura – por uma tecitura de ações leitoras”.

A conferência de abertura realizada foi ministrada pela Coordenadora Geral do Livro Leitura, Literatura e Bibliotecas – DLLL/ FBN/ Ministério da Cultura, Ana Cristina Dubeaux Dourado, com a temática: “Políticas Públicas para o Livro e a Leitura”.

Outras atividades importantes também fizeram parte desse encontro, como por exemplo: Palestra: “O Futuro da Educação já chegou: Literatura para crianças e jovens na Nuvem”, provida por Anna Claudia Ramos; Mesa redonda: Mediação em Leitura, tema 01: “História da Arte na escola”, com Edna Ande e Sueli Lemos e tema 02: “Poesia na Escola”, com Edith Chacon Theodoro; Palestra: “Literatura Infantil: uma paixão para ser cultivado”, ministrada por Claudio Fragata; Aula Espetáculo: “Corporeidade e Cultura: O respeito às tradições e à diversidade sociocultural na

articulação entre a leitura /escrita e o mundo”, por Kiusam Regina de Oliveira (Folder do evento, 2014).

E 05 oficinas, sendo elas divididas em: Oficina 1: “Literatura e Vida: a intertextualidade como ferramenta na produção de conhecimentos didático-pedagógicos”, com Kiusam Regina de Oliveira – (Diadema /SP) Ed. Peirópolis; Oficina2: “Literatura e Mídias em Convergência na Educação”, com Anna Claudia Ramos (Rio de Janeiro/RJ). Editora DCL; Oficina 3: “A Escrita Criativa na Escola”, com Claudio Fragata (São Paulo/SP) Editora DCL; Oficina 4: “História da Arte e a Arte da História”, com Edna Ande e Sueli Lemos (São Paulo/SP) Editora Callis; Oficina 5: “Poesia em Sala de Aula – uma estratégia para “leituras” e produção de textos”, com Edith Chacon Theodoro (São Paulo/SP) Editora Callis.

É importante destacar, nesse encontro, que as 5 Oficinas de Formação de Mediadores em Leitura promovidas, por se tratarem de momentos ricos de troca de experiências, pois foram ministradas por autores e educadores de renome nacional e internacional da área de leitura, literatura e educação.

Além dos encontros anuais promovidos pelo Comitê Regional Valle do Rio Grande, no município de Uberaba, projetos de caráter permanente são desenvolvidos, enquanto iniciativa e ações do PROLER para consolidar as práticas de leitura. São alguns desses projetos: Encontro Regional de Leituras e Artes para crianças e jovens do Vale Rio Grande (Prolerzinho), Leitura no Parque, Biblioteca Comunitária, Trupes de Leitura-Clube de Leitores Mirins, Encontros Regionais e Excursões Culturais.

O Encontro Regional de Leituras e Artes para crianças e jovens do Vale Rio Grande, mais conhecido como Prolerzinho, foi criado em 2007 e acontece uma vez ao ano, posteriormente a data do Encontro Regional. Esse encontro é destinado principalmente a crianças e jovens das escolas de Uberaba e região, com o objetivo de formar novos leitores e agentes mirins mediadores de leitura na família e na escola. Em seguida, algumas fotos para ilustrar as oficinas desenvolvidas pelo Comitê.



Fonte: ULHOA, 2012, p. 8-9. Prolerzinho - Oficinas Formação de Mediadores, professoras Darci Bosco e Cibele Resende. Anexos Relatório anual – 2012. Análise do funcionamento/ das ações do Comitê PROLER.

Os projetos Leitura no Parque e Biblioteca Comunitária desenvolvem atividades aliando leitura e sustentabilidade na educação pública municipal de Uberaba.

Imagine uma boa leitura aliada ao ar livre e muito verde! É justamente esta a proposta do Programa Integrado de Incentivo à Leitura no Parque – Verdetur, desenvolvido pelo Departamento Cultural da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no Parque das Acácias. A intenção é aliar os projetos desenvolvidos nas unidades escolares urbanas e rurais, que são atividades integradas de incentivo à leitura e à educação ambiental. O Verdetur vai proporcionar o contato dos alunos com a história e com a natureza no parque a partir de práticas de leitura e sustentabilidade ([http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo, 32400](http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,32400), acesso em 02 jul.15).

A ideia partiu das professoras Cibele Resende e Tânia Ulhoa (coordenadora do Comitê Regional do PROLER Vale do Rio Grande), com a finalidade de que os jovens e os educadores pudessem “conhecer e aplicar estratégias de como conservar os ambientes, reconhecer árvores e demais espécies da flora local, além de descobrir hábitos sobre animais que lá vivem” (<http://www.uberaba.mg.gov.br>. Acesso em 02 jul.15). Também, a contribuição da Biblioteca Comunitária tornou-se crucial para enlaçar as atividades e atingir os objetivos propostos pelo programa PROLER.

A parte literária acontece na Biblioteca Comunitária PROLER 'Pescando Leitores', que visa à formação do gosto e do hábito de ler dos participantes por meio da leitura, contação de histórias e produção de textos criativos. Os alunos compartilham suas opiniões acerca de suas vivências integradas à realidade, seja urbana ou rural. Fechando o circuito, haverá distribuição de livros aos alunos que, posteriormente, produzem na escola, um mural na biblioteca ou no pátio de suas instituições. Os alunos participantes, em geral, são integrantes do 'Agentes de Leitura' e 'Agentes Ambientais' dos Grupos de Liderança em Jornada Ampliada da Rede Municipal de Ensino (<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo>, 32400. Acesso em 02 jul.15).

A Biblioteca Comunitária é um espaço de leitura aberto ao público, no entanto, faz-se necessário o agendamento prévio, a sua sede é no Parque das Acácias Uberaba – MG, um espaço amplo, arejado, com diversidade de livros e de recursos para contação de histórias.

Abaixo, fotos da Biblioteca Comunitária Proler Pescando Leitores - Leitura no Parque das Acácias.



Fonte: ULHOA, 2012, p. 8-9. Biblioteca Comunitária Proler Pescando Leitores - Leitura no Parque das Acácias. Anexos Relatório anual – 2012. Análise do funcionamento/ das ações do Comitê PROLER.

Num espaço privilegiado da cidade de Uberaba, o parque possui uma área bem arborizada, com lago, muitos pássaros, ar puro, o que corrobora para momentos de muito prazer, alegria, brincadeiras e desenvolvimento.

Outro projeto que faz parte das ações do Comitê são as Trupes de Leitura, realizadas nas escolas que funcionam em tempo integral da Rede Municipal de Ensino de Uberaba, com vistas à formação do gosto e do hábito de ler na escola para os alunos das turmas de 09 (nove) e 10 (dez) anos. Proporcionando

democratização do acesso ao livro, fomento e execução de programas de dinamização de leitura e, ainda, a formação de promotores de ações leitoras.

Objetivo Geral: promover o incentivo à leitura autônoma, a partir da composição de grupos de alunos leitores em sistema de Trupes /Clubes de Leitura na escola.

Objetivos Específicos: desenvolver a autonomia de leitura nas crianças e jovens em ambiente escolar quanto à efetivação de ações de leitura e escrita criativa; estimular a leitura de obras literárias, a partir de grupos de alunos com a mediação de um professor; promover a implantação da cultura letrada com a realização de eventos culturais como apresentações artísticas, teatro, mini feiras de livros, pólo de difusão da leitura a partir do acervo existente nas escolas assistidas pela ação (ULHOA, 2012, p. 12-13).

A seguir, fotos da culminância do Projeto Trupes de Leitura 2012.



Fonte: ULHOA, 2012, p. 8. Culminância do Projeto Trupes de Leitura 2012. Anexos Relatório anual – 2012. Análise do funcionamento/ das ações do Comitê PROLER.

As Excursões Culturais acontecem sempre em parceria com a UNIPAC de Uberaba, quando são elaborados roteiros de viagens culturais para localidades e espaços onde a leitura, o livro, a literatura e as artes são o foco principal.

Um exemplo dessas viagens foi, em 2012, uma visita orientada a São Paulo para a Casa das Rosas, o Museu da Língua Portuguesa, o Theatro Municipal de São Paulo, o MASP.

Em seguida, fotos da Excursão Cultural 2012.



Fonte: ULHOA, 2012, p. 11; 14. Excursão Cultural 2012. Anexos Relatório anual – 2012. Análise do funcionamento/ das ações do Comitê PROLER.

Desse modo, muitas são as ações propostas pelo comitê do PROLER, o Comitê Vale do Rio Grande, o que o torna de grande importância tanto para o município sede e os municípios que compõem o comitê, quanto para o cenário PROLER nacional, pois em relação aos demais comitês, já que as atitudes e os objetivos dos atores políticos são fundamentais para o sucesso, permanência e continuidade, o Comitê Regional Vale do Rio Grande é um dos Comitês referência, servindo de modelo e orientando ações.

Porém, algumas arestas precisam ser aparadas para sua permanência e sustentação, como a necessidade de capacitar educadores leitores a partir da criação de centros de estudo de leitura, o que não acontece.

No entanto, uma medida que o Comitê pratica, quando há recursos disponíveis, é oferecer cursos de 120 horas na UFTM financiados pela Plataforma Freire e de 40 horas financiados pelo MinC.

Um dos pontos positivos é que a Biblioteca Pública Municipal Bernardo Guimarães como uma instituição pública com a finalidade de incentivar a leitura e a pesquisa, desenvolve a maioria de suas ações vinculadas e interligadas aos objetivos do PROLER, trabalhando em parceria.

Assim como, a fim de divulgar as ações do Comitê para o incentivo da leitura, o Comitê Regional do PROLER Vale do Rio Grande conta com a confecção de panfletos, banners, cartazes que são distribuídos no município de Uberaba e nas

idades que compõem o comitê. Além de todas as informações serem vinculadas no site da Prefeitura Municipal de Uberaba²⁰ e em programas de rádio e TV locais.

Frequentemente é a mídia que contribui para que seja atribuída relevância a um problema peculiar, sendo assim, é também a mídia um dos maiores, senão maior recurso para a divulgação de medidas, o enfrentamento e o combate a esse determinado problema. Como o PROLER é um programa que combate a falta ou a precariedade da prática da leitura, a sua divulgação deixa a desejar, porque é uma divulgação pontual, quando deveria ser mais expressiva.

Já para promover condições de acesso ao livro, a estratégia mais utilizada pelo Comitê Regional Vale do Rio Grande é a doação de livros recebidos, já que o repasse de recursos financeiros da União com a participação de estados e municípios é bastante escasso, sendo repassado direto ao prestador de serviço no caso, os palestristas, convidados, mas na maioria das vezes este é um trabalho sem remuneração ou custeado pelas parcerias, como a livraria Alternativa e as prefeituras que fazem parte do Comitê.

Por tudo isso, consideramos positiva a autonomia que o Comitê possui no âmbito da SEMEC no que concerne as ações de desenvolvimento de atividades vinculadas às escolas da rede municipal, principalmente, quanto a relação tempo/espço no calendário letivo incidir na organização de eventos, assim como, na livre divulgação e promoção da participação de todos os educadores nos eventos dos encontros anuais, contando como parte da formação continuada em serviço.

Assim, compreendemos que, um programa de Política Pública para ter continuidade precisa passar por critérios de avaliação que justifiquem a sua permanência e afirmem os resultados positivos na área de atuação. Nesse Comitê, essa avaliação é feita de forma bastante informal, por meio de formulários que os participantes dos encontros respondem sobre as oficinas, palestra e atividades desenvolvidas. Todos que participam reconhecem como positivas as ações do PROLER, principalmente, os encontros anuais. Mas, infelizmente, faltam registros, haja vista não serem formalizados os resultados dessas ações no Comitê.

Todavia algumas dificuldades são encontradas durante o percurso, afirma a coordenadora do Comitê em relatório enviado ao PROLER/MinC/FBN em 2012.

²⁰<http://www.uberaba.mg.gov.br>

A cada ano, com alterações de parcerias e integrantes, fica muito difícil fazer previsões inclusive dos recursos financeiros para o Plano de Ação do ano seguinte. Não há uma verba fixa anual para manutenção do comitê, nem por parte da FBN, nem por parte do órgão conveniado, no caso a PMU. Como não temos uma sede própria, não há um espaço adequado para arquivamento de documentos do comitê, isto dificulta sobremaneira a organização das ações, e que, por vezes, se confunde com as ações específicas da SEMEC/ PMU. Além disso, como não há detalhamento destes procedimentos e necessidades de infraestrutura no Termo de Convênio assinado com a FBN fica a critério do órgão conveniado ceder ou não as condições adequadas para o funcionamento do comitê, inclusive manter ou trocar o coordenador conforme seus interesses. Outro aspecto que dificulta inclusive a captação de recursos financeiros, materiais, humanos e a parte contábil é que o comitê não tem um CNPJ específico e aí as notas fiscais devem ser retiradas para ONGs ou por instituições integrantes complicando a realização das ações deste e sua posterior prestação de contas. Temos insistido numa melhoria neste sentido, mas tudo o que se refere a mais investimentos, há muita dificuldade (ULHOA, 2012, p. 6).

A duras penas existe uma cultura de participação fomentada pelo projeto. Quem conhece acredita e defende, como por exemplo: professores da UFTM, arte educadores, escritores, pedagogos, bibliotecários, como podemos observar quanto a participação nos encontros anuais do Comitê, mas na maioria observamos ser uma prática reservada quase que, exclusivamente, aqueles que estão com os pés no chão da escola.

Grande parte dessa participação também está vinculada ao fato de que o certificado de participação no Encontro Regional do PROLER contar pontos na avaliação de desempenho da rede municipal de educação, nos processos seletivos e concursos do município.

O Comitê do PROLER Vale do Rio Grande atende cerca de 30 escolas municipais e 32 Cemeis. Infelizmente, ainda não é disseminado nas escolas da rede estadual e particular. O que avaliamos como um ponto frágil quando se pensa num programa de Política Pública, pois, se é uma política e é pública, deveria atender a toda sociedade, sobretudo, a todas as escolas.

Pensando na política local, nas relações de poder tanto para a implementação quanto para o desenvolvimento do programa já que Uberaba é sede do Comitê Regional, o PROLER está inserido no Plano de Gestão do município, Programa Estruturante do Plano de Gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura esteve presente desde a minha infância, com as histórias contadas, o olhar atento a minha volta, a música e, também, com a literatura infantil pelos contos de fadas e as fábulas, mas somente depois de adulta é que percebi o quanto foi importante na minha vida.

Assim, saber ler e poder compreender tudo a nossa volta, podendo fazer conexões e inferências é indispensável para a vida em sociedade, o que torna a presença da leitura como uma prática sociocultural. A partir dela podemos conhecer, experimentar e desvendar o mundo pelo universo das múltiplas linguagens, usufruindo do processo de criação, recriação, explorando e potencializando o presente com a leitura do passado e as inferências sobre o futuro.

No entanto, sabemos que nem todas as crianças e jovens usufruem desses benefícios mesmo estando na escola, porque muitas vezes não tiveram um processo de ensino-aprendizagem da leitura consistente. Por isso, essa realidade em nosso contexto escolar passou a ser uma preocupação das autoridades que planejam ações por meio de Políticas Públicas para atacar, diminuir, quiçá dar conta de solucionar o problema.

Nesse sentido, conforme uma das estratégias do PNE 2014-2024, para atingir a Meta 7 que é “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir médias nacionais para o IDEB [...]” (PNE, 2014, p. 61), será:

7.33. promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e Plano Nacional de Educação 2014-2024 67 a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem (PNE, 2014, p. 67-67).

Considerando o hábito de ler como indispensável para o desenvolvimento da aprendizagem da leitura e da escrita, buscamos confirmar a necessidade da presença de um programa de Política Pública que desenvolve ações para o incentivo à leitura, refletindo sobre a sua importância no processo de ensino, como importante prática na escola. Ou seja, uma leitura que transforma os códigos em

interpretações e permite ao leitor ir além da decodificação, conseguindo interpretar o mundo de diferentes formas por meio da linguagem.

Como bons leitores, buscamos compreender o conceito de Políticas Públicas, para que, posteriormente, pudéssemos entender o histórico de Políticas Públicas educacionais, já que nosso objetivo foi analisar um programa dentro de uma Política Pública.

Foi necessário, então, fazer um estudo atento das Políticas Públicas educacionais de leitura presentes no Brasil, por se tratar de um programa que defende a prática da leitura, contribuindo para o melhor rendimento dos alunos nas escolas, favorecendo o crescimento intelectual e pessoal.

Porém, quando entendemos as nuances das Políticas Públicas no Brasil, em especial as educacionais, foi necessário reconhecer quem são esses leitores, como os brasileiros concebem a leitura, qual o acesso aos diferentes meios de leitura, se compreendem o que leem, em qual escala de prioridade a leitura se faz presente na vida pessoal, profissional e social das pessoas.

Assim, identificamos que o perfil do leitor no Brasil ampliou nosso olhar crítico sobre o papel do Estado tanto na elaboração de programas, campanhas e projetos, quanto na concretização e avaliação dos mesmos. E, dessa forma, pesquisar sobre as Políticas Públicas educacionais no Brasil norteou todo o desenvolvimento do trabalho, pois o desencadeamento dessas políticas incide diretamente no resultado das políticas de avaliação e, conseqüentemente no melhor desempenho dos alunos enquanto leitores proficientes.

Compreender o papel da leitura na sociedade torna-se cada vez mais presente nas pesquisas acadêmicas, todavia discorrer sobre um programa de Política Pública para a leitura implementado no país há 23 anos requereu muita pesquisa, estudo, cautela e ponderações.

Ao contextualizarmos o programa de Política Pública de leitura, PROLER, desde sua criação no Brasil em 1992, transitamos por sua história, sofremos com suas perdas e vibramos com seus avanços. A leitura nos propiciou enxergar além dos livros, por esse motivo, a cada nova reescrita, novos olhares, novos horizontes e novos ângulos de interpretação foram se descortinando a nossa frente. Mas uma coisa é certa, o que foi semeado com propriedade, nem o tempo será capaz de mudar.

Participar das atividades do PROLER em Uberaba, como educadora da Rede Pública Municipal de Ensino, foi meu primeiro contato com o programa, no entanto, ao conhecer o que é o programa, seus objetivos e seus entraves permitiu que eu desse maior valor àquela vivência.

Não se constrói uma sociedade leitora da noite para o dia, não atingimos notas positivas nas avaliações externas sem estudo e dedicação, e não se faz presente por 18 anos um Comitê que não esteja no caminho certo, desbravando obstáculos, com o firme propósito de persistir e acreditar nas possibilidades que a leitura pode oferecer a vida das pessoas, por isso a certeza do seu objetivo e compromisso com a sociedade. Esse compromisso que é do Comitê Regional PROLER Vale do Rio Grande com sede no município de Uberaba, que desde sua implementação em 1997, vem cumprindo seu papel, atendendo ao programa nacional e às necessidades locais. Com as pesquisas, foi possível conhecer de perto, que é o Comitê PROLER de Uberaba, quais as ações que ele desenvolve, quem são os seus beneficiários, quem o coordenada, o que o mantém ativo há 18 anos. E, ainda, analisar a atuação desse Comitê Regional na cidade de Uberaba entre os anos de 1997 a 2014, fazendo um percurso desde sua criação até o recorte final da pesquisa.

A princípio, almejávamos comprovar que havia grande impacto das ações do PROLER desenvolvidas no município nos resultados dos IDEBs das escolas parceiras do programa, no entanto, com o desenvolvimento da pesquisa e reflexões acerca da revisão bibliográfica, principalmente, sobre Políticas Públicas Educacionais e Avaliação de Programas, constatamos que não seria possível analisar diretamente os impactos do PROLER no IDEB das escolas do município de Uberaba. Por um lado por não estar inserido no Projeto Político Pedagógico das escolas da rede municipal; e, por outro lado, pela ausência de registros que comprovem em dados qualiquantitativos a contribuição do Programa na aprendizagem dos alunos.

Tal dificuldade justifica-se pelo fato de o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica ser calculado a partir de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações do Saeb e Prova Brasil.

Porém, é nítido o crescimento do IDEB no município (anexo 7) a partir do ano de 2007, ano em que o Comitê Regional Vale do Rio Grande se consolida e passa a

ser coordenado pela Secretaria Municipal de Educação. Superando a meta projetada para os anos de 2007, 2009, 2011 e 2013, o resultado obtido no município de Uberaba foi satisfatório.

Ao analisar esses dados, é possível relacionar as contribuições do PROLER com o aumento do IDEB no município, já que, ao incentivar a leitura, os alunos adquirem o hábito de ler, melhoram as competências e habilidades na compreensão, interpretação de textos, escrita, e isso influenciará positivamente em todas as outras áreas do saber.

Como apresentamos na descrição das ações do Comitê, a cada ano há uma porcentagem maior de adesão as atividades ofertadas pelo PROLER Uberaba por parte dos educadores, parceiros e alunos, o que contribui para a formação de maior número de mediadores de leitura, disseminando atitudes leitoras, sendo modelos capazes de formar leitores cada vez mais críticos e proficientes.

Com a realização desta pesquisa que, não foi um trabalho breve e nem simplista, mas de longa data e muito estudo, a partir dele e dos apontamentos que aqui se colocam, ousar, depois de conhecer os desafios, os entraves e os resultados, sugerir algumas ponderações que, no ponto de vista da pesquisadora, farão grande diferença, incidindo em impactos ainda mais relevantes para a educação e para a sociedade no que diz respeito à formação de leitores.

Um aspecto importante seria estender as ações para outros ambientes da sociedade, não ficando apenas voltado para a formação de professores mediadores, mas de agentes de leitura que possam desenvolver atividades em todos os âmbitos sociais, como em praças, hospitais, asilos, presídios, bancos, entre outros. E, para isso, faz-se necessário maiores investimentos para a aquisição de materiais, principalmente, de livros. Esses investimentos deveriam vir dos dois ministérios, da Cultura e da Educação, de parcerias com empresários e indústrias de pequeno e médio porte, além de envolver toda a sociedade civil.

Outra perspectiva seria criar vínculos com as escolas da rede estadual e particular para que participem ativamente das ações desenvolvidas pelo Comitê, expandindo a troca de informações e saberes que muito contribuem para enriquecer as práticas pedagógicas, resultando em elevação da qualidade e equidade da educação ofertada pelas escolas, já que se trata de um programa de Política Pública e por isso deveria ser inserido em todas as instituições de ensino.

Também, propor a criação de uma equipe de trabalho com sede própria para o Comitê Regional Vale do Rio Grande, podendo assim ter maior controle dos registros, acompanhamento e avaliação do programa, ampliando a rede de sementeiras em prol da leitura.

É importante destacar que, com as atividades do Observatório da Educação PROLER UNIUBE, que tem como objetivo a realização dessa pesquisa, já é possível perceber a colheita de alguns frutos, atitudes em favor da leitura, apoiando e acreditando na proposta do PROLER. O que sustenta a presença de pesquisas acadêmicas com o compromisso não somente de formação pessoal, mas também contribuindo para o desenvolvimento local e regional, particularmente, por tratar de um programa de Política Pública que desenvolve suas ações tanto no município sede do Comitê, quanto nas cidades vizinhas e aquelas que compõem o Comitê regional.

Um exemplo desses frutos é o que acontecerá a partir do ano de 2015, a obrigatoriedade das escolas da rede municipal de Uberaba registrarem nos Projetos Políticos Pedagógicos o Programa Nacional de Incentivo à Leitura, representado pelo Comitê Regional Vale do Rio Grande, propondo atividades que desenvolvam a proposta do PROLER de forma pedagógica, transformando-se em meta de atuação de todas as escolas.

E, em conformidade com PNE 2014-2024, o Plano Decenal Municipal de Educação (PDME: 2015/2024), lançado em 09/06/2015, a fim de atender uma exigência do Ministério da Educação (MEC) e nortear as políticas de educação para o município, possibilitando maior qualidade da educação básica nos próximos dez anos, com a apresentação de 18 metas e 218 estratégias. Dentre essas metas, merece destaque a Meta 18, por estar em acordo com o programa PROLER.

Criar, no primeiro ano de vigência deste PDME, o Sistema Municipal de Bibliotecas – SMB -, de forma a integrar a Biblioteca Pública Municipal com as demais bibliotecas públicas e as de instituições privadas, instituindo uma rede de bibliotecas, dando visibilidade aos acervos existentes no Município, aos quais os cidadãos poderão ter acesso permanente, visando ao aumento gradativo de 30% (trinta por cento), até o ano de 2020, do número de pessoas que frequentam as bibliotecas e praticam a leitura com as finalidades de informação, de estudo, pesquisa e de lazer (PDME, 2015).

Tratar a leitura como uma prática sociocultural importante para a sociedade, a partir da ampliação do acesso às várias linguagens, por meio da instituição de uma rede de bibliotecas no município, com certeza é mais um passo positivo do município frente as limitações causadas pela ausência do hábito de ler.

Enfim, com todas as pesquisas realizadas pelo Observatório acerca do PROLER, desde 2012, será possível contribuir para que outros profissionais, pesquisadores, educadores e pessoas interessadas pela leitura possam compreendê-lo como um programa integrante das Políticas Públicas do Livro e da Leitura, conhecendo a sua origem no Brasil, bem como as concepções e diretrizes que o norteiam, além da implementação do Comitê Regional Vale do Rio Grande, sua história e suas ações.

No entanto, é indiscutível que, com todas as pesquisas realizadas, se antes faltavam registros com informações que se fizeram necessárias para a realização deste, este trabalho se constitui, depois de concluído, como um arcabouço teórico valioso, por reunir, analisar, discutir e refletir sobre o PROLER em nosso município e, ainda, vislumbrando sugestões para a ampliação e a efetivação que esse programa necessita abranger em toda a sociedade, já que ele faz parte de uma Política Pública.

Sem a pretensão de acreditar que o assunto seja estanque e já esteja concluso, pois a leitura constitui-se um grande desafio aos educadores e a todo momento novas alternativas surgem como perspectiva de resolução das dificuldades apresentadas, tanto na formação dos educadores, quanto na aprendizagem dos alunos, esperamos que esta pesquisa se consolide como ponto de partida para novas abordagens, análises e reflexões.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny, **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1997.

ANTUNES, Irlandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da Linguagem**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BELO, André. **História & livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 75).

BERENBLUM, Andréa. **Por uma política de formação de leitores**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992**. Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 maio 1992. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/113527/decreto-519-92>>. Acesso em 21 ago.13.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado, 1997.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 3. ed. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Vol. 1, 2 e 3. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2010.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional. **Programa Nacional de Incentivo à Leitura**. PROLER: concepção diretrizes e ações - 10 anos: 1992-2002.

BRASIL. Biblioteca Nacional. **Anais da Biblioteca Nacional**. – Vol. 1 (1876). – Rio de Janeiro: A Biblioteca, 2009.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em 09 ago.14.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras / Secretaria de Educação Básica**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Censo Escolar. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em 21 jan.15.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação — PDE**. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/legislacao/leg_i.asp>. Acesso em 30 jan.15.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/como-o-ideb-e-calculado>>. Acesso em 01 fev.15.

BRASIL. **Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 01 fev.15.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 12244**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Lei/L12244.htm>. Acesso em 24 mar.15.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério**. Disponível em: <mec.gov.br/sef/Fundef>. Acesso em 08 fev.15.

BRASIL. **INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 05 jun.14.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol.1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 319-329.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**, a metáfora da condição humana. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CÂNDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: _____. Vários escritos, 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

_____. **Casa da Leitura**. Presença de uma ação. Programa Nacional de Incentivo à Leitura/ Fundação Biblioteca Nacional / Ministério da Cultura, 2009.

CASANOVA, Marta Z. de. **Biblioteca Pública Municipal Bernardo Guimarães – Evolução Histórica: 1909/2009**. Um século de Cultura. Uberaba, MG: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2009.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

COUTINHO, Afrânio. **Notas de teoria literária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COUTINHO, Afrânio. **Notas de teoria literária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

CUNHA, Luiz. Antonio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: Flacso do Brasil, 1991.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. 6ª Edição, Campina, SP: Autores Associados, 1999.

FAILLA, Z. (Org.). **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. 22 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo. Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo - **A construção social da leitura**. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, nº 5. Brasília, março de 2000, pp. 5-7.

GÓES, Lucia Pimentel. **A aventura da Literatura para crianças**. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

INEP – **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Busca no sítio do Inep. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em 05 jun.14.

KLEIMAN, A. **Leitura: ensino e pesquisa**. Campinas, S. Paulo, 2004.

LAJOLO, M. (1994), **Do Mundo da Leitura para a Leitura do Mundo**. Educação em Ação. Campo Grande. África, 1960.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LASSWELL, Harold. **Politics: who gets what, when, and how** (Cleveland: Meridian Books, 1936).

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. 2ª edição.

LIVRO, Política Nacional do. **Lei nº 10.753**, de 30 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm>. Acesso em 20 jan.15.

LOWI, Theodore J. American Business, Public Policy, Case Studies, and Political Theory. **World Politics**, n. 16, jul., 1964, p. 677-715.

LYONS, Martyn; LEAHY, Cyana. **A palavra impressa: histórias de leitura no século XIX**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

MARQUES, Mara Rúbia Alves; SILVA, Maria Vieira. **LDB: Balanços e Perspectivas para a educação brasileira**. Campinas, SP: Alinea, 2012, 2ª edição.

MATÊNCIO, Maria de Lourdes Meirelles. **Leitura, produção de textos e a escola: reflexões sobre o processo de letramento**. Campinas: Mercado de Letras/Autores Associados, 1994.

MEC, MinC. **Plano nacional do livro e leitura**. Brasília: MEC, MinC, 2007.

_____. **Ministério da Educação.** Parâmetros curriculares Nacionais do Ensino Médio. - Brasília: MEC, 2000. Disponível em: Acesso em: 18 jan. 2012.

NACKED, Ivani. **Instituto Brasil Leitor.** Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br>>. Acesso em 24 mar.15.

NASPOLINI, Ana Tereza. **Didática de português:** tijolo por tijolo: leitura e produção escrita. São Paulo: FTD, 1996.

NUNES, José Horta. **Formação do leitor brasileiro:** imaginário da leitura no Brasil-Colonial. Campinas: Unicamp, 1994.

_____. **O Ensino Superior Brasileiro:** Desafios e Perspectivas Diante da Flexibilização (1995-2001). Disponível em: <<file:///D:/Users/Sony%20Vai/Downloads/348-1209-1-PB.pdf>>. Acesso em 12 jan.15.

_____. **Para formar leitores e cidadãos** - entrevista com Eliana Yunes. Disponível em: <<http://www.blogacesso.com.br/?p=4953>>. Acesso em 08 fev.15.

PELLEGRINI, Stella de Moraes. **História e Memória do Proler (1992-1996):** Uma experiência Instituinte de Leitura. 2010. 415 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Departamento de Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Periodização da Literatura Portuguesa.** Disponível em: <<http://www.colegioweb.com.br/introducao/periodizacao-da-literatura-portuguesa>>. Acesso em 20 mar.15.

PESSOA, Fernando. **Heróstrato e a Busca da Imortalidade.** (Richard Zenith, ed.). Lisboa: Assírio & Alvim, 2000.

PLANO Nacional do Livro e Leitura. **Publicação do Caderno do PNLL.** Edição Atualizada 2010. Supervisão Geral de José Castilho Marques Neto e Coordenação Executiva de Luciana do Vale. Brasília, DF, 2010.

PNBE na escola: **literatura fora da caixa** / Ministério da Educação; elaborada pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Universidade Federal de Minas Gerais. – [Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014].

PROLER. **Programa Nacional de Incentivo a Leitura.** Disponível em: <<http://catalogos.bn.br/proler/Proler.htm>>. Acesso em 01 fev.15.

PROLER. III Encontro Nacional. **Avaliação, Perspectivas**. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Incentivo à Leitura/ Fundação Biblioteca Nacional / Ministério da Cultura, 1996.

_____. **PROLER: concepções diretrizes e ações**. Programa Nacional de Incentivo à Leitura/ Fundação Biblioteca Nacional / Ministério da Cultura, 2009.

PRÓ-LIVRO, Instituto. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br>>. Acesso em 02 jun.14.

RIVERO, Sérgio. **Folha da Casa da Leitura**. Agosto de 1995. Ano II, nº 12.

ROUANET , **Lei. nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em 02 jun.14.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar?: Como avaliar?: Critérios e instrumentos**. 3ª Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Anotações para uma história da leitura**. MARQUES NETO, José Castilho (org.). PNLL: textos e história. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por Uma Outra Política Educacional**. 2. ed.. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova LDB**. Limites e perspectivas. In: "A Nova Lei da Educação: LDB - Trajetória, Limites e Perspectivas. São Paulo. Ed. Autores Associados, 1999.

Site do Ministério da Cultura. Disponível em: <www.cultura.gov.br>. Acesso em 01 de dez. de 2014.

Site da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <www.fbn.gov.br>. Acesso em 20 de jan. de 2014.

Site do Ministério da Educação – MEC. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em 01 de dez. de 2014.

Site Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Disponível em: <www.fnde.gov.br>. Acesso em 08 fev.15.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOUZA, Celina. "**Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa**", Caderno CRH 39: 11-24. 2003.

STEINBERGER, Peter. J. Typologies of Public Policy. In: THEODOULOU, Stella Z.; CAHN, Matthew A. **Public Policy: The Essential Readings**. 2. ed. Boston: Pearson, 2013, p. 144-151.

THEODOULOU, Stella Z.; CAHN, Matthew A. **Public Policy: The Essential Readings**. 2. ed. Boston: Pearson, 2013.

UBERABA, Prefeitura Municipal de. **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. Disponível em: < <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,408>>. Acesso em 02 nov.14.

UCHIMURA, Kátia Yumi; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. **Qualidade e subjetividade na avaliação de programas e serviços em saúde**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18(6): 1561-1569, nov-dez, 2002.

ULHOA, Tânia Cristina Fígaro. **Relatório/Breve histórico do PROLER Vale do Rio Grande - Uberaba MG, 2007 a 2012**. SEMEC 2012.

VIEIRA, Sofia Lerche; FREITAS, Isabel Maria Sabino de. **Política educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília, DF: Plano Editora, 2003.

YVOTSKY, Lev. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Trad. José Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WHORTEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de programas: concepções e práticas**. São Paulo: Gente, 2004.

YUNES, Eliana. Apresentação. In: **Tecendo um leitor: uma rede de fios cruzados**. Curitiba: Aymar, 2009, p.9.

YUNES, Eliana. **Ação Programática do Proler**. FNB, 1995.

YUNES, E. **Era uma vez a leitura...** In: MARQUES NETO, J. C. (Org.). PNLL: textos e história. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

_____. **7º Concurso FNLIJ Os Melhores Programas de Incentivo à Leitura junto a Crianças e Jovens de todo o Brasil / Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER**. Disponível em: <http://www.fnlij.org.br/site/images/documentos/concursos-melhores_programas-resumos_vencedores_07o_concurso_mpil.pdf>. Acesso em 30 jun.15.

ANEXOS

ANEXO 1

Decreto Nº 519, de 13 de maio de 1992.

ANEXO 2

Casa da Leitura, sede do PROLER em 1993.

ANEXO 3

Publicações, Módulos e Encontros do PROLER (1992, 1993, 1994, 2002).

ANEXO 4

Termos de parceria Comitê PROLER:

Cadastro Coordenador;

Cadastro da Entidade;

Cadastro Colaboradores e Entidades Parceiras.

ANEXO 5

Termo de Parceria entre a Fundação Biblioteca Nacional e a Prefeitura Municipal de Uberaba, 2012. Processo FBN nº 01430.000355/2008-67

ANEXO 6

Folder do X Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande;

Folder do XII Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande;

Folder do XIII Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande;

Folder do XIV Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande;

Folder do XV Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande;

Folder do XVI Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande;

Folder do XVII Encontro Regional do PROLER Vale do Rio Grande.

ANEXO 7

Resultados e Metas IDEB – Município de Uberaba, MG.



Presidência da República
Casa Civil
 Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 519, DE 13 DE MAIO DE 1992.

Institui O Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, e de acordo com o disposto no art. 23, inciso V, da Constituição, e nos arts. 10 da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e 2º, inciso III, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990.

DECRETA:

~~Art. 1º Fica instituído, junto à Fundação Biblioteca Nacional, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER.~~

Art. 1º Fica instituído, junto ao Ministério da Cultura, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER. ([Redação dada pelo Decreto nº 8.297, de 2014](#))

Art. 2º Constituem objetivos do PROLER:

- I - promover o interesse nacional pelo hábito da leitura;
- II - estruturar uma rede de projetos capaz de consolidar, em caráter permanente, práticas leitoras;
- III - criar condições de acesso ao livro.

Art. 3º O PROLER desenvolver-se-á a partir dos seguintes mecanismos:

- I - instalação de centros de estudos de leitura, para capacitar e formar educadores por meio de familiarização com o livro e a biblioteca;
- II - dinamização de salas de leitura, mediante supervisão de atividades e distribuição de materiais com sugestões de promoções;
- III - consolidação da liderança das bibliotecas públicas, visando à integração de ações que incentivem o gosto pela leitura;
- IV - provisão de espaços de leitura, abertos regularmente ao público;
- V - promoção e divulgação de medidas incentivadoras do hábito da leitura;
- VI - utilização dos meios de comunicação de massa, para incentivo à leitura.

~~Art. 4º Constituem receitas da Fundação Biblioteca Nacional, destinadas ao PROLER:~~

Art. 4º Constituem receitas do Ministério da Cultura destinadas ao PROLER: ([Redação dada pelo Decreto nº 8.297, de 2014](#))

- I - recursos do orçamento da União;
- II - doações e contribuições nacionais e internacionais;
- III - participação financeira dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

~~Art. 5º O PROLER será dirigido pelo Presidente da Fundação Biblioteca Nacional, cabendo-lhe:~~

Art. 5º O PROLER será dirigido pelo Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, cabendo-lhe: ([Redação dada pelo Decreto nº 8.297, de 2014](#))

- I - gerir os seus recursos financeiros na forma da lei;
- II - celebrar convênios com instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais, para a execução dos seus programas;
- III - firmar contratos de prestação de serviços, visando ao desenvolvimento de projetos a ele vinculados.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de maio de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

FERNANDO COLLOR
Célio Borja

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 14.5.1992

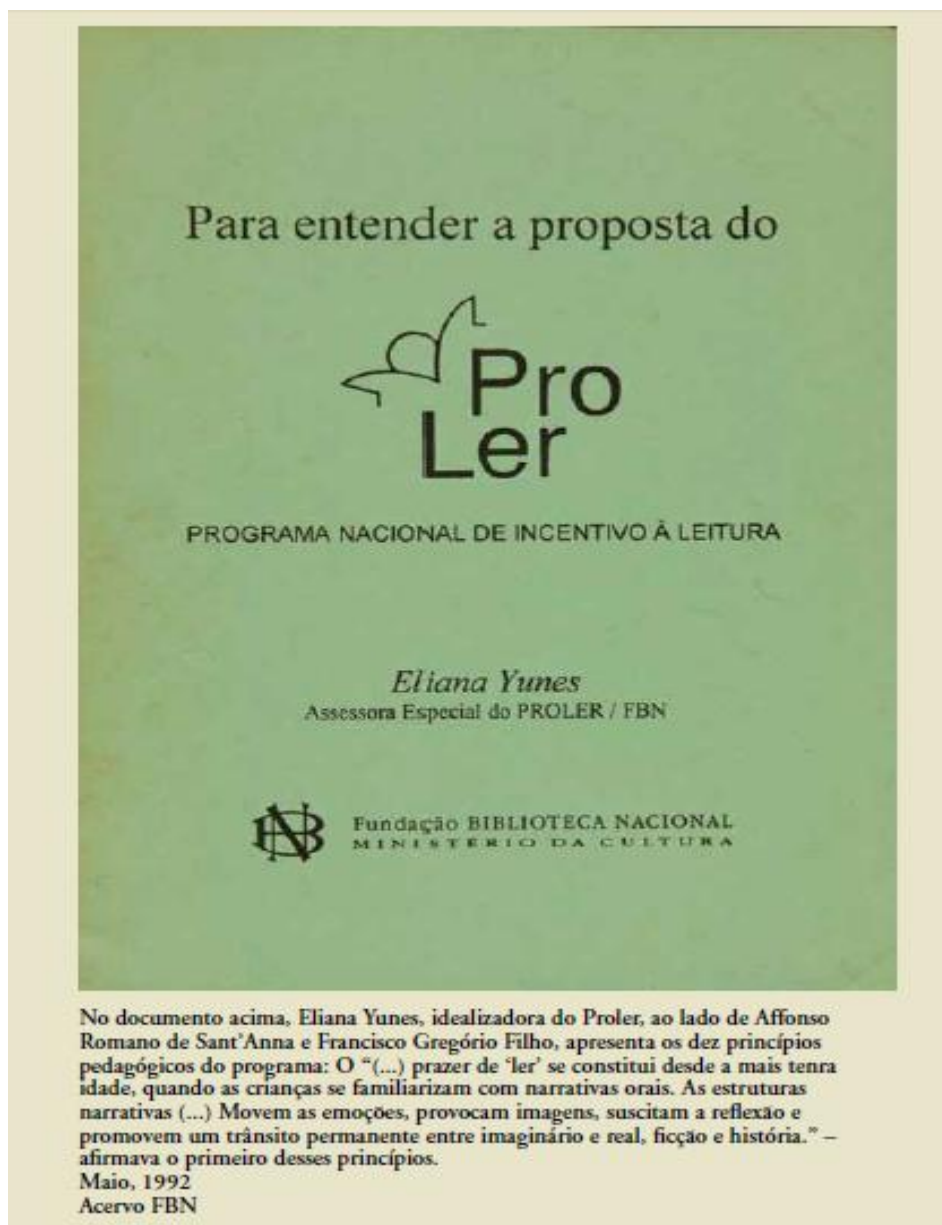


A existência em cada município de espaços adequados, ou mesmo exclusivos, para a leitura, com acervo especial, é uma das propostas do Proler. Em agosto de 1993, o programa inaugurou sua sede, a Casa da Leitura, na Rua Pereira da Silva, em Laranjeiras no Rio de Janeiro.

Foto: Osório Mendes

Acervo FBN

Fonte: Anais da Biblioteca Nacional, 2009.



Fonte: Anais da Biblioteca Nacional, 2009.

Valorizar a oralidade e recuperar a cultura das minorias étnicas e sociais eram também objetivos do Proler, como neste programa da série "Contação de Histórias", transmitida semanalmente pela Rádio MEC, no Rio de Janeiro. Francisco Gregório entrevista o índio Siaw Kaxinawa, que conta histórias de seu povo. Rio de Janeiro, 1994 *circa*. Foto: autor desconhecido
Acervo Cátedra Unesco de Leitura – PUC - Rio.



Buscando uma nova 'relação amorosa' com a leitura, o Proler optou pelos textos literários, mais capazes de mobilizar a inteligência e a afetividade. Grupo de contadores de histórias em ação na Casa da Leitura. 1993. Acervo Cátedra Unesco de Leitura – PUC - Rio. Foto: Lúcia Antabi



Além de oficinas de leitura e contação de histórias, o Proler criou 'espaços teóricos', como conferências, seminários, mesas e painéis, com a participação de especialistas de diversas áreas". Na foto, trupe do programa em Campo Grande (MS), integrada por bibliotecárias, professores, escritores e artistas. A partir da esq., Júlio Diniz, Gregório Filho, Vera Varela, Nanci Nóbrega, Amir Haddad, Joel Rufino, Marli Amarília, Tania Rösing, Glória Kirineu e Rê Fernandes; agachadas, Marina Colassanti, Eliana Yunes, Maria Lúcia Martins e Marília Mendes. S.d.

Acervo Cátedra Unesco de Leitura – PUC - Rio.

Foto: autor desconhecido



"A formação de recursos humanos (...), processo continuado e sistemático a se desdobrar em atualização permanente e que carece de um impulso longo (...)" - Nanci Nóbrega, Júlio Diniz, Francisco Gregório e Eliane Yunes com Tania Rösing, coordenadora do Proler em Passo Fundo (RS) e da Jornada Nacional de Literatura, ainda hoje realizada anualmente naquela cidade, no lançamento do livro *Leitura e animação: repensando a escola*. 2002.

Foto: autor desconhecido

Acervo Cátedra Unesco de Leitura – PUC - Rio



“(…) sendo a leitura percebida como prática de vida, ela não pode estar confinada às aulas de língua e literatura e deve percorrer todo o espaço da aprendizagem, da história à matemática, da ciência à filosofia.” – outro dos princípios pedagógicos traçados para o Proler. Numa praça pública de Campo Grande (MS), o músico e professor de Letras Sílvio Carvalho, da Universidade Estadual da Bahia, coordena roda com mediadores de leitura. 1994.

Foto: autor desconhecido
Acervo Sílvio Carvalho

Fonte: Anais da Biblioteca Nacional, 2009.



“[o leitor] se transformará em agente de promoção da leitura no seu espaço de convivência: escola, trabalho, família, comunidade. Para isto é dada especial atenção ao processo que vai de sua sensibilização à sua capacitação como promotor de leitura e produtor de textos.” Na Casa da Leitura, Mônica Coronel, assessora de imprensa e também mediadora de leitura, participa de oficina com crianças e professores de uma escola municipal do Rio de Janeiro.

Foto: autor desconhecido
Acervo FBN

“(…) os encontros de capacitação têm por objetivo o exercício de aprofundamento teórico-prático e a ampliação dos recursos para os agentes de leitura nas áreas de abrangência geográfica do núcleo local formado em torno do PROLER.” Reunião do Comitê do Proler com mediadores de leitura em Caritiba.

Foto: autor desconhecido
Acervo Sílvio Carvalho



Fonte: Anais da Biblioteca Nacional, 2009.

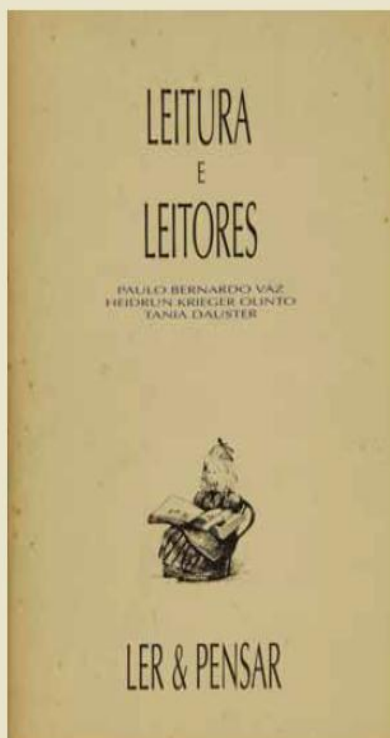


A experiência e sugestões de grandes escritores e especialistas balizaram a implantação do Proler. A foto registra o encontro, na Casa da Leitura, do escritor uruguaio Eduardo Galeano com os coordenadores nacionais do Proler.

Foto: autor desconhecido

Acervo Cátedra Unesco de Leitura – PUC - Rio

Fonte: Anais da Biblioteca Nacional, 2009.



Coleção Ler & pensar, um dos primeiros materiais pedagógicos e de reflexão sobre a leitura preparados pelo Proler. Nestes volumes, o tema *Leitura e leitores* e as resoluções das *Reuniões internacionais de políticas nacionais de leitura*.

Acervo FBN

Fonte: Anais da Biblioteca Nacional, 2009.



Cadastro Coordenador

Nome do Comitê:

Dados da Coordenação

Nome do(a) Coordenador(a):

CPF:

Endereço:

Município:

UF:

CEP:

Telefones:

Email:

Formação Acadêmica

Grau de Instrução:

Área de Formação:

Mini Currículo:

Local/Data:

Assinatura: _____

Coordenação de Leitura - COL

Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas - DULLS

SCS 09, Lote "C", Torre "B", 12º andar - Ed. Parque Cívico CEP: 70306-200 - Brasília/DF

PNLL Plano Nacional
do Livro e Leitura

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



Cadastro Entidade

Nome da Entidade: _____

Dados da Entidade

CNPJ: _____
Nome do Dirigente: _____
Endereço: _____
Município: _____ **UF:** _____ **CEP:** _____
Telefones: _____
Email: _____

Dados Coordenação

Coordenador (a): _____
Telefones: _____
Email: _____

Área de Abrangência: *(descrição das cidades, bairros e regiões)*

Tipos de atividades desenvolvidas pela entidade na área de livro e leitura:

Local/Data: _____









Assinatura: _____

Coordenação de Leitura - COL
 Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas - DILLB
 SCS 09, Lote "C", Torre "B", 12º andar - Ed. Parque Cidade/CEP: 70506-200 - Brasília/DF

PNLL Plano Nacional
do Livro e Leitura

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

			
Cadastro de Colaboradores e Entidades Parceiras			
Dados de Colaboradores (Pessoa Física)		Dados de Entidade Parceira (Pessoa Jurídica)	
Nome do Colaborador (a): Cargo/Função no Comitê: Área de formação: CPF: Telefones: Email:		Nome da Entidade: Área de Atuação: Participação no Comitê: CNPJ: Endereço:	
Nome do Colaborador (a): Cargo/Função no Comitê: Área de formação: CPF: Telefones: Email:		Município: UF: CEP: Telefones: Email: Pessoa de contato:	
Nome do Colaborador (a): Cargo/Função no Comitê: Área de formação: CPF: Telefones: Email:		Nome da Entidade: Área de Atuação: Participação no Comitê: CNPJ: Endereço:	
Nome do Colaborador (a): Cargo/Função no Comitê: Área de formação: CPF: Telefones: Email:		Município: UF: CEP: Telefones: Email: Pessoa de contato:	
Nome do Colaborador (a): Cargo/Função no Comitê: Área de formação: CPF: Telefones: Email:		Nome da Entidade: Área de Atuação: Participação no Comitê: CNPJ: Endereço:	
		Município: UF: CEP: Telefones: Email: Pessoa de contato:	
		Local/Data:	
		Assinatura: _____	
<small>Coordenação de Leitura - CL Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas - DULL 30309, Lote "C", Torre "B", 12º andar - Ed. Parque Cidade, CEP: 70308-300 - Brasília/DF</small>		<small>Coordenação de Leitura - CL Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas - DULL 30309, Lote "C", Torre "B", 12º andar - Ed. Parque Cidade, CEP: 70308-300 - Brasília/DF</small>	
  		  	

Fonte: <http://proler.culturadigital.br/como-criar-um-comite/>. Acesso em 20 jun.15.



MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

Processo FBN Nº 01430.000355/2008-67

TERMO DE PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL E A
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA, NA FORMA
ABAIXO.

A FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, pessoa jurídica de direito público, instituída nos termos da Lei nº 8.029/90, vinculada ao Ministério da Cultura, com sede na Av. Rio Branco nºs 219/239, Centro, Rio de Janeiro - RJ, a seguir denominada BN, inscrita no CNPJ sob o nº 40.176.679/0001-99, neste ato representada por sua Diretora Executiva, Sra. LOANA LAGOS MAIA, portadora da Carteira de Identidade nº 02964010-9-IFP/RJ, inscrita no CPF sob o nº 495.614.217-04, de um lado, e, de outro, a PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA, estabelecida na Avenida Dom Luís Maria de Santana, 141, Santa Marta - Uberaba/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.428.839/0001-90, a seguir denominada MUNICÍPIO, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. ANDERSON ADAUTO PEREIRA, portador da Carteira de Identidade nº 4.581.847-SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 303.069.086-00, resolvem celebrar o presente Termo de Parceria, que será regido pela legislação aplicável à matéria e, especialmente, pela Lei nº 8.666/93, bem assim pelas cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento, o estabelecimento de ações conjuntas na implementação de planos e programas voltados para a promoção e incentivo à leitura, em favor da educação para todos, com a finalidade precípua de desenvolver o Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

As atribuições e responsabilidades inerentes ao objeto deste instrumento são as seguintes:

I - DA BN

- a) definir e fazer cumprir diretrizes, estratégias e ações;
- b) assessorar tecnicamente o planejamento dos comitês vinculados ao PROLER para o desenvolvimento do Programa Nacional de Incentivo à Leitura;
- c) acompanhar e supervisionar o desenvolvimento das ações planejadas em parceria;
- d) integrar o Projeto da região à Rede Nacional de Leitura; e
- e) articular-se com outras entidades e organizações que possam apoiar o Programa.



II - DO MUNICÍPIO

- a) juntar-se, para o desenvolvimento de ações conjuntas, na concepção, diretrizes, estratégias e ações estabelecidas para o Programa Nacional de Incentivo à Leitura;
- b) responsabilizar-se pelo planejamento e execução das ações em nível regional;
- c) buscar recursos financeiros para o desenvolvimento do Programa, na sua região, inclusive, junto a patrocinadores;
- d) responsabilizar-se pela decisão política da implementação do Programa;
- e) favorecer e estimular a participação de vários segmentos da sociedade, universidades, prefeituras, secretarias de estado, empresas privadas e outras, nos trabalhos programados;
- f) disseminar, na região, as atividades de promoção da leitura; e
- g) constituir-se como parte integrante da Rede Nacional de Leitura.

III - DE AMBAS AS PARTES

- a) elaborar, em conjunto, plano de ação, acompanhamento e avaliação;
- b) divulgar, por meio de seus veículos de informação, todo o desdobramento do Programa;
- c) incentivar a formação continuada de professores e agentes de bibliotecas e de ações culturais como leitores e dinamizadores de ações de formação de novos leitores; e
- d) incentivar a criação e ampliação de bibliotecas públicas e escolares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES

As partes colocam à disposição deste instrumento, técnicos de seu quadro de pessoal, habilitados a participar de iniciativas-piloto em todas as atividades nele previstas.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento vigorará da data de sua assinatura, durante 04 (quatro) anos, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, desde que previamente solicitado e devidamente justificado, através do Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido caso ocorra situação ou motivo superveniente que impeça o cumprimento de seus objetivos, ou por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, ou ainda por interesse de qualquer uma das partes, desde que haja comunicação por escrito de uma parte à outra no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.



CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir as questões surgidas na execução do presente instrumento.


E, por estarem justas e acordes, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, forma e validade, na presença das testemunhas abaixo.

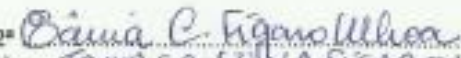
Rio de Janeiro, 09 de Novembro de 2012.


FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL


PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA

TESTEMUNHAS

1ª 
Nome Maira Demise P. Boscolo
RG M. 1028.856.557 MG
CPF 269.050.936.49

2ª 
Nome Tânia Crisina Figueiredo
RG M. 1696.958.557 MG
CPF 437.936.496.87





EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 053612 - 0/2012

Nº Processo 0430801003020 - Objeto: CPE - Contrato de aquisição e FPA e a AE (Serviço Consultoria e Matrizial Ltda) Total de R\$ 1.046.800,00 - Fundamento Legal: Art. 20º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. ...

EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 053612 - 0/2012

Nº Processo 0430801003025 - Objeto: CPE - Contrato de aquisição e FPA e a E (Serviço Consultoria e Matrizial Ltda) Total de R\$ 1.046.800,00 - Fundamento Legal: Art. 20º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. ...

EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 053612 - 0/2012

Nº Processo 0430801003026 - Objeto: CPE - Contrato de aquisição e FPA e a E (Serviço Consultoria e Matrizial Ltda) Total de R\$ 1.046.800,00 - Fundamento Legal: Art. 20º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. ...

EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 053612 - 0/2012

Nº Processo 0430801003029 - Objeto: CPE - Contrato de aquisição e FPA e a E (Serviço Consultoria e Matrizial Ltda) Total de R\$ 1.046.800,00 - Fundamento Legal: Art. 20º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. ...

EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 0632012 - 0/2012

Nº Processo 0430801003021 - Objeto: CPE - Contrato de aquisição e FPA e a E (Serviço Consultoria e Matrizial Ltda) Total de R\$ 1.046.800,00 - Fundamento Legal: Art. 20º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. ...

EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 0632012 - 0/2012

Nº Processo 0430801003024 - Objeto: CPE - Contrato de aquisição e FPA e a E (Serviço Consultoria e Matrizial Ltda) Total de R\$ 1.046.800,00 - Fundamento Legal: Art. 20º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. ...

EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 0632012 - 0/2012

Nº Processo 0430801003027 - Objeto: CPE - Contrato de aquisição e FPA e a E (Serviço Consultoria e Matrizial Ltda) Total de R\$ 1.046.800,00 - Fundamento Legal: Art. 20º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. ...

EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 0632012 - 0/2012

Nº Processo 0430801003028 - Objeto: CPE - Contrato de aquisição e FPA e a E (Serviço Consultoria e Matrizial Ltda) Total de R\$ 1.046.800,00 - Fundamento Legal: Art. 20º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. ...

EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 053612 - 0/2012

Nº Processo 0430801003020 - Objeto: ELIANE FERREIRA ALVES - Casa Adida Passagem Desportiva Unid. Total de R\$ 1.046.800,00 - Fundamento Legal: Art. 20º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. ...

EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 0632012 - 0/2012

Nº Processo 0430801003023 - Objeto: Passagem aerea de grupo Brasmair, que inclui regime flexivel, das atividades curriculares e extracurriculares de transporte e estadia do aluno e pagamento e hospedagem a viagens que incluem a participação em passeios de FPA, Total de R\$ 1.046.800,00. ...

EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 0632012 - 0/2012

Nº Processo 0430801003028 - Objeto: Expediente material com a criação e composição Livro Nogueira, curso para integração dos servidores públicos do evento Dia Nacional do Servidor, que será realizado no Terminal do Senac, São Francisco Xavier, Curitiba, Rio de Janeiro, RJ, dia 19 de novembro de 2012. ...

EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 0632012 - 0/2012

Nº Processo 0430801003029 - Objeto: Expediente material com a criação e composição Livro Nogueira, curso para integração dos servidores públicos do evento Dia Nacional do Servidor, que será realizado no Terminal do Senac, São Francisco Xavier, Curitiba, Rio de Janeiro, RJ, dia 19 de novembro de 2012. ...

EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 0632012 - 0/2012

Nº Processo 0430801003021 - Objeto: Expediente material com a criação e composição Livro Nogueira, curso para integração dos servidores públicos do evento Dia Nacional do Servidor, que será realizado no Terminal do Senac, São Francisco Xavier, Curitiba, Rio de Janeiro, RJ, dia 19 de novembro de 2012. ...

EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 0632012 - 0/2012

Nº Processo 0430801003024 - Objeto: Expediente material com a criação e composição Livro Nogueira, curso para integração dos servidores públicos do evento Dia Nacional do Servidor, que será realizado no Terminal do Senac, São Francisco Xavier, Curitiba, Rio de Janeiro, RJ, dia 19 de novembro de 2012. ...

EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 0632012 - 0/2012

Nº Processo 0430801003027 - Objeto: Expediente material com a criação e composição Livro Nogueira, curso para integração dos servidores públicos do evento Dia Nacional do Servidor, que será realizado no Terminal do Senac, São Francisco Xavier, Curitiba, Rio de Janeiro, RJ, dia 19 de novembro de 2012. ...

EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 0632012 - 0/2012

Nº Processo 0430801003028 - Objeto: Expediente material com a criação e composição Livro Nogueira, curso para integração dos servidores públicos do evento Dia Nacional do Servidor, que será realizado no Terminal do Senac, São Francisco Xavier, Curitiba, Rio de Janeiro, RJ, dia 19 de novembro de 2012. ...

Para Licitação 0001 - Fundamento Legal: Art. 20º, inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. ...

EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 0632012 - 0/2012

Nº Processo 0430801003029 - Objeto: Expediente material com a criação e composição Livro Nogueira, curso para integração dos servidores públicos do evento Dia Nacional do Servidor, que será realizado no Terminal do Senac, São Francisco Xavier, Curitiba, Rio de Janeiro, RJ, dia 19 de novembro de 2012. ...

EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 0632012 - 0/2012

Nº Processo 0430801003030 - Objeto: Expediente material com a criação e composição Livro Nogueira, curso para integração dos servidores públicos do evento Dia Nacional do Servidor, que será realizado no Terminal do Senac, São Francisco Xavier, Curitiba, Rio de Janeiro, RJ, dia 19 de novembro de 2012. ...

EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 0632012 - 0/2012

Nº Processo 0430801003031 - Objeto: Expediente material com a criação e composição Livro Nogueira, curso para integração dos servidores públicos do evento Dia Nacional do Servidor, que será realizado no Terminal do Senac, São Francisco Xavier, Curitiba, Rio de Janeiro, RJ, dia 19 de novembro de 2012. ...

EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 0632012 - 0/2012

Nº Processo 0430801003032 - Objeto: Expediente material com a criação e composição Livro Nogueira, curso para integração dos servidores públicos do evento Dia Nacional do Servidor, que será realizado no Terminal do Senac, São Francisco Xavier, Curitiba, Rio de Janeiro, RJ, dia 19 de novembro de 2012. ...

EDITO DE INSCRIÇÃO PARA LICITAÇÃO Nº 0632012 - 0/2012

Nº Processo 0430801003033 - Objeto: Expediente material com a criação e composição Livro Nogueira, curso para integração dos servidores públicos do evento Dia Nacional do Servidor, que será realizado no Terminal do Senac, São Francisco Xavier, Curitiba, Rio de Janeiro, RJ, dia 19 de novembro de 2012. ...

ANEXO Nº 1

Table with 2 columns: No. Bótem e/ou Descrição e Valor. Contains 33 items listing various services and their values.

Este Anexo pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.pc.org.br/licitacoes>, sob o código 0003/2012/000000

Documento assinado eletronicamente pelo(a) [nome], em 07 de dezembro de 2012, às 13:46:59.



Fonte: <http://resumodocenario.blogspot.com.br/2007/07/x-encontro-regional-do-proler-do-vale.html>.
Acesso em 02 jul.15.

INFORMAÇÕES:

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Uberaba-MG
Departamento Cultural (DEC)
Horário de atendimento: 8h às 17h
Fones: (34) 3318-0706 / 3318-0762

Site: www.uberaba.mg.gov.br/websemec
E-mail: prolevaleriogrande@uberabadigital.com.br
ou tania.uhoa@hotmail.com

INSCRIÇÕES:

25/05/2009 a 10/06/2009
(ou até o limite de 40 vagas por turma)

AQUISIÇÃO DO PASSAPORTE PARA A LEITURA

R\$ 10,00: 1 minicurso - Certificado de 14h
R\$ 20,00: 2 minicursos - Certificado de 24h
R\$ 30,00: 3 minicursos - Certificado de 36h

LOCAIS DE INSCRIÇÃO:

EM UBERABA:

- DEC /SEMEC – Av. Dom Luiz Maria de Santana, 141 - Bairro Santa Marta – (2ª a 6ª das 8h às 17h)
- LIVRARIA ALTERNATIVA CULTURAL/VIRTUAL – Rua Tristão de Castro, 24 - Centro - (2ª a sábado, no horário comercial)
Fone: 3333-6824

OUTRAS LOCALIDADES:

- MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO COMITÊ – Secretarias /Departamentos Municipais de Educação de cada cidade.
- OUTROS MUNICÍPIOS – Entrar em contato com o COMITÊ pelos telefones ou e-mails acima mencionados.

Realização /Promoção



Casa da Leitura
Comitê do PROLER Vale do Rio Grande-MG
Associação dos Municípios Vale Rio Grande/Amvale
Curso de Letras da Universidade Federal do Triângulo Mineiro/UFTM
Faculdade Unipac de Educação, Estudos Sociais e Ciências Jurídicas de Uberaba
Livraria Alternativa Cultural
Prefeitura Municipal de Água Comprida
Prefeitura Municipal de Campo Florido
Prefeitura Municipal de Conceição das Alagoas
Prefeitura Municipal de Delta
Prefeitura Municipal de Frutal
Prefeitura Municipal de Iturama
Prefeitura Municipal de Pirajuba
Prefeitura Municipal de Sacramento
Prefeitura Municipal de Veríssimo
Prefeitura Municipal de Uberaba /Sec. M. de Educação e Cultura
Sociedade Amigos da Biblioteca Pública – SABI
Superintendência Regional de Ensino de Uberaba

Apoio:

Academia de Letras do Triângulo Mineiro
Café do Produtor
Autêntica Editora – Editora Dimensão
DCL (Difusão Cultural do Livro) – RFIJ Editora
Editora Moderna – Edições Paulinas
Editora Ática / Editora Scipione
Editora FTD - IBEP / Companhia Editora Nacional

**XII Encontro Regional do PROLER
Vale do Rio Grande**

&

**I Fórum Regional sobre Políticas
Públicas para o Livro e a Leitura**

16, 17 e 18 de junho de 2009

Tema:

*Políticas Públicas para o Livro e a Leitura:
caminhos para a formação de leitores*



Comitê do PROLER Vale do Rio Grande



Prefeitura Municipal De Uberaba

Uberaba-MG

PROGRAMAÇÃO

XII ENCONTRO REGIONAL DO PROLER
I FÓRUM SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O LIVRO E A LEITURA

08: 16 de Junho de 2009 – terça-feira
Local: Cine Teatro Municipal Vera Cruz - Rua São Benedito, 270 - Centro
7h30 – Credenciamento/ Mostra Regional de Programas de Leitura
8h15 – Abertura oficial
8h30 – Conferência 01 – LIVRO, LEITURA E EDUCAÇÃO – Carlos Alberto Xavier – Assessor do Ministro e Representante do Ministério da Educação, Brasília (DF)
Coordenação: Acir M. Karwowski – UFTM integrante do Comitê PROLER Vale Rio Grande / Uberaba (MG)
9h45 – Mesa-Redonda 01 – CAMINHOS DA LEITURA EM MINAS GERAIS – O papel do executivo, do legislativo e do setor privado nas questões inerentes à leitura.
1. Maria Antonieta Antunes Cunha – Escritora, professora e Editora de Literatura da Editora Dimensão, Belo Horizonte (MG)
2. Aelton de Freitas – Deputado Federal – Representante da Frente Parlamentar de Leitura – Brasília (DF)
3. Fabíola Fortes – Diretora de Ações de Incentivo à Leitura da Secretaria de Estado da Cultura (MG), Belo Horizonte (MG)
Coordenação: Silvana Elias da S. Pereira – SEPPA/ P. M. Uberaba (MG) integrante Comitê PROLER Vale Rio Grande
13h30 – I Mostra Regional de Programas de Leitura (Parte 02)
14h – Mesa-Redonda 02 – PROGRAMAS E AÇÕES DE INCENTIVO À LEITURA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO LIVRO
1. Eliane Piszczol – Coordenadora Nacional do PROLER /FBN – Rio de Janeiro (RJ)
2. Ilce Gonçalves M. Cavalcante – Coordenadora Geral do Sistema Nacional das Bibliotecas Públicas /SNBP – Rio de Janeiro (RJ)
Coordenação: Tânia C. Figueira Uliho – DEC/SEMEC e UNIPAC/ Uberaba (MG), Coordenadora do Comitê PROLER Vale Rio Grande
15h45 – Mesa-redonda 03 – BRASIL LEITOR: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O LIVRO E A LEITURA
1. Fabiano dos Santos – Coordenador Nacional do Livro e Leitura do Ministério da Cultura, Brasília (DF)
2. José Castillo Marques Neto – Secretário-Executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), Brasília (DF)
3. Marcelo Almeida – Deputado Federal – Presidente da Frente Parlamentar de Leitura, Brasília (DF)
Coordenação: Renzo Muntz B. de Carvalho – UNIPAC/ Uberaba (MG) integrante do Comitê do PROLER Vale Rio Grande
16h45 – PROPOSTAS DE CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PARA O LIVRO E A LEITURA NA REGIÃO
Relatores: Adriana B. da S. Fonseca – SEPPA/ P. M. Uberaba (MG) e integrante Comitê do PROLER Vale Rio Grande

WORKSHOP DE LIVROS – DURANTE TODO O EVENTO

MINICURSOS DE LEITURA
(opção de apenas um mini curso de 6 horas por turma)
DIAS: 17 E 18 DE JUNHO DE 2009
LOCAL: UNIPAC - Rua Senador Peña, 521 – Centro

MATUTINO – 8h às 11h	
01	Práticas de leitura de e-book – Acir Mario Karwowski
02	LEITOR: entrelaçando leituras – Mozilene Neri Barbosa
03	Como formar leitores: o livro com duas escritas – Eliete Lisboa
04	Narrativas curtas para crianças e jovens – Leo Cunha
05	As múltiplas vozes da arte literária – Adriana B. S. Fonseca
06	Brito de Leitura – Cruzes Soares
07	Saberes e sabores dos gêneros textuais na formação leitora – Nilza Pinheiro
VESPERTINO – 13h às 16h	
08	Práticas de leitura de e-book – Acir Mario Karwowski
09	LEITOR: entrelaçando leituras – Mozilene Neri Barbosa
10	Como formar leitores: o livro com duas escritas – Eliete Lisboa
11	Narrativas curtas para crianças e jovens – Leo Cunha
12	As múltiplas vozes da arte literária – Adriana B. S. Fonseca
13	Livro, leitura e artes – Ingrid Bellinghausen
14	Cara a cara com a personagem – Danci Bosco
NOTURNO – 19h às 22h	
15	Brito de Leitura – Cruzes Soares
16	Saberes e sabores dos gêneros textuais na formação leitora – Nilza Pinheiro
17	Livro, leitura e artes – Ingrid Bellinghausen
18	Cara a cara com a personagem – Danci Bosco

TEMAS DOS MINI CURSOS/ MINISTRANTES

01 ou 08 – PRÁTICAS DE LEITURA DE E-BOOKS – A leitura entre papéis e bits eletrônicos. Os desafios da leitura em ambiente digital. Práticas de leitura de e-books (livros eletrônicos) no ensino fundamental (níveis iniciais). **ACIR MARIO KARWOSKI** – Graduado em Letras: Português/Inglês. Doutor em Letras/Estudos Linguísticos. Professor no curso de Letras da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Organizador dos livros Gêneros Textuais: leituras e ensino. Alvoas literárias em ensino de línguas e Letras, leituras e bibliotecas no interior do Brasil. (Uberaba/MG).

02 ou 09 – LEITOR: ENTRELÇANDO LEITURAS – Sensibilização do leitor em sua prática de leitura, estimulando-o à reflexão e ao próprio ato de ler. A importância da biblioteca como mediadora entre o leitor e o livro. Dinâmicas de leitura a partir de textos literários. **MOZILENE BARBOSA** – Graduada em Letras. Atua na biblioteca Infância-Juvenil Maria Moz-zezzi com atividades educativas e culturais para a formação do leitor/escritor e na Fundação Casa Rui Barbosa, onde desenvolve projetos de pesquisa na área. (Rio de Janeiro/RJ).

03 ou 10 – COMO FORMAR LEITORES – O LIVRO COM DUAS ESCRITAS – Apresentação do livro com duas escritas, o braille associado ao lídico, o experimental, o brincar, o artístico, o literário norteiam as diversas atividades propostas, sempre interativas. Importância do livro com duas escritas no processo de formação de uma sociedade inclusiva. **ELIETE LISBOA** – Graduada em Letras. Tradutora e intérprete. Escritora de obras com duas escritas: *Alvo e o gato, Quero brincar, Fimem Fimem, A bruxa mais velha do mundo, Que será que a bruxa está lavando?* (Belo Horizonte/MG).

04 ou 11 – NARRATIVAS CURTAS PARA CRIANÇAS E JOVENS – Leitura e reflexão sobre as principais formas narrativas literárias breves presentes nos livros publicados atualmente para crianças e jovens: contos, recontos, paródias, crônicas e narrativas em verso. Serão apresentados exemplos e debatidas formas de aproximação do leitor a esse tipo de texto, visando a uma ampliação do olhar do mediador de leitura. **LEO CUNHA** – Graduado em Jornalismo, Publicidade e Administração/Comércio Exterior, mestre em Ciências da Informação, doutorando em Cinema. É professor universitário na PUC Minas e no UNI-BH. Atua na área de Comunicação – Jornalismo Cultural: crítica cultural, cinema, literatura infantil e jornalismo on-line. Escritor com de 40 livros publicados, como crônicas e literatura infantil e juvenil. Recebeu diversos prêmios: Nestlé, Jabuti, FNLIJ, João de Barro.

05 ou 12 – AS MÚLTIPLAS VOZES DA ARTE LITERÁRIA – A leitura e a narração de histórias, as vozes e a musicalidade dos textos literários; desenvolvimento das competências linguístico-expressivas do professor; estratégias expressivas; contar histórias como metodologia para a formação do leitor. **ADRIANA FONSECA** – Graduada em Pedagogia, Mestre em Formação de Professores. Atualmente é professora de música no Colégio Objetivo. É integrante da Superintendência de Projetos e Parcerias Inter-setoriais (SIPP) da Prefeitura de Uberaba e integra o Comitê do PROLER Vale Rio Grande. Contadora de histórias do Grupo Flautística. (Uberaba/MG).

06 ou 15 – BRITO DE LEITURA – A leitura para crianças de 0 a 5 anos. Pré-leitura e leitura inicial. O lídico na literatura infantil. Despertando nos bebês o gosto e o prazer pela leitura a partir da biblioteca de classe. Envolvimento da família. **CRUZES SOARES** – Graduada em Pedagogia. Educadora de Ed. Infantil. Professora da rede pública municipal há 16 anos. Atua em bairros municipais há seis anos. (Matriz / SP).

07 ou 16 – SABERES E SABORES EM DIFERENTES GÊNEROS TEXTUAIS – Vivência de estratégias de formação de leitores com professores do Ensino Fundamental e a partir da leitura, perceber-se como coautor do texto. Incentivo à formação do gosto e hábito da leitura de obras literárias de diferentes gêneros textuais. **NILZA PINHEIRO** – Graduada em Letras e mestre em Formação de Professores. Professora universitária e membro do Grupo de Pesquisa e Estudo de Linguística e Língua Portuguesa e do Grupo de Pesquisas sobre Formação de Professores UFTM. Membro do Conselho Municipal de Educação. Diretora do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Uberaba. (Uberaba/MG).

13 ou 17 – LIVRO, LEITURA E ARTES – Aproximando o olhar para descobrir o livro em sua totalidade, seu texto e sua ilustração e explorar novas possibilidades de trabalho. Estratégias de formação de leitores através da leitura de obras de literatura infantil de autoria do ministrante. Destina-se aos professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, do 1º ao 5º ano e bibliotecários. **INGRID BELLINGHAUSEN** – Graduada em Artes Plásticas, pós-graduada em História da Arte. Autora de cerca de 40 obras, entre elas: *O Mandinho, De Olho na Amazônia, Verde*. Cris e coordena oficinas de arte e leitura sobre os livros, o que aproxima o artista-autor de leitores e professores. (São Paulo/SP).

14 ou 18 – CARA A CARA COM A PERSONAGEM – Desenvolvimento de estratégias de formação de leitores de textos com ênfase na pré-leitura e na leitura inicial para professores regentes de sala no Ensino Fundamental. Serão desenvolvidas técnicas de leitura e interpretação de textos literários, incluindo a construção de personagens a partir das leituras realizadas. **DANCI BOSCO** – Graduada em Letras. Pós-graduada em Metodologia e Didáticas do Ensino e em Linguística Aplicada à Contextualização do Ensino. Integrante do DEC /SEMEC e contadora de histórias do Grupo Flautística. (Uberaba /MG).

Fonte: <http://www.uberaba.mg.gov.br>. Acesso em 03 jul.15.

Informações
Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Uberaba/MG
Departamento Cultural - DEC

Fones: (34) 3318-0706 / 3318-0762 / 34-9141-8857

Site: www.uberaba.mg.gov.br/websemec

E-mail: proler@uberadigital.com.br

ou tania.ulhoa@hotmail.com

INSCRIÇÕES:

Período de inscrição:
27/04/2010 a 20/05/2010
(ou até o limite de vagas)

Aquisição do passaporte para a leitura

Opção 01: R\$ 15,00 (quinze reais)

(um minicurso + palestras + Fórum) - certificado de 24 h

Opção 02: R\$ 20,00 (vinte reais)

(dois minicursos + palestras + Fórum) - certificado de 40 h

Opção 03: Entrada franca

(inscrição apenas para o Fórum) - certificado de 8 h

Locais de inscrição:

Em Uberaba:

1. DEC/SEMec - 2ª e 6ª das 8h às 17h - Av. Dom Luiz Maria de Santana, 141 - B. Santa Marta - Uberaba - MG

2. Livraria Alternativa Cultural/Virtual

Rua Tristão de Castro, 24 - Centro - (2ª e sábado no horário comercial) - Fones: 3333-6824.

Outras localidades:

1. Municípios Integrantes do Comitê -

Secretarias /Deptos. de Educação de cada cidade.

Outros municípios - Entrar em contato com o Comitê

pelo telefones ou e-mails acima mencionados.

PROGRAMAÇÃO

XIII ENCONTRO REGIONAL DO PROLER

DIA: 26 de maio - 8h - 16h

Local: Auditório A do CEAU/FTM

Rua Frei Paulino, 30 - Abadia

8h - Credenciamento

8h 30 - Abertura oficial

9h - Conferência: Fronteiras de leitura: a literatura como conhecimento

- Fani Miranda Tabak - Docente da UFTM - Uberaba /MG

10h30 às 11h30 - Workshop Programas de leitura /Mini feira de livros

13h - 14h Mesa-redonda: A produção literária para crianças e jovens

- Ronald Simões Coelho - escritor e médico psiquiatra - (Belo Horizonte/MG)
- Beto Junqueira - escritor, editor e administrador de empresas (São Paulo/SP)

Mediador: Tiago de Melo Andrade (Comitê / SABI). Uberaba /MG

14h - 15h - Mesa-redonda: Literatura e Educação

- Eliana H. Corrêa N. Salge (Comitê PROLER / Conselho Municipal / SEMEC Uberaba)
- Divane Barcelos Ribeiro (Comitê PROLER /Secretaria Municipal de Educação de Veríssimo - MG)

Mediador: Acir Mário Karwoski (Comitê / UFTM)

15h - 16h - Workshop de programas de leitura / Mini feira de livros

19h - 22h - Minicursos de leitura (1.ª parte) (4 temas)

19h - 22h - Dedos de prosa I - Sessão de autógrafos *

Autor: Ronaldo Simões Coelho - Bichos - Ed. Acleria

LOCAL: TEU - Teatro Experimental de Uberaba - Rua Padre Zeferino, 988.

DIA: 27/05/2010

8h - 16h Minicursos de leitura (1.ª e 2.ª partes) (7 temas)

19h - 22h - Minicursos de leitura (2.ª parte) (4 temas)

19h - 22h - Dedos de prosa II - Sessão de autógrafos *

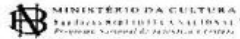
Autor: Ninfa Parreira - Confusão de linguas na literatura: o que o adulto escreve, a criança lê - Ed. RJU

LOCAL: TEU - Teatro Experimental de Uberaba - Rua Padre Zeferino, 988

8h - 16h - Minifeira de livros

* (simultâneo aos Minicursos de leitura)

REALIZAÇÃO / PROMOÇÃO



CASA DA LEITURA

COMITÊ REGIONAL DO PROLER VALE DO RIO GRANDE /MG

FACULDADE UNIPAC DE EDUCAÇÃO, ESTUDOS SOCIAIS E CIÊNCIAS JURÍDICAS DE UBERABA

LIVRARIA ALTERNATIVA CULTURAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA COMPRIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FLORIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÍSSIMO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA / SEC. M. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

SOCIEDADE AMIGOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA - SABI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MIN EIRO / UFTM

PARCERIAS

ACADEMIA DE LETRAS DO TRIÂNGULO MINEIRO

CÁTEDRA UNESCO DE LEITURA PUC-RIO

FUNDAÇÃO CULTURAL DE UBERABA

PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA - PNLL

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE MG

EDITORAS

AUTÊNTICA - DIMENSÃO - RHJ - ALETRIA

DCL (DIFUSÃO CULTURAL DO LIVRO) - FTD - PAULINAS

IBEP / CIA. ED. NACIONAL - PROMOBOK

MODERNA - FUNDAÇÃO EDITORA UNESP

APOIO

CAFÉ DO PRODUTOR - RABISCO DE ANJO

VALISE BOLSAS - PHARMAPLE

DIAS: 26 e 27 de maio - 8h - 12h e 13h - 17h

EVENTO PARALELO: Curso de Contadores de Histórias

Francisco Gregório Filho (Cátedra UNESCO de Leitura PUC - Rio)

Local: Unipac - Senador Pena, 521.

Vagas: 40 - valor: R\$ 20,00 (vinte reais)

Minicursos de leitura

Table with 3 columns: Dia/27 de maio, Local: Unipac, Curso, Descrição

01 ou 08 - Livro, Leitura e Artes - Aprimoramento do olhar para descobrir o livro em sua totalidade, texto e ilustração e explorar novas possibilidades de trabalho.

02 ou 09 - Literatura infantil: em busca das relações de sentido - Análise de sentidos em obras de literatura infantil e infanto-juvenil, confrontando nos textos literários as principais instâncias discursivas da linguagem verbal e não-verbal.

03 ou 10 - "Literatas", o fator lúdico transformando o leitor em agente da história - Envolvimento e prazer na leitura. O espaço lúdico e as atividades de estímulo à leitura de textos literários explorando seu caráter multidisciplinar.

04 ou 12 - A literatura Juvenil: ponte para os clássicos - A busca de identificação entre o leitor e a linguagem, o gênero e a temática abordada na Literatura Juvenil.

05 ou 13 - Poesia para crianças: um jogo espacial e musical - A reflexão sobre o aspecto visual e o aspecto musical da poesia produzida para o público infantil.

XIII Encontro Regional do Proler Vale do Rio Grande

II Fórum Regional sobre Políticas Públicas para o Livro e a Leitura

26, 27 e 28 de maio de 2010

Tema: "O PROLER e as Políticas Públicas para a Leitura: caminhos para a cidadania"



05 - Poesia para crianças: um jogo espacial e musical - A reflexão sobre o aspecto visual e o aspecto musical da poesia produzida para o público infantil.

06 - A Memória na Literatura - A poética da memória e do tempo na literatura infantil e juvenil. A memória: da Mitologia Grega às manifestações literárias contemporâneas para crianças e adolescentes.

07 - O texto poético e a narrativa de imagens na escola - O lugar da literatura no processo de ensino e aprendizagem, as características da linguagem literária e as experiências de leitura na escola.

28 de maio Local: Cine Teatro Municipal Vera Cruz Rua São Bendito, 270 Centro.

II FÓRUM REGIONAL PROLER SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O LIVRO E A LEITURA

7h30 - Credenciamento

8h15 - Abertura oficial

8h45 - Conferência de abertura - O PROLER e as políticas públicas para o livro e a leitura: caminhos para a cidadania.

10h - Mesa-Redonda 01: Novos caminhos da leitura pelos planos estaduais e municipais.

10h - Mesa-Redonda 02: Ler e escrever - ação cidadã

11h30 - Mesa-Redonda 03: Ler e escrever - ação cidadã

13h30 - Mesa-Redonda 04: Ler e escrever - ação cidadã

16h30 - Encerramento

Fonte: http://www.uberaba.mg.gov.br. Acesso em 03 jul.15.

INFORMAÇÕES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE UBERABA/MG
 DEPARTAMENTO CULTURAL - DEC

TEL.: (35) 3218-0789 / 3218-0782 / 34-9145-8657
 E-mail: proleval@uberaba.mg.gov.br ou fernia.ufosa@gmail.com

INSCRIÇÕES:
 Período de inscrição:
15 a 19 de maio de 2013
 (ou até o limite de vagas)

ADQUIÇÃO DO PASSAPORTE PARA AS OFICINAS DE LETURA

OPÇÃO 01 (UMA OFICINA) R\$ 20,00 (vinte reais)

LOCAS DE INSCRIÇÃO PARA AS OFICINAS EM UBERABA: LIVRARIA ALTERNATIVA CULTURAL
 EM UBERABA - Rua Major Estácio, 503 - Centro - 1ª MARITAL - Rua Major Estácio, 503 - Centro - 2ª MARITAL - A vilasão no comércio - tel.: 3233-8204
OUTRAS LOCALIDADES:
 1. MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO COMITÊ Secretarias / Deptos. de Educação de cada município.
 2. OUTROS MUNICÍPIOS - Estar em contato com o COMITÊ pelos telefones ou e-mails, acima mencionados.

OPÇÃO 02: Estrada França
 Dias 05, 06 e 07
 Retorno: Abertura e Ode às Provas I e II

Dia 07/06 (Sábado, vespertino e noturno)
 (Estrada Municipal de Uberaba - por favor de trabalho)
 Inscricões pelo e-mail:
 proleval@uberaba.mg.gov.br

REALIZAÇÃO / PROMOÇÃO

MINISTÉRIO DA CULTURA
 Conselho Nacional de Políticas Culturais
 Programa Nacional de Inovação e Leitura

PROLER NACIONAL
 21 ANOS DEDICADOS À LEITURA E À LITERATURA

COMITÊ REGIONAL DO PROLER VALE RIO GRANDE / MG

CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL SÍTIO DA PEDREIRA
 FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE UBERABA/UNIPAC
 FACULDADE TALENTOS HUMANOS (FACTHUS)
 LIVRARIA ALTERNATIVA CULTURAL
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA COMPRIDA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FLÓRIDO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS
 PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JARUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBÁ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÍSSIMO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA / SEC. M. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 SOCIEDADE AMIGOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA - SABI
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO - UBERABA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO / UFTM

PARCERIAS
 CATEDRA UNESCO DE LETURA PUC-RIO
 CENTRO UNIVERSITÁRIO ITALO BRASILEIRO (UNITALO)
 FAPEMIG/FUNEP
 FUNDAÇÃO CULTURAL DE UBERABA
 PLANO NACIONAL DO LIVRO E LETURA - PNLL

EDITORAS
 ALETRIA - AUTÊNTICA - CALLIS - DCL (DIFUSÃO CULTURAL DO LIVRO) - PAULINAS - DISTRIBUIDORA PALMARES - HORIZONTE - RJU DISTRIBUIDORA DE LIVROS

APOIO
 ATELIER MUSICAL ENNY PAREJO - CAFE DO PRODUTOR - COLÉGIO N. SRA DAS DORES - DIVINA GULA - UNIKUBE

PROLER VALE RIO GRANDE

PROLER NACIONAL

XVI Encontro Regional do Proler Vale do Rio Grande

Tema Nacional:
 "O livro e a leitura na era digital"

5, 6 e 7 de junho de 2013

FAPEMIG

UBERABA

Fonte: <http://www.uberaba.mg.gov.br>. Acesso em 03/jul/15.

- Est. Infantil Juvenil de 04 (Bac Horizonte/MG).
- 08 - ESTÓRIAS PARA OUVIR - UMA ESTRATÉGIA DIDÁTICA PARA ALFABETIZAR e trabalhar com a leitura e a cultura em ambientes digitais. Realização de oficinas de leitura e cultura, com foco em observação e tempo de contar. Os projetos para trabalhar a leitura e a cultura em ambientes digitais com alunos de professores, com foco em trabalhar com alunos que vivem em zonas de vulnerabilidade humana. ENNY PAREJO, Doutora em Educação Cultural (UNICAMP) e pesquisadora em cultura em Brasil, França, Espanha e Austrália. Autora de livros de referência em temas. Professora de Graduação e Pós-Graduação em Educação, Artes, Letras, Ciências e Filosofia. Membro do grupo de pesquisa ECOTRANG (Ecologia, Estética, Transdisciplinaridade e Educação). Mestrado em Letras: Formação e atualização de professores de música e de ensino fundamental. Orç. e Fides: Música. São Paulo (SP).
- 10 - PRÁTICAS INOVADORAS DE LETURA EM AMBIENTE DIGITAL - Apresentar propostas teórico-metodológicas para desenvolvimento de práticas inovadoras de leitura em ambiente digital no ensino de língua portuguesa. KCI (KAPUCCINO) - Licenciada em Letras - Português / Inglês (PAFLU), Doutor em Letras (UFFR), Docente do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFFR), integrante do Comitê Reg. PROLER Vale do Rio Grande. PATRICIA BORGES - Licenciada em Letras - Português/Língua (UNEB), Especialista em Linguística: fundamentos para o ensino e pesquisa (UFU), Mestrado em Educação (UFFM), UBERABA/MG.
- 19h - DEDOS DE PROSA 6 - Auto-espeleção: "Escolher para qual" - aprendendo a estudar musical" - Enny Parejo
 Lançamento do Livro: "Escolher para qual" - aprendendo a estudar musical Local: Auditório do Colégio N. Sra. das Dores - R. Dr. Thomaz Ultra, 363 - Uberaba
- DATA: 7 de junho - 1ª fase - (8h - 17h)
- Espaço 01 - Pólio Alto Educadoras do Ensino Fundamental (1ª ao 9ª série) - Vagas: 300**
 Local: Auditório Mário Pinheiro Camargo - Centro Administrativo - Av. Deputado Mário de Santana, 141 - Santa Maria - Uberaba.
- 01 - Palestra: O LIVRO E A LETURA NA ERA DIGITAL - Carmen Pinheiro - Universidade Nacional do PROLER Rio Grande
- 1308 - Mesa redonda: A DIMENSÃO DA ARTE E DA EDUCAÇÃO ESCOLAR - DIMENSÃO CULTURAL - A biblioteca escolar: uma prática pedagógica e cultural - Ram Tapp - Bibliotecária-aplicadora (Bach. História/Arqs)
- 01 - Biblioteca Pública - Área Expandida Termini - Maria Carmo - Pedagoga e arte educadora. (Curso Proler/MG)
- Espaço 02 - Pólio Alto Educadoras da EMEF** (B 1 a 5ª série) - Vagas: 200
 Local: Auditório do Col. N. Sra. das Dores - R. Dr. Thomaz Ultra, 363 - Uberaba
- 02 - Mesa redonda: A DIMENSÃO DA ARTE E DA EDUCAÇÃO ESCOLAR - DIMENSÃO CULTURAL - A biblioteca escolar: uma prática pedagógica e cultural - Ram Tapp - Bibliotecária-aplicadora (Bach. História/Arqs)
- 02 - Biblioteca Pública - Área Expandida Termini - Maria Carmo - Pedagoga e arte educadora. (Curso Proler/MG)
- Espaço 03 - Pólio Alto Educadoras do Ensino Fundamental do 6º ao 9º** - Vagas: 400
 Local: Salão de Vale do Rio Grande, Uberaba - R. Dr. Thomaz Ultra, 363 - Uberaba
- 03 - Palestra - O INCENTIVO À LETURA E A FORMAÇÃO DE NOVOS LETORES - Rocio Casanova - Professora e pesquisadora (Bach. História/Arqs)
- 1309 - Palestra - O INCENTIVO À LETURA E A FORMAÇÃO DE NOVOS LETORES - Rocio Casanova - Professora e pesquisadora (Bach. História/Arqs)
- 1310 - DEDOS DE PROSA 6 - Vila de Mariana - Mariana de Mariana, jornalista e professora de Inglês, mestre em Letras (UNICAMP), professora de Inglês no Brasil. Local: Auditório do Col. N. Sra. das Dores - R. Dr. Thomaz Ultra, 363 - Uberaba

25 - INFORMAÇÕES
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE UBERABA/MG
 DEPARTAMENTO CULTURAL - DEC

TEL.: (35) 3218-0789 / 3218-0782 / 34-9145-8657
 E-mail: proleval@uberaba.mg.gov.br ou fernia.ufosa@gmail.com

INSCRIÇÕES:
 Período de inscrição:
 15 a 19 de maio de 2013
 (ou até o limite de vagas)

ADQUIÇÃO DO PASSAPORTE PARA AS OFICINAS DE LETURA

OPÇÃO 01 (UMA OFICINA) R\$ 20,00 (vinte reais)

LOCAS DE INSCRIÇÃO PARA AS OFICINAS EM UBERABA: LIVRARIA ALTERNATIVA CULTURAL
 EM UBERABA - Rua Major Estácio, 503 - Centro - 1ª MARITAL - Rua Major Estácio, 503 - Centro - 2ª MARITAL - A vilasão no comércio - tel.: 3233-8204
OUTRAS LOCALIDADES:
 1. MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO COMITÊ Secretarias / Deptos. de Educação de cada município.
 2. OUTROS MUNICÍPIOS - Estar em contato com o COMITÊ pelos telefones ou e-mails, acima mencionados.

OPÇÃO 02: Estrada França
 Dias 05, 06 e 07
 Retorno: Abertura e Ode às Provas I e II

Dia 07/06 (Sábado, vespertino e noturno)
 (Estrada Municipal de Uberaba - por favor de trabalho)
 Inscricões pelo e-mail:
 proleval@uberaba.mg.gov.br

REALIZAÇÃO / PROMOÇÃO

MINISTÉRIO DA CULTURA
 Conselho Nacional de Políticas Culturais
 Programa Nacional de Inovação e Leitura

PROLER NACIONAL
 21 ANOS DEDICADOS À LEITURA E À LITERATURA

COMITÊ REGIONAL DO PROLER VALE RIO GRANDE / MG

CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL SÍTIO DA PEDREIRA
 FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE UBERABA/UNIPAC
 FACULDADE TALENTOS HUMANOS (FACTHUS)
 LIVRARIA ALTERNATIVA CULTURAL
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA COMPRIDA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FLÓRIDO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS
 PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JARUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBÁ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÍSSIMO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA / SEC. M. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 SOCIEDADE AMIGOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA - SABI
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO - UBERABA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO / UFTM

PARCERIAS
 CATEDRA UNESCO DE LETURA PUC-RIO
 CENTRO UNIVERSITÁRIO ITALO BRASILEIRO (UNITALO)
 FAPEMIG/FUNEP
 FUNDAÇÃO CULTURAL DE UBERABA
 PLANO NACIONAL DO LIVRO E LETURA - PNLL

EDITORAS
 ALETRIA - AUTÊNTICA - CALLIS - DCL (DIFUSÃO CULTURAL DO LIVRO) - PAULINAS - DISTRIBUIDORA PALMARES - HORIZONTE - RJU DISTRIBUIDORA DE LIVROS

APOIO
 ATELIER MUSICAL ENNY PAREJO - CAFE DO PRODUTOR - COLÉGIO N. SRA DAS DORES - DIVINA GULA - UNIKUBE

PROLER VALE RIO GRANDE

PROLER NACIONAL

Fonte: <http://www.uberaba.mg.gov.br>. Acesso em 03/jul/15.

INFORMAÇÕES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE UBERABA/ MG
DEPARTAMENTO CULTURAL - DEC
TEL.: (34) 3318-0768 / 3318-0762 / 34-9141-8857
E-mail: prolervaleriogrande@uberabadigital.com.br

INSCRIÇÕES:

Período de inscrição:
30 de abril a 10 de maio de 2014
(ou até o limite de vagas)

OFICINAS DA LEITURA
Dia 15/05 - Matutino e vespertino
APENAS UMA OFICINA: R\$ 20,00 (vinte reais)

LOCAIS DE INSCRIÇÃO PARA AS OFICINAS:
EM UBERABA: LIVRARIA ALTERNATIVA CULTURAL /VIRTUAL – Rua Major Eustáquio, 500 – Centro – (2ª a sábado no horário comercial) – tel.: 3333-6024.
OUTRAS LOCALIDADES:

- MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO COMITÊ: Secretarias /Deptos. de Educação de cada município.
- OUTROS MUNICÍPIOS – Entrar em contato com o COMITÊ pelos telefones ou e-mails acima mencionados.

Entrada franca
PALESTRAS E MESAS REDONDAS
Dia 15/05 – 19h
CONFERÊNCIA DE ABERTURA
Dia 16/05 – 8h - 13h - 19h
Palestras e mesas redondas
Escolas Municipais de Uberaba - DIA ESCOLAR
Inscrições na escola pelo e-mail:
prolervaleriogrande@uberabadigital.com.br

**PROLER NACIONAL:
22 ANOS DEDICADOS À LEITURA E À LITERATURA**

COMITÊ REGIONAL DO PROLER VALE RIO GRANDE /MG
FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE UBERABA/UNIPAC
LIVRARIA ALTERNATIVA CULTURAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA COMPRIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FLORIDO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÍSSIMO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA/SEC. M. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
SOCIEDADE AMIGOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA – SABI
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO - UBERABA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO / UFTM

Realização:



PARCERIAS
CÁTEDRA UNESCO DE LEITURA PUC-RIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA/SP
Editoras: CALLIS - DCL (DIFUSÃO CULTURAL DO LIVRO) – PEIRÓPOLIS
APOIO
CAFÉ DO PRODUTOR
ALETRIA EDITORA - EDITORA FTD - RHU DISTRIBUIDORA DE LIVROS - ROCCO EDITORA
UNIVERSIDADE DE UBERABA



**XVII ENCONTRO REGIONAL
DO PROLER VALE RIO
GRANDE**

Tema:
"O LIVRO E A LEITURA
- por uma tecitura de ações leitoras"

15 e 16 de maio de 2014

Uberaba – MG

PROGRAMAÇÃO GERAL XVII ENCONTRO REGIONAL DO PROLER	
OFICINAS DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES EM LEITURA DATA: 15/05/2014 – 5ª feira - (8h – 17h) LOCAL: UNIPAC ENDEREÇO: RUA SENADOR PENNA, 521 – CENTRO MATUTINO - 8h às 12h e VESPERTINO 13h às 17h	
1	LITERATURA E VIDA: a intertextualidade como ferramenta na produção de conhecimentos didático-pedagógicos – Possibilidades de reflexão e produção de textos a partir da atuação do professor e de sua própria história de vida. Intertextualidade e a compreensão do saber ler, ouvir e escrever buscando compreender as idiossincrasias de cada um/a, o sentimento de pertença ao lugar de origem, etnias e crenças. KIUSAM REGINA DE OLIVEIRA – (Diadema/SP) Ed. Peirópolis
2	LITERATURA E MÍDIAS EM CONVERGÊNCIA NA EDUCAÇÃO – A convergência de mídias nas atividades de leitura da Escola: conteúdo em livros impressos, aplicativos e comunidades virtuais para agilizar a adaptação de Professores e Escolas às crianças nativas digitais no processo da Educação na Era do Conhecimento. A "Leitura 2.0" – um passo na democratização do acesso ao conhecimento e na internacionalização da experiência da leitura e da discussão de textos. ANNA CLAUDIA RAMOS (Rio de Janeiro/RJ), Editora DCL.
3	A ESCRITA CRIATIVA NA ESCOLA - A escola é, muitas vezes, o único canal de contato que a criança tem com a literatura. A aplicação de técnicas simples de escrita criativa contribui para que os alunos se aproximem dos livros de forma lúdica, ao mesmo tempo em que cria possibilidades de inventividade em sala de aula. CLAUDIO FRAGATA (São Paulo/SP) Editora DCL
4	HISTÓRIA DA ARTE E A ARTE DA HISTÓRIA – A importância do conteúdo histórico para a formação leitora. O conhecimento da História da Arte e a aplicação da Arte feita pelos povos da antiguidade. Diferentes formas de leitura, apreciação e interpretação das imagens da Arte na Idade Média. Experiências realizadas em escolas. EDNA ANDE /SUELI LEMOS (São Paulo/SP) Editora Callis
5	POESIA EM SALA DE AULA – uma estratégia para "leituras" e produção de textos – Sensibilização poética. O poema e a poesia. Leitura e análise de poemas: seus recursos poéticos, linguísticos e estilísticos. A importância da Poesia desde as séries iniciais. Exercícios poéticos: brincadeira com rimas, poemas em coautoria, mosaico de versos, comparações, releituras e a declamação de poemas. EDITH CHACON THEODORO (São Paulo/SP) Editora Callis

QUEM É QUEM NO PROLER 2014

KIUSAM REGINA DE OLIVEIRA – Doutora em Educação e Mestre em Psicologia/USP. Especialista na Deficiência Intelectual. Pesquisadora na temática das relações étnico-raciais. Assessora na implantação da lei 10.639/03. Contadora de histórias. Autora dos livros: Omo-Oba: Histórias de Princesas (Mazza Edições/2009), ganhador de 2 prêmios nacionais; O mundo no black power de Tayó (Ed. Peirópolis, 2013) / Prêmio PROAC/2012- Cultura Negra; O mar que banha a ilha de Goré (Ed. Peirópolis, 2014). Artista multimídia. Bailarina e coreógrafa. Professora da Secretaria Municipal de Educação de Diadema/SP.

ANNA CLAUDIA RAMOS – Escritora com extenso número de obras publicadas, entre elas, *Nas bastidas do imaginário: criação e Literatura Infantil e Juvenil* (2006). Graduada em Letras (Port./Literatura, PUC/RJ) e mestrada em Ciência da Literatura/ UFRJ. Viaja mundo afora dando palestras e oficinas sobre sua experiência com leitura e como escritora e especialista em literatura infantil e juvenil.

CLAUDIO FRAGATA - Graduado em Jornalismo. Trabalhou como repórter na Editora Pini e, em seguida, na Ed. Abril e na Ed. Globo. Nas revistas, Globo Ciência, Galileu e Gula. Colaborou com outras. Na Ed. Globo atuou na Divisão Infantil e Juvenil, desenvolvendo o projeto editorial da coleção de manuais da Turma da Mônica, de Maurício de Sousa. Editou quadrinhos. A Revista Recreio. É escritor e ministra oficinas de Escrita Criativa.

EDNA ANDE /SUELI LEMOS - Professoras de Arte atuando na rede particular de Ensino nos cursos: Fundamental II, Médio e Superior. Escritoras, desenvolvem pesquisas sobre História da Arte Antiga e Medieval que resultaram em publicações pela Ed. Callis. Consultoras e revisoras em outras publicações. Graduações pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo - curso de Arte Cênica, pós-graduações pela Faculdade São Marcos em Arteterapia e Curso de extensão pela USP em História da Arte.

EDITH CHACON THEODORO - Formada em Letras pela PUC /SP e pós-graduada em Língua e Literatura, é escritora, professora e assessora de Língua Portuguesa, responsável por projetos de leitura e produção de textos. Ministra oficinas pedagógicas para professores e atua na elaboração, revisão de seleção de material didático. É autora do livro de poemas juvenis "Simplesmente ler".

**ABERTURA OFICIAL
15/05/2014**

LOCAL: Cine Teatro Vera Cruz - Rua São Benedito 270 – São Benedito – Uberaba/MG

18h45 - Credenciamento
19h30 – Solenidade oficial
20h - **CONFERÊNCIA: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O LIVRO E A LEITURA**
Ministrante: Ana Cristina Dubaux Dourado – Coordenadora Geral do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas – DILLB/ FBN/ Ministério da Cultura.

**X SEMINÁRIO REGIONAL DE LEITURA PROLER /UBERABA-MG
16/05/2014**

Local: Cine Teatro Vera Cruz - Rua São Benedito 270 – São Benedito – Uberaba/MG

MATUTINO

7h30 - Credenciamento
8h – Momento Cultural
8h30 - **PALESTRA: O Futuro da Educação já chegou: Literatura para crianças e jovens na Nuvem.** Anna Claudia Ramos

10h – **MESA-REDONDA: MEDIAÇÃO EM LEITURA**
Tema 01: *História da Arte na escola* Edna Ande / Sueli Lemos
Tema 02: *Poesia na Escola* Edith Chacon Theodoro

VESPERTINO

13h – Credenciamento
13h15 – Momento Cultural
13h30 - **PALESTRA: Literatura infantil: uma paixão para ser cultivado- Claudio Fragata**

15h – **AULA-ESPETÁCULO: Corporeidade e Cultura: O respeito às tradições e à diversidade sociocultural na articulação entre a leitura /escrita e o mundo.** Kiusam Regina de Oliveira
Lançamento do livro: O mundo no black power de Tayó (Ed. Peirópolis, 2013)

NOTURNO

18h 30- Credenciamento
19h30 – Momento Cultural
20h – **DEBOS DE PROSA: MEDIAÇÃO DE LEITURAS**
Proseadores: Kiusam Regina de Oliveira e Claudio Fragata

BRASIL Acesso à informação Participe Serviços Legislação Canais

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira A A⁺ A⁺

IDEB
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEB - Resultados e Metas

Parâmetros da Pesquisa

Resultado:	<input type="text" value="Município"/>	UF:	<input type="text" value="MG"/>
Município:	<input type="text" value="UBERABA"/>	Rede de ensino:	<input type="text" value="Municipal"/>
Série / Ano:	<input type="text" value="Todas"/>		

4ª série / 5º ano

8ª série / 9º ano

Município ↕	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
UBERABA	4.1	4.5	5.2	5.1	5.6	4.1	4.5	4.9	5.2	5.4	5.7	6.0	6.2

Obs:

* Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013.

*** Sem média na Prova Brasil 2013: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

**** Não divulgado por solicitação da Secretaria/Escola devido a situações adversas no momento da aplicação.

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=2467414>. Acesso em 04 abr. 15.